

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA



JULIE HANNA DE SOUZA CRUZ E COSTA

ENTRE PEDRAS E PARANOIAS :
Contribuições sociológicas sobre a categoria *noiado*

Recife
2017

JULIE HANNA DE SOUZA CRUZ E COSTA

ENTRE PEDRAS E PARANÓIAS:

Contribuições sociológicas sobre a categoria *noiado*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de mestra em Sociologia.

Área de concentração: Representações sociais et subjetividade

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

C837e Costa, Julie Hanna de Souza Cruz e.
Entre pedras e paranóias : contribuições sociológicas sobre a categoria de *noiado* / Julie Hanna de Souza Cruz e Costa. – 2017.
149f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Martins.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Sociologia, Recife, 2017.
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Drogas – Abuso. 3. Crack (Droga). 4. Exclusão social.
5. Miséria moral. I. Martins, Paulo Henrique (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-229)

JULIE HANNA DE SOUZA CRUZ E COSTA

ENTRE PEDRAS E PARANÓIAS:

Contribuições sociológicas sobre a categoria *noiado*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de mestra em Sociologia.

Aprovada em 20/04/2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Luis de Amorim Ratton Jr. (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (Titular Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Érico Andrade Marques de Oliveira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

“O ser é social”, me foi ensinado; ele é a interação constante com seu meio e com cada elemento senciante ou não em seu entorno. Ele é o todo e a parte, mesmo à parte no todo do tudo. Assim sendo, não poderia escrever estas reflexões, sem refletir sobre os laços que me constituem, agradecendo a cada um. Agradecer por algo é, por sua vez, na minha perspectiva, dedicar mesmo inconscientemente a própria construção do que se é a outro alguém. É nesse sentido que dedico cada parte desse todo incompleto aos que estiveram presentes no meu caminhar, dentro do campus, mas também além dele, em reflexões constantes sobre o estar junto, sobre o fazer parte. Cada linha de mim e deste trabalho foram costuradas a partir das minhas interlocuções com esses outros, inclusive no estranhamento. Dedico esse livro a cada vínculo criado e rompido nessa minha trajetória.

Em especial, agradeço a todas e todos que me acompanharam nos últimos anos na academia; nesse espaço vertical fui apresentada à horizontalidade. Agradeço a todas e todos com seus questionamentos e sorrisos, suas ânsias de mudança e sonhos. Agradeço a Mikha e a Bárbara, grandes amigas fiéis. Também a todos os meus companheiros de mestrado, em especial a Enderson e a Ludmila. Agradeço ainda à querida professora Eliane Veras, por me lembrar a importância de respirar; ao professor Artur Perrusi, por me acompanhar desde a dissertação; ao professor José Luiz Ratton, por me iniciar à prática científica, e por compor a banca de defesa da minha dissertação – para mim o ponto final de uma fase de sete anos na Universidade Federal de Pernambuco. Agradeço ainda ao professor Érico Andrade, também componente da banca e amigo-interlocutor da Filosofia, por aceitar lançar sobre o meu texto o seu olhar sempre crítico e sensível ao outro. Em especial, agradeço a Paulo Henrique Martins, meu interlocutor mestre-amigo, por cada porta aberta e horizonte, palavra de apoio e afeto. A você serei sempre grata. Agradeço ainda, na esteira das portas abertas e vínculos criados por Paulo, a Philippe Chaniel, pelas trocas de ideias e pelo acolhimento, durante meu intercâmbio em 2016, na Université de Caen – Basse Normandie. Ainda, agradeço a Markus Schulz, da New School of Social Research, pela confiança e apoio acadêmico, e por me incentivar e ajudar a alçar voos nunca imaginados. A você devo, além do entusiasmo face ao futuro, os encontros sociológicos e intelectuais mais remarcáveis da minha trajetória. Agradeço ainda e por fim, à comissão da Série Sociologia nas figuras da Prof^a. Maria Eduarda Rocha, da Prof^a. Silke

Weber, do Prof. Breno Fontes e do Prof. Heraldo Souto Maior – intelectuais apreciáveis que tive o prazer de cruzar na minha formação. Graças ao seu trabalho e olhar benevolente, apoiado por todas e todos que compõem o Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, minha dissertação ganha hoje o formato de livro. A vocês, meu reconhecimento e agradecimento sinceros.

Agradeço ainda à minha família, com especialíssimo carinho à minha mãe, **Maria Áurea**, pelo *ethos* de mulher guerreira, pela força imensa e pela incansável doação; ao meu pai, **Júlio César**, pela serenidade, otimismo, persistência, e por toda dedicação ao esporte enquanto via para mudar a sociedade; ao meu irmão, Júlio, grande referência de inteligência e diligência. À minha tia Maria das Graças, pelo cuidado delicado e carinho; por fim à minha avó, **Ana Souza Cruz**, por cada gesto de amor e por me incentivar à força, ao mesmo tempo que à doçura. ♥ Tua vontade de viver me inspira e surpreende; tua escuta é das mais compreensivas e teu olhar simples sobre a vida me lembra, a cada momento de medo e angústia, que o que precisamos é sobretudo ter fé. Na vida, em Deus, nos outros...

Agradeço também com especial afeto a Morgan Dubois, por ser quem é e por me incitar à busca de quem sou. Com você, aprendi a dividir a vida no sentido mais verdadeiro. Sem seu apoio, nossos sonhos de descoberta e o amor que sentimos um pelo outro, a áspera fase da escrita desse texto teria perdido boa parte de sua magia. Como meu interlocutor íntimo, mas estranho à Sociologia, você e nossos diálogos cotidianos foram fundamentais a cada página que escrevi. Obrigada por sempre me incentivar à busca das melhores palavras, e por me estimular, com teu jeito curioso, a aprofundar meu raciocínio. Obrigada igualmente por, com teu senso crítico, ter me incitado à dúvida, ao mesmo tempo que à certeza de que tudo daria certo.

Agradeço por fim a todas e todos que participaram da minha pesquisa de campo no Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas e nas intervenções que fiz além de suas estruturas físicas. Agradeço o acolhimento dos servidores e servidoras, que, nas inesquecíveis horas juntos, adornaram meu pensamento e meu espírito com seu olhar sagaz e humano. À equipe de redução de danos do consultório de rua, agradeço os aprendizados sobre o se aproximar delicada e respeitosamente do outro. Graças a essas mulheres incríveis, pude ver a precariedade no Recife e suas praças com compaixão e profissionalismo. Agradeço, sobretudo e enfim, aos usuários e

usuárias que me permitiram o fio de suas vidas, seus medos e esperanças; gratidão profunda pela empatia, confiança e por cada palavra e olhar compartilhado. Todo segundo de vivência com vocês foi fundamental não apenas para a construção desse trabalho, mas sobretudo para mim enquanto socióloga e ser humano. A vocês meu muito obrigada, meu respeito, reconhecimento e apoio incondicional. ♥

A esperança só o é como o possível, o que pode ser, o que ainda não é, mas está anunciado nas próprias condições sociais que os seres humanos foram capazes de construir até aqui, no esforço de todos e não só de alguns. Esse possível só o é, por sua vez, se mediado pela consciência social crítica, pelo conhecimento crítico – pela crítica que revê continuamente certezas e verdades, suas condições, suas limitações, seus bloqueios, sobretudo os bloqueios dos que se creem isentos de limites de compreensão.

(MARTINS, 2008, p. 12)

RESUMO

No Brasil atual, o crack e seus usuários ocupam um lugar protagonista no imaginário social da população e no seu consequente debate público. A centralidade desses fenômenos se dá, dentre outros motivos, por seus impactos associados à saúde coletiva, assim como à [des]ordem urbana. Nesse horizonte, a Sociologia, através de investigações qualitativas e quantitativas, tem proporcionado perspectivas e abordagens plurais que em muito enriquecem as discussões, contribuindo ainda à elaboração de políticas públicas dirigidas à população de usuários. Inserindo-se, assim, em tal seara interpretativa, meu trabalho teve como objetivo a interlocução com usuários de crack, a fim de compreender a forma como esses percebiam o universo simbólico do *noiado* – aquele usuário que, em um primeiro olhar, haveria descambiado em um consumo percebido pelos demais enquanto abusivo. Nesta dissertação busco, então, apresentar os resultados dessa incursão etnográfica, feita em um Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS-Ad) do Recife, entre fevereiro e abril de 2016, a partir de entrevistas semi-dirigidas, complementadas por observação participante e análise documental. Delineio, de início, um quadro analítico-descritivo sobre a categoria nativa – ao mesmo tempo que terminologia moral – do *noiado* para, logo após, associado àquele, expor uma descrição deste tipo-psicossocial. Tomando como pano de fundo a sociedade moderna tardia e sua moral [in]articulada assim como percebida por Charles Taylor e Jessé Souza, argumento, na esteira da antropóloga Taniele Rui, que o *noiado* é, mais do que apenas um corpo, um sujeito abjeto, gerador de repulsa e caracterizado por uma trajetória de exclusão e miséria moral. Paradoxalmente real e fantasmagórico, o *noiado* é ainda, apesar de alheio, espelho íntimo temido e indesejável de degradação pessoal. No mais e por fim, aponto o *noiado* enquanto categoria síntese e evidencio a sua centralidade no debate público atual, reconstruindo, para tanto, condições objetivas e subjetivas de produção e reprodução desse tipo de usuário de crack – descrito pelos demais enquanto extremo, abjeto, desprovido de todo e qualquer discernimento.

Palavras-chave: *Noiado*. Crack. Miséria moral. Exclusão social.

ABSTRACT

In the contemporary Brazil, the crack and its abusive users have special visibility. The centrality of these phenomena is, among other reasons, associated with their impacts concerning collective health, as well as public order. In this horizon, Sociology, through qualitative and quantitative investigations, has provided plural perspectives and approaches that greatly enrich the discussions. In this interpretative field, my research aimed to understand, through interlocutions with crack users, how they perceived the symbolic universe of the *noiado* - that user who, at a first view, would have discarded in a consumption perceived by others as abusive. In this dissertation, I present the results of this incursion, made in a Psychosocial Care Center - Alcohol and Drugs (CAPs-Ad) in Recife-Brazil between February and April 2016, using semi-directed interview, complemented by participant observation and documentary analysis. Firstly, I give an analytical-descriptive picture about the native category – also moral terminology – *noiado*, and, shortly after, associated with it, I resume an overview of the social imaginary of this psychosocial type. Having as background the modern society and its [in]articulated moral (TAYLOR, 1989; SOUZA, 2003, 2004), I argue, in the theoretical genealogy of the anthropologist Taniele Rui (2012), that the *noiado*, more than just an objected body, is an abject subject, generator of repulsion and characterized by a trajectory of exclusion and moral misery. Paradoxically real and phantasmagoric, the *noiado* is, albeit extraneous, a feared and undesirable intimate mirror of personal degradation. Finally, to conclude, I present the *noiado* as a synthesis-category and I put in evidence its centrality in the current public debate, reconstructing objective and subjective conditions of production and reproduction of this kind of crack user – presented by others as extreme, abject, devoid of any discernment.

Keywords: *Noiado*. Crack. Moral Misery. Social Exclusion.

RÉSUMÉ

Au Brésil contemporain, le crack et ses usagers abusifs reçoivent une visibilité particulière. La centralité de ces phénomènes est donnée, entre autres, pour leurs impacts associés à la santé collective et à l'ordre public. Dans cet horizon, la Sociologie, par la recherche qualitative et quantitative, fournit des connaissances et des approches plurielles qui enrichissent grandement les discussions. Insérée dans tel champ interprétatif, ma recherche eut pour objectif le dialogue avec les usagers du crack, afin de comprendre comment ceux-ci perçoivent l'univers symbolique du *noiado* — un usager qui, à première vue, serait tombé dans la consommation perçue par d'autres comme abusive. Dans ce mémoire, donc, je présente les résultats de cette incursion effectuée dans un Centre d'Attention Psychosociale — Alcool et drogues (CAPs-Ad) de Recife/Brésil, entre février et avril 2016, à travers des entretiens semi-structurés, complétés par des observations participantes et des analyses de documents. D'abord, au premier moment de ce rapport, j'offre une analyse descriptive de la catégorie native — aussi terminologie morale — *noiado*, pour, juste après, donner un aperçu de l'imaginaire social de ce type psychosocial. En prenant en compte la société moderne tardive et sa moralité [in]articulée ainsi comme aperçues par Charles Taylor et Jessé Souza, dans l'héritage théorique de l'anthropologue Taniele Rui, j'argumente que le *noiado* est, plus qu'un corps, un sujet abject, générateur de dégoût et caractérisé par une trajectoire d'exclusion et de misère morale. Paradoxalement réel et fantasmagorique, le *noiado* est un miroir intime et indésirable de dégradation personnelle. Enfin, pour conclure, je présente le *noiado* en tant qu'une catégorie de synthèse et je montre sa centralité dans le débat public actuel, en reconstruisant des conditions objectives et subjectives de production et de reproduction de ce type d'usager du crack — présenté par d'autres comme extrême, abject, dépourvu de tout discernement.

Mots-clés: *Noiado*. Crack. Misère Morale. Exclusion Sociale.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	OLHARES.....	15
2.1	UM PRIMEIRO OLHAR EPISTEMOLÓGICO: ENTRE LAMENTOS E SIGNIFICADOS.....	17
2.2	NOS RASTROS DA PARANOIA: INDÍCIOS BIBLIOGRÁFICOS.....	22
2.3	OUTROS HORIZONTES INTERPRETATIVOS: ESTIGMAS, RÓTULOS E HIERARQUIAS MORAIS.....	28
3	ARTESANATO INTELECTUAL: CAMINHOS, MÉTODOS E TROCAS.....	39
3.1	PERAMBULANDO PELAS RUAS: ENCRUZILHADAS E PEDRAS NO CAMINHO.....	40
3.2	CAMPOS DE POSSIBILIDADES.....	43
3.3	UM SOBREVOO SOBRE O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - ÁLCOOL E DROGAS (CAPS-AD).....	47
3.4	MÉTODOS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO DOS DADOS.....	50
3.5	O OUTRO E SUAS SINUOSIDADES: CONSIDERAÇÕES DEONTOLÓGICAS.....	55
4	ECOS DE UMA POLIFONIA UNÍSSONA SOBRE O NOIADO.....	59
4.1	UMA CATEGORIA MORAL ENTRE A HUMILHAÇÃO E O SOFRIMENTO.....	62
4.2	CORPORIALIDADES E MARCAS DE DEGRADAÇÃO.....	74
4.3	NÁ JOÃO, NAS RUAS E FAVELAS: TERRITORIALIDADES PENALIZADAS DA NÓIA.....	186
4.4	VIRAÇÕES, RISCOS, ROUBOS E FALCATRUAS: ENTRE A MISÉRIA MORAL E A MISÉRIA MATERIAL.....	101
4.5	RUPTURAS DE VIDA, ABANDONO E DESAFETOS.....	115
4.6	BREVE REMATE [IN]OPORTUNO.....	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129

REFERÊNCIAS.....	132
-------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

Situações de desvio e marginalidade são, desde muito, temas centrais na Sociologia, englobando inúmeros grupos sociais, suas problemáticas e complexidades (GOFFMAN, 1988; MARTINS, 1997, 2003; ESCOREL, 2006; BECKER, 2008; COSTA, 2014). No último século, tais situações foram objeto de estudo de várias vertentes do pensamento sociológico (GIDDENS & TURNER, 1999), tomando dimensão também à medida que as iniquidades sociais se espalhavam em função de processos históricos modernos, dentro os quais a urbanização abrupta e o aumento desmedido do número de excluídos (MARTINS, 1997, 2003; ESCOREL, 2006). Dentro deste panorama, algumas questões receberam especial visibilidade, sendo o crack e seus usuários abusivos, no Brasil atual, fenômenos de extrema relevância (MELOTTO, 2009; BRAGA, 2010; GOMES & ADORNO, 2011; MACHADO, 2011; FRÚGOLI & CAVALCANTI, 2012; RUI, 2012; SOUZA et al., 2016; DAUDELIN & RATTON, 2017).

A centralidade do tema se dá, dentre outros motivos, por seus impactos associados à saúde ¹ e ordem ² públicas ³. O crack surgira no contexto brasileiro enquanto objeto de discussão a partir da

¹ Os usuários abusivos de crack possuem, além de alto grau de exposição a doenças sexualmente transmissíveis como o HIV, efeitos físicos outros como queimaduras, convulsões, taquicardias etc. Somam-se a esses efeitos hipertensão, taquipnéia (respiração acelerada), hipertermia (aumento da temperatura corpórea), tremores e sudoreses, além de distúrbios de ordem psíquica como a paranoia (ACIOLI NETO, 2014). Para um detalhamento dos efeitos dessa substância sobre a saúde e o corpo, ver, por exemplo, o mapeamento de Braga (2010) e a etnografia de Rui (2012).

² O crack é, costumeiramente, sobretudo pela grande mídia, associado à violência e a práticas ilegais como o tráfico (DAUDELIN & RATTON, 2017). Esses fatores, associados a estereótipos patologizantes, têm justificado, por exemplo, medidas de higienização social, práticas violentas em ambientes de consumo, e iniciativas de internação compulsória (BRAGA, 2010; FRÚGOLI & CAVALCANTI, 2012; RUI, 2012; RUI, FIORE & TÓFOLI, 2016).

³ Como bem identificou Braga (2010, p. 27), a relevância do crack é evidente na agenda pública dado que *“a transversalidade dos efeitos deletérios dessa substância perpassa as pastas da segurança pública, da saúde, da educação, do sistema de ressocialização, do turismo, do desenvolvimento etc.”*.

década de 1990, sendo, poucos anos depois, já identificado enquanto epidêmico, e tornando-se, assim, alvo de esforços políticos, inclusive federais⁴. Ao buscar compreender criticamente os elementos envolvidos nessa problemática, a Sociologia, através de investigações qualitativas e quantitativas, tem se inserido no debate, e proporcionado perspectivas e abordagens plurais que em muito enriquecem as discussões.

Segundo Braga (2010), a disciplina vinha tratando principalmente de traçar perfis de usuários e identificar elementos sociais associados a esses perfis. Nappo (1994 *apud* BRAGA, 2010, p. 68) identificou, por exemplo, que “*o isolamento social, o descuido com o próprio corpo, a quebra de relacionamentos afetivos e familiares, a paranoia e os atos antissociais praticados (mentiras, roubos etc.) acabam por levar os usuários de crack à marginalização*”. Trajetórias semelhantes foram identificadas por mim em estudo recente (COSTA, 2014), o que demonstrou não apenas a pertinência dessa compreensão, mas a permanência dos padrões gerais de uso social do crack e seus desdobramentos para os usuários abusivos. Como consequência disso, problematizei elementos da sociedade que configuram esse contexto de marginalização, pautados, por sua vez, em questões caras às relações sociais, sobretudo no que tange à sujeitividade e às representações toleráveis da vida humana (COSTA, 2014).

Em verdade, muito mais do que marcantes efeitos sobre a saúde dos adictos, o envolvimento extremo com o crack levou, como argumentei, a um processo de nulificação do sujeito (COSTA, 2010), a um processo de expulsão da “órbita da humanidade” (ESCOREL, 2006), no qual todo resquício de dignidade fora extirpado. A figura do *noiado* apareceu para simbolizar esse processo de expulsão, para representar o descarte humano, o repugnante, o abjeto. Ao mesmo tempo, no entanto, que o *noiado* fora apresentado nas interlocuções como alheio, à parte do todo, ele era uma referência para construir identidades, para representar processos sociais específicos e indesejáveis

⁴ Dentre esses esforços, ressalto estratégias de redução de danos de particular sucesso, como o *Braços Abertos*, programa da Prefeitura da Cidade de São Paulo (RUI, FIORE & TÓFOLI, 2016) e o *Atitude*, do Governo do Estado de Pernambuco (RATTON et al., 2016). Para uma avaliação conjunta dessas estratégias, assim como àquela da *Redes da Maré*, ver o relatório da Open Society Foundations (2017), *Crack: Reduzir Danos*.

de degradação e abjeção. Mesmo na negação, além do ponto final do envolvimento com uma substância, a figura do *noiado* construía-se, para meus interlocutores, de maneira complexa na relação com o outro, cedendo, inclusive, formas de perceberem a si mesmos (COSTA, 2014).

Se esses elementos me foram apreensíveis, desejei, no entanto, com a continuidade do meu percurso intelectual e formativo, debruçar-me diretamente sobre eles e dialogar a respeito dos mesmos com outros interlocutores; uma forma de investigar a pertinência da minha análise e, quiçá, como pressentia, aprofundar sua compreensão. Instigada, então, busquei, no âmbito de minha dissertação, estudar em mais detalhes, a partir da perspectiva de usuários de crack, a forma como esses, em sua proximidade às questões colocadas, percebiam o *noiado* e os elementos que dele emergiam. Neste sentido, como detalharei posteriormente, foi em um Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas do Recife onde busquei meus interlocutores, com os quais dialoguei e discuti o universo simbólico do *noiado*. Foquei também esse empreendimento na compreensão do seu imaginário social, ou dos tantos imaginários sociais, em jogo.

Para apresentá-los parte do meu universo de reflexões dessa incursão compreensiva, em um primeiro momento procurarei, nas linhas que se seguem, explorar elementos da literatura sociológica que iluminaram o meu trajeto e o meu olhar. Serão destacados também os indícios teóricos que sugeriram direções ao meu projeto de pesquisa, assim como os principais intelectuais que vieram a permeá-la de sentido. No capítulo 2, intitulado *Olhares*, faço, assim, um balanço teórico dos elementos centrais que cercam esse livro. Logo em seguida, no capítulo 3 – *Artesanato intelectual: caminhos, métodos e trocas* –, percorro a trajetória da própria pesquisa e os caminhos traçados até a suas definições metodológicas. Aqui trago ainda alguns elementos intersubjetivos que surgiram em minhas reflexões, e os impactos dos mesmos para a minha postura diante dos sujeitos com os quais me predispos.

No capítulo 4, intitulado *Ecos de uma polifonia uníssona sobre o noiado*, o qual trará análises propriamente ditas sobre meu objeto, procurarei apresentar um quadro analítico-descritivo sobre a categoria nativa e terminologia moral do *noiado* e, vinculado a essa, um panorama do universo simbólico associado a este tipo-psicossocial. Tomando como pano de fundo a sociedade moderna tardia e sua moral *[in]*articulada (TAYLOR, 1989; SOUZA, 2003, 2004), argumento que o *noiado* é caracterizado por uma trajetória de exclusão e miséria moral. Ralé da ralé estrutural, como diria

Jessé Souza (2003, 2004), paradoxalmente real e fantasmagórico, o *noiado* é ainda, como sugerido anteriormente, apesar de alheio, espelho íntimo temido e indesejável de degradação pessoal. Neste horizonte, apresento o *noiado* enquanto categoria síntese e evidencio a sua centralidade no debate público atual, reconstruindo, para tanto, condições objetivas e subjetivas de produção e reprodução desse tipo de usuário de crack – apresentado pelos demais enquanto extremo, abjeto, desprovido de todo e qualquer discernimento.

2 OLHARES



IMAGEM 1 – Fotografia de Paulo Pinto intitulada “Crack - Lamentos Viciada em crack”

Este capítulo será dividido em três sessões. Na primeira delas, intitulada *Um primeiro olhar epistemológico: entre lamentos e significados*, apresento algumas das reflexões epistemológicas centrais que guiaram o meu olhar antes e ao longo da pesquisa. Neste quadro, delineio meu

substrato sociológico assim como anseios pessoais de compreensão e de aproximação do meu objeto empírico. Através de metáforas estéticas, exploro, além dos interstícios da imagem acima impressa, uma linguagem simbolicamente carregada dos sentimentos sempre presentes em campo. Exploro também, de maneira mais implícita, através dessas metáforas, associações pessoais entre a Sociologia e a arte do retrato. Antes de seguir, enfim, localizo esses escritos na minha trajetória de engajamento político enquanto intelectual periférica, e, então, na esteira da sociologia compreensiva e do pensamento interacionista simbólico. De maneira geral, adianto, não faço longas digressões teóricas sobre os vários conceitos empregados, esses, tantas vezes, sociologicamente polifônicos quando nos lançamos em sua descrição. Os associo, no entanto, bibliograficamente, aos autores centrais que guiaram o meu debate e a minha definição sobre os mesmos. Com essa escolha consciente, prezo, assim e sobretudo, pela polifonia das imagens e dos significados que encontrei em campo.

Na segunda sessão, intitulada *Nos rastros da paranoia: indícios bibliográficos*, apresento elementos da bibliografia sobre o crack que iluminaram a minha leitura sobre o *noiado*. Esses elementos, como terei a oportunidade de apresentar, guiaram meu olhar etnográfico em campo, assim como a elaboração do meu guia de entrevistas. Guiaram também a estrutura do texto, suas sessões e configurações. Seguiremos, de início, os rastros da paranoia, doença da qual deriva o termo em estudo, introduzindo leituras e autores do campo da psicanálise, na qual a paranoia e a figura do *noiado* estão nas fronteiras. Tomaremos, no entanto, pelos motivos que apresentarei adiante, outras direções de análise, imergindo nas literaturas nacionais e unindo indícios dispersos para responder ao objetivo da pesquisa. Taniele Rui (2012, 2014) será, como veremos, pelo caráter do seu trabalho, referência importante, mas não única.

Na última sessão, *Outros horizontes interpretativos: estigmas, rótulos e hierarquias morais*, por fim, apresentarei outros autores, desta vez no âmbito geral do pensamento social e filosófico, que contribuíram diretamente para a minha leitura sobre o *noiado*, dentre os quais Howard Becker (2008), Erving Goffman (1988) e Charles Taylor (1989). No âmbito nacional, mas na esteira dos autores supracitados, retomo as leituras de Michel Misse (1999, 2006, 2010) e Jessé Souza (2003, 2004; SOUZA et al., 2016), que, além de tematicamente mais próximas da minha pesquisa, permitiram-me uma abordagem adaptada à realidade brasileira, e crítica à mesma. Par dar conta das diferentes facetas do mesmo fenômeno substantivo, articulo, assim, quadros

analíticos distintos que vão desde a microsociologia americana de Chicago até uma sociologia estrutural, de inspiração bourdieusiana. De forma objetiva, justifico ainda de que maneira a abordagem por mim escolhida mostrou-se fecunda e pertinente para a análise do material empírico em questão, assumindo, no entanto, os possíveis riscos inerentes à mesma. Evidentemente, as teorias e suas categorias analíticas sempre implicam em um recorte da realidade, em uma opção por lentes e vozes específicas, dentre as diversas existentes e possíveis. Tratei de escolher aquelas que mais me inspiraram e com as quais penso ter estabelecido um diálogo mais sólido e consistente, mantendo, no entanto, minha imaginação livre. Já me advertiu Martins:

Quando o sociólogo faz pesquisa redutiva e de enquadramento em conceitos, ignora e descarta o imaginário da vida social, limita a observação ao factual e elimina da interpretação sociológica o que é propriamente belo e artístico, a estética do imaginário, isto é, a consciência social. *Se viver é perigoso, imaginar é necessário* (MARTINS, 2013, p. 47).

2.1. UM PRIMEIRO OLHAR EPISTEMOLÓGICO: ENTRE LAMENTOS E SIGNIFICADOS

A imagem que introduz esse capítulo foi, em sua versão original⁵, registrada pelo fotógrafo Paulo Pinto, nas ruas de São Paulo. Por mim, ela foi encontrada em território estrangeiro em um dos tantos momentos que, distante fisicamente do campo, flanei por entre fotografias e vídeos disponíveis na rede em busca de fios compreensivos. Marcante esteticamente, a imagem retrata parte do rosto de uma mulher, da qual notamos sobretudo o olhar. Profundo, ele nos toma também pelas lágrimas que escorrem, paradoxalmente estáticas, eternizando uma tristeza por nós desconhecida. A legenda da foto é categórica: *“Lamentos...viciada em crack”*. Não encontramos

⁵ Disponível em: <http://olhares.sapo.pt/crack-foto482682.html#>, consultada 07/11/2016 às 11:16h.

seu nome, tampouco o motivo exato do choro, que parece ter sido revelado implicitamente na declaração de que a mulher seria “viciada”. “Viciada” não em uma droga qualquer, mas no crack.

Em retoque digital, adicionei à foto um *efeito artístico* chamado *esboço a lápis*; em um só toque, suavizei o negro da sua pele, o loiro queimado dos seus cabelos, as cores do seu sofrimento. Diminui, assim, as marcas de seu rosto, a intensidade das suas lágrimas... Mantive seu olhar penetrante. Assim o fiz, sobretudo, a título metafórico, para introduzir minhas primeiras reflexões e a forma como as encarei nesse empreendimento, que é acadêmico, mas sobretudo pessoal. Esse empreendimento que, como o vi, para além de um requisito formal de minha titulação como mestra, marca e demarca uma etapa importante do meu amadurecimento intelectual e ético-político. É, nos termos de Weber (2004), parte do meu “colorido individual” enquanto autora e militante convicta dos direitos humanos, engajada na luta contra toda forma de existência social precarizada e vulnerável.

Mas a metáfora não para por aí. A lógica do colorido individual se mantém não nas cores, mas na forma como toquei a imagem, me mantendo fiel a ela, ao mesmo tempo que a transformando, dando-a significados e potenciais distintos. Algo semelhante fiz com os textos e autores que li e visitei no meu trajeto. Como mostrarei, me apropriei deles quando julguei necessário, escolhi traços, retirei retraços, retracei caminhos e direções. Quanto aos atores que cruzei, que conversei, dos quais ouvi falar, fiz o mesmo. Aqui imprimo retratos, de certo modo fiéis, mas pessoais. Dei minhas cores, não por tentação, mas por estar convencida epistemologicamente de que o conhecimento assim se constrói, se move. Neste sentido, aqui faço, com esta metáfora, mais uma consideração sociológica que uma confissão.

Da imagem, no mais, guardei todo o perfil do rosto, apesar de ter dissertado principalmente sobre o olhar. Não à toa. Mesmo o leitor menos atento percebera que é o conjunto da imagem que a dá sentido. É o contorno da face, a disposição da boca. Apesar disso, o rosto aparece em pedaço, guardando um mistério... “*Le visage révèle autant qu’il masque*”. O rosto revela tanto quanto mascara, nos disse Le Breton (2013, p. 10). Existia ali também um todo que a fotografia não captou. E o mesmo me ocorreu. Nas linhas que se seguem, apresentarei um quadro resumido da realidade infinita (WEBER, 2004). Um quadro, um recorte, uma exposição simultânea de realidades múltiplas, refratadas, que, apesar de expressiva, guarda mistérios que não consegui

responder, dos quais não consegui mesmo sequer notar a presença. E um quadro, vale ressaltar, assim como o da “viciada” da foto de Paulo Pinto, de “*lamentos*”. Lamentos pelo contexto de vulnerabilidade social e sofrimento psicossocial agudos que evidenciei. Lamentos também face à amplitude e profundidade do quadro de miséria moral no mundo da ralé da ralé, distante de toda forma de reconhecimento e estima social. Lamentos, finalmente, face aos limites da minha ação como pesquisadora e aos limites deste trabalho, que, para além do seu grito de denúncia no seio da academia, tem um potencial relativo para interferir nos contextos e problemáticas explorados.

Mas há, para todo limite, lamento, mistério, um horizonte aberto, em construção. Assim como não creio haver um determinismo nas vidas e depoimentos que retratarei adiante, ou no rosto que acima imprimi, essas palavras introduzem também parte de um olhar de esperança sobre o futuro que virá; para as pessoas, para a Sociologia, para o sistema de saúde de um Brasil afogado em lamentos políticos e sociais. São, assim, parte fundamental do meu “*engajamento consciente*” (BENZAQUEM, 2014), da minha tomada de posição sobre um saber construído intersubjetivamente a partir de um espaço-tempo e com um viés fortemente ético-político⁶ (SANTOS, 2002; MIGNOLO, 2003; MARTINS et al., 2014; BENZAQUEM, 2014). Nesse horizonte, conto com a utilização de conceitos sociológicos que potencializam a leitura crítica da realidade e que ampliam instrumentos conceituais auxiliares de processos de compreensão, de participação e transformação. Parte destes conceitos será apresentada em seguida.

Antes disso, faço uma digressão sobre a linguagem e o estilo que empreguei neste texto, assim como sobre a base filosófica que os sustenta. Como já penso ter deixado claro, o estilo é impressionista e pessoal. No contexto da minha argumentação, tal escolha ambiciona a sensibilização do leitor em relação ao meu objeto. Eu penso, assim, o incitar a se aproximar, a reviver o que vi, ouvi e vivi em campo. Tal estilo me permitiu ainda, neste contexto, de imiscuir-me sorrateiramente no relato, inserindo na discussão uma elucidativa narrativa a respeito de como

⁶ Por “*político*” entendo, assim como Benzaquem (2014) e Mouffe (2005), a esfera que transcende meramente a política institucional e suas práticas. O político, para essas autoras, seria “*a dimensão do antagonismo a qual eu tomo como constitutiva das sociedades humanas*” (MOUFFE, 2005, p. 9), político esse que, através da política, cria ordens e organiza a coexistência no contexto da conflitualidade.

fui afetada ao longo da pesquisa, percorrendo assim um itinerário peripatético, em tom aristotélico: definitivamente, eu “perambulo” por entre os espaços e sujeitos da pesquisa. Em compasso com certas tendências recentes da etnografia participativa e reflexiva, das quais cito, a título de exemplo, o icônico estudo de Alice Goffman em *In the run* (2014), me lanço no texto para fazer sociologia analítica e crítica. Faço intensa problematização do meu papel como pesquisadora, de um lado, admito, para dar conta de meus anseios humanos e deontológicos, de outro, insisto, para dar consistência e vida à minha argumentação.

Também o faço por convicção filosófica. Neste livro, me debruço direta e indiretamente sobre a vida ética através de práticas afetivas e políticas da nossa sociedade. Critico a indiferença humana, o não reconhecimento do outro; igualmente critico práticas de marginalização e relegação psicossociais extremas. Neste horizonte de esgarçamento do tecido social, penso, pela minha postura, promover a capacidade humana para criar vínculos; de fazer, dito de outro modo, circular bens sociais entre indivíduos, dentre eles o afeto e a possibilidade de se deixar afetar – que mais que fraqueza, ao meu olhar, é força vital. Na perspectiva espinosiana, esta capacidade de afetarmos e de sermos afetados pelos outros seria o grande impulsionador da ação humana no âmbito social. Sou, em sua esteira, daqueles seres humanos que creem no potencial da troca, do vínculo, sobretudo em contextos nos quais a distância e o medo do outro é a regra, como é o caso, na grande maioria das vezes, do mundo do crack. O afeto é, para mim, condição indissociável do humano e da dimensão política. E o campo, por sua vez, é espaço de luta, um encontro de biografias, uma mistura de contemplação filosófica e constatação empírica entre as intersubjetividades. Já dizia Charles Taylor (1975),

quando pensamos num ser humano, não entendemos simplesmente um organismo vivo, mas um ser que pensa, tem sentimentos, decide, se comunica, responde, relaciona-se com outros; tudo isso implica uma linguagem, um relativo conjunto de modos de fazer experiências do mundo, de interpretar os próprios sentimentos, compreender a própria relação com os demais, com o passado, com o futuro, com o absoluto e assim por diante (p. 380).

Neste mesmo espírito de síntese e abertura, retomo o fio deixado em suspenso alguns parágrafos atrás, sublinhando que não houve uma corrente teórica específica sustentando todo o eixo da minha argumentação, tampouco uma disciplina coesa única na qual ela se delimitou, sim

um universo de percepções e autores que iluminaram distintamente os tantos campos temáticos através dos quais a figura do *noiado* “*perambulou*”. Nesse sentido, para dar conta de apreender os elementos problematizados, fiz uso de uma abordagem interdisciplinar e múltipla que, além da sensibilidade e abordagem sociológicas (MILLS, 1972; GIDDENS & TURNER, 1999) – minha formação acadêmica de base –, se apropriou, quando necessário, de contribuições antropológicas, filosóficas e psicossociais, contestando mesmo as fronteiras entre elas.

Nesse horizonte interpretativo diverso, alguns princípios foram desde o início, no entanto, norteadores para minha compreensão, quais sejam,

- i. Na esteira do interacionismo simbólico, os fenômenos em análise são construções sociais desenvolvidas na interação entre os indivíduos consigo mesmos e com seus contextos interativos (BLUMER, 1982; GOFFMAN, 1988, 2011; MEAD, 2015);
- ii. Nesses contextos interativos, os sujeitos se percebem e criam suas identidades, sua noção de *self*, através da alteridade, ou seja, através da percepção e negociação da diferença com o outro (BLUMER, 1982; GOFFMAN, 1988, 2011; JODELET, 1999; MEAD, 2015; SAWAIA, 2009);
- iii. Diante do dito, as percepções de mundo são dialógicas e geradas na interação com esse outro e seus contextos, orientando e sistematizando práticas e significações da realidade, inclusive intersubjetiva (BLUMER, 1982; GOFFMAN, 1988, 2011; MEAD, 2015);
- iv. Os sujeitos em diálogo são históricos e críticos de sua própria realidade (MARTINS, 1997), construindo imaginários sociais (TAYLOR, 1989; MATTOS, 2009; BABIER, 1994) sobre seus contextos, sua existência e a do outro.

No caso, com base nessas premissas e nas perspectivas cedidas pelas interlocuções, desde o momento que tive meu projeto finalizado em mãos, busquei analisar o *noiado* enquanto fruto da realidade interativa, construído através da alteridade. Esta realidade interativa dada seria também a base, em termos conceituais, para a construção de imaginários sociais. Segundo Taylor (MATTOS, 2009, p. 77), teórico de suma importância para o meu trabalho e um dos principais que trabalhou essa noção, tal imaginário social seria composto pelas

percepções das pessoas de como elas interagem e entram em acordo, das práticas sociais que as representam, que estão baseadas em noções normativas de vida. Esse imaginário social envolve o senso moral de expectativas de comportamento que nós temos uns com os outros, que nos permite cumprir e validar determinadas práticas coletivas.

Nos termos de Barbier (1994, p. 22), “*enquanto fluxo particular, o imaginário exterioriza o real, arrancando-lhe fragmentos constantemente renovados que se inscrevem, transformados em um campo simbólico. [...] A imaginação é o real total como expressão de um todo na sua singularidade imaginante*”. Assim, esse imaginário não se trataria de algo falso, enganoso, mas de conteúdos construídos dinamicamente pela nossa capacidade de dar forma e criar o mundo ao nosso redor.

Apesar dessa genealogia teórica que empodera a perspectiva do ator social e seu potencial imaginante, criador, ressalto, assim como Souza (SOUZA, 2003, 2004; SOUZA et al., 2016), não partir do pressuposto inocente de que esse ator cria autonomamente a dinâmica social ao seu entorno, ou que tal dinâmica seja completamente “transparente” ao mesmo, e da mesma forma, por todos os demais⁷. Assim acredito guardar, também para a análise, a lógica de meu colorido individual, interpretando as falas dos meus interlocutores com o auxílio de recursos teóricos, quando estes me pareceram operativos.

Apenas essa conexão entre teoria e empiria nos permite tanto ir além das meras descrições etnográficas quanto superar o hiato entre o “abstrato” e o “concreto”, ou seja, o comportamento observável e reconstruído por uma empiria crítica (SOUZA et al., 2016, p. 30).

Para tanto, adianto, criei, apesar da plasticidade dos depoimentos, aquilo que Lima (SOUZA et al., 2016), em estudo recente, chamou de um tipo-psicossocial, o que poderíamos pensar como um

⁷ Já alertou o autor: “*O pressuposto teórico da imensa maioria das pesquisas quantitativas e qualitativas é, portanto, o de que o mundo social é “consensualmente compartilhado” entre todos os indivíduos e que não existe nenhuma “distorção” na forma que os indivíduos apreendem o mundo. É como se fosse um mundo sem dominação social e, portanto, sem ‘distorção sistemática’ do sentido individual causada pelos imperativos dos poderes e interesses dominantes que necessitam reproduzir e legitimar seus privilégios*” (SOUZA et al., 2016, p. 19-20).

versão realista do que, em termos weberianos, e na esteira de sua sociologia compreensiva com a qual dialogo, chamaríamos de um “tipo ideal” (WEBER, 1991).⁸

O “tipo-psicossocial” do *noiado* foi, assim e neste horizonte compreensivo, “colorido” por mim, ao mesmo tempo em que baseado no imaginário construído pelos meus interlocutores, o qual construí, inicialmente, como indiquei na introdução, com base nos indícios da bibliografia, os quais apresentarei em seguida. Meu papel nesse “modelamento” se deu sobretudo no iluminar das esferas de análise e no enxergar do meu tipo-psicossocial em carne e osso, diante de mim. Se para Weber, o tipo ideal se aproximaria em casos raros da realidade histórica, estou convencida de ter encontrado inúmeros *noiados*, neste caso, quando vi as descrições dadas incorporadas em sujeitos que entrevistei ou cruzei em minhas vivências cotidianas. Nestas situações, me permiti entender o que me havia sido dito, interpretando-o sociologicamente⁹. Neste contexto, na esteira de Olivier Schwartz (1993), circulei entre elementos situacionais e propriedades estruturais, acreditando que as primeiras podem conduzir a ampliação dos saberes sobre as últimas. Dito tanto, antes de apresentar meus achados, vejamos de onde parti, inclusive para a formulação do meu guia de entrevistas.

⁸ Enquanto uma construção do sujeito investigador, o “tipo ideal” weberiano reteria os aspectos vistos como essenciais de cada fenômeno, em contraponto aos acessórios. Ele não expressaria algo necessariamente factual, sendo inclusive relativamente vazio diante da realidade histórica, no sentido de que dela se aproximaria, segundo Weber, apenas em casos raros. Segundo o autor, nesse horizonte, *“quanto mais precisa e unívoca é a construção dos tipos ideais – por conseguinte, quanto mais estranhos eles são, nesse sentido, ao mundo –, tanto melhor é o serviço que prestam, no plano terminológico e classificatório”*. Eles seriam, nesse sentido, para Weber, um tipo de solução às condições, possibilidades e problemas da interpretação em sua sociologia compreensiva. Neste caso e dito de outro modo, enquanto meio heurístico, através do tipo ideal, o especialista obteria, artificialmente, um mecanismo de controle interpretativo dos dados (FERNANDES, 1959; FREUND, 1980; WEBER, 1991).

⁹ Como propôs Souza (SOUZA et al., 2016, p. 21), *“a ciência social para ser ciência, portanto, tem de ser crítica da realidade e construir em pensamento outras articulações de sentido que não as que lograram, por motivos pragmáticos e necessidades da reprodução de privilégios injustos, tornarem-se dominantes”*.

2.2 NOS RASTROS DA PARANOIA: INDÍCIOS BIBLIOGRÁFICOS

O termo *noiado* origina-se da abreviação da palavra *paranoia*¹⁰, uma das reações psicotrópicas comuns que acometem adictos em crack. A paranoia, apesar de sua polifonia no âmbito psiquiátrico e popular, é normalmente configurada por um *Eu* psicótico perseguido pela impressão inquietante de que algo ou alguém lhe fará mal, pela sensação de risco constante, de insegurança perante o mundo. Muitos foram os autores que se debruçaram sobre o tema, dentre eles o considerado pai da Psicanálise, Sigmund Freud (1954) – sobretudo através do famoso caso Schreber (1975) – e Jacques Lacan (1987). Nesse campo semântico, a paranoia é, como nos propôs Rabouin (2005), uma temática de fronteira. Além de tratada por diversas vertentes do pensamento, como pela psicanálise, pela literatura (DOTOÏEVSKI, 1992; BATAILLE, 1991; KAFKA, 2002) e pela política (DELEUZE & GUATTARI, 2010), ela nos questiona, de maneira geral, sobre os limites da *psique* humana e sobre nossos julgamentos entre o discernimento são e o delírio. Ela nos coloca a refletir ainda, sociologicamente, e como propôs Edwin Lemert (1976), sobre nossas relações sociais ordinárias e seus impactos sobre os surtos psicóticos, e vice-versa.

Seguindo, assim, os rastros da paranoia, muitas seriam e são as possibilidades de análise, das quais, no entanto, coube-nos desviar a fim de ater-nos ao objetivo central deste trabalho. Apesar da importância da noção médica de paranoia para a designação do termo, e mesmo, para pensar o tipo-psicossocial do *noiado*, detive-me nela apenas quando me foi exigido pelo material empírico, permitindo-me uma abordagem sociológica que levava em consideração diferentes aspectos dispersos na literatura brasileira sobre o crack, as quais eu apresentarei adiante. O *noiado* é, para além de uma categoria instigante sociologicamente, um intercessão interpretativa de temáticas

¹⁰ O termo *paranoia*, em grego, significa etimologicamente “contra o espírito” e, em linguagem corrente, quer dizer “loucura”. Segundo Rabouin (2005), foram autores alemães como Émile Kraepelin, para este último mais exatamente nos anos de 1896, que o inseriram no contexto médico e enquanto vocabulário técnico da psiquiatria.

fundamentais para se compreender o universo do crack e, de maneira geral, como espero deixar claro, alguns tantos fenômenos da subcidadania no Brasil atual.

A fim de continuar, voltemos brevemente à paranoia. No caso dos usuários de crack, ela estaria ligada, em certo sentido, a um efeito biológico, operando nesse nível na medida em que está associada eventualmente a tremores, taquicardia e surtos psicológicos e que se dá após inalação da substância. Não obstante, não poderia ser apenas assim percebida, sobretudo no sentido de que ela não se manifesta exclusivamente em função do efeito farmacológico do crack, sim também em associação ao contexto em que se está e aos elementos interacionais das sociabilidades que circundam as substâncias psicoativas ilegais e socialmente criminalizadas como o crack (COSTA, 2014; ACIOLI NETO, 2014; SOUZA et al., 2016; DAUDELIN & RATTON, 2017)¹¹. Foi, sobretudo, neste segundo aspecto que me debrucei.

Neste horizonte, como bem identificou Rui (2012, p. 279), se é “*o ato de consumo que pode induzir a noia (enquanto efeito instantâneo), não é, porém, o que caracteriza um noia (enquanto tipo de pessoa)*”. Esse seria, por sua vez e segundo o que foi possível de se apreender da literatura encontrada, aquele usuário abusivo do crack que, como antecipado, estabeleceu uma relação extrema com a substância. Essa relação extrema estaria caracterizada, segundo Braga (2010), pela perda do controle sobre o uso e, conseqüentemente, sobre a vida. O *noia*, ou *noiado* – variante regional do termo encontrada em campo –, seria aquele usuário que não mais consegue sustentar uma forma de vida convencional associada, por exemplo, ao trabalho e à família, apresentando uma trajetória de desconfiguração de vínculos sociais (COSTA, 2014). Tamanho seria seu vício

¹¹ Acioli Neto (2014, p. 20) desenvolveu um estudo sobre as representações do crack, no qual analisou a associação entre práticas de uso e contextos interativos. Segundo o autor, “*a mesma substância psicoativa com propriedades farmacológicas idênticas possui sentidos que se modificam em relação ao contexto de uso [...]. Nesse âmbito, as drogas teriam um caráter ambíguo que advém de sua natureza simbólica, pois seus sentidos são construídos em contextos que permitem sua significação enquanto objeto social*”. A paranoia, entre seus entrevistados, surgira, por exemplo, em contextos específicos, como em situações de violência, dívida e criminalidade.

e a fissura dele decorrente, que o *noiado* faria de tudo para continuar a consumir a substância (BRAGA, 2014).

Em direção a tal relação extrema, o *noiado* passaria por um processo de degradação paulatina de sua imagem corporal. Para os interlocutores de Rui (2014, p. 274), por exemplo, o *noia* é “*uma pessoa que trás em primeiro plano uma imagem degradada, produzida gradualmente a partir da combinação de uso intenso da droga, sujeira, marcas de desgaste e emagrecimento*”. A magreza tinha sido citada também por meus interlocutores, em estudo recente, enquanto uma característica do *noiado* (COSTA, 2014), um indício externo e evidente, que indicava, por sua vez, um total desajuste diante dos padrões sociais. Nesse sentido, ao que tudo indicava, o *noiado* tomaria uma dimensão corporal específica, que me caberia conhecer melhor. Qual seria o papel do corpo dentro das negociações de sentido associadas à figura do *noiado*? De que modo o corpo expressaria esse tipo social? Seria apenas o corpo agindo enquanto veículo de um imaginário específico? Ou o corpo, nesse caso, estaria associado a outros elementos que o depreciariam? De que forma esse corpo se alteraria, alterando identidades e a realidade na qual se insere?

Segundo Viveiro de Castros (2002 *apud* RUI, 2012, p. 279), as “*mudanças corporais são ao mesmo tempo causa e instrumento das transformações das relações sociais*”. Essa observação evidenciava a ligação entre o corpo, enquanto realidade material, e suas interações simbólicas no seio do coletivo. O *noiado* passa, por exemplo, a ser não confiável – diante de outros usuários, inclusive, (RUI, 2012; COSTA; 2014) – e a alteração da aparência funciona acionando estereótipos¹² sobre esses indivíduos, esses enquanto “*indesejáveis*” e “*perigosos*”, estigmatizados e rotulados, nos termos de autores como Goffman e Becker, que veremos adiante. Diante disso, me coube alguns questionamentos: de que forma especificamente, na visão de meus interlocutores, as relações sociais do *noiado* com os demais se transformariam? Como ele passaria, com sua corporalidade específica, a interagir no meio social? Como meus interlocutores perceberiam a

¹² Estereótipos são “*esquemas que concernem especificamente aos atributos pessoais que caracterizam determinado grupo e de uma categoria social dada. Eles são considerados como resultantes de processos de simplificação próprios do pensamento do senso comum*” (JODELET, 1999 in SAWAIA, 2009, p. 59).

relação entre corpo, interação social e representação? De que forma essa relação seria base para a construção de identidades, mostrando-se relevante para entender a figura do *noiado*?

Explorando outras possíveis dimensões associadas ao crack, Rui (2012) faz uma análise de seus usos no que tange à espacialidade, o que sugeriu elementos interessantes para a discussão. Segundo a autora, a posição do usuário dentro da dicotomia centralidade-periferia muito explicaria sobre as particularidades de sua relação com a substância em análise ¹³. De acordo com seus interlocutores, as interações sociais mais próximas, típicas de pequenas comunidades, significariam mais controle sobre o sujeito adicto e exerceriam pressão sobre eventuais desgovernos do consumo, evitando-os. Ao contrário, o caráter fugaz e difuso das interações e vínculos característicos dos grandes centros urbanos dificultaria a gestão das práticas alheias e próprias. Também entre essas espacialidades, existiriam diferenças substanciais no que tange às possibilidades de fazer renda e se adquirir o crack, o que incluiria, por exemplo, trabalhos informais variados e atividades ilícitas, como o tráfico e a prostituição (RUI, 2012).

Com base nesses achados, Rui (2012) me chamou a atenção para a importância da espacialidade no que tange à produção de práticas sociais e sentidos associados ao *noiado*. Sugeriu-me, por conseguinte, que também os imaginários sociais estavam associados às configurações típicas dos espaços nos quais são construídos. Essa noção me remeteu às já colocadas por Acioli Neto (2014) a respeito do contexto, e me incitou a investigar mais proximamente a relação do *noiado* com o espaço: seria o *noiado* uma figura tipicamente urbana? Em quais espaços/contextos ele apareceria? De uma maneira geral, qual seria, na perspectiva de meus interlocutores, a relação simbólica entre o espaço e o *noiado*? De que maneira a identidade do *noiado* ou suas opostas se construiriam dentro do espaço ou a partir da noção do espaço?

O espaço foi também referência de análise em outros estudos sobre o crack, sobretudo através da estratégia metodológica etnográfica (MELOTTO, 2009; GOMES & ADORNO, 2011; RUI, 2012; FRÚGOLI & CAVALCANTI, 2013; SOUZA et al., 2016; MENEZES, 2016). As

¹³ Vale observar, também como fez a autora, que essa dicotomia é uma abstração. O centro e a periferia não existem em separado, sim em suas correlações e disputas que os ligam e separam. Também os usuários não transitarão apenas em um desses espaços, o que permite inclusive que a relação entre esses espaços seja apreensível (RUI, 2012).

cracolândias surgem nesse cenário interpretativo enquanto espaços específicos de interação entre atores sociais diversos, dentre os quais o *noiado*, espaços nos quais se travam gestões morais sobre sujeitos. Esses estudos, em suas abordagens particulares, direcionaram meu olhar sobre dois outros sentidos, os quais estavam possivelmente associados ao imaginário do *noiado*, quais sejam a questão em torno da discriminação de práticas sociais, associada, por sua vez, à construção de uma moralidade específica a partir da exclusão simbólica de determinados sujeitos e identidades.

Nas interações, construímos continuamente uma gama de significados e os incorporamos em representações de indivíduos e coletividades (JODELET, 1999; SAWAIA, 2009; MEAD, 2015; GOFFMAN, 2008). Isso se dá não apenas no que tange a nossa percepção do outro, mas também no que tange à própria construção do nosso eu, do nosso *self*, do nosso sentido de sujeiticidade, sempre negociado com o diferente. Essas formas de nos perceber expressam, por sua vez, a referida moralidade, a qual tomamos enquanto parâmetro, percebendo nossa existência com base nela, inclusive quando dela desviamos. O caso do *noiado* parecia ser também um exemplo através do qual se faria possível estudar a fundo essa relação entre práticas, imaginários e construção de identidades. Em pesquisa anterior, como brevemente elucidado, a noção do *noiado* já tinha sido citada enquanto categoria de percepção e descrição negativa de si e do outro (COSTA, 2014). Isso evidenciava não apenas o caráter relacional dos imaginários como um todo, construídos com base na alteridade, como sugeria, em congruência com o que colocaram Rui (2012) e Acioli Neto (2014), que o *noiado* seria uma figura que radicalizaria tal alteridade, na medida em que constituiria de diversos modos um tipo social fundado a partir do indesejado, ou do abjeto, como propôs Rui (2012).

Esses indícios foram importantes para me levar a compreender, a partir do estudo do universo simbólico do *noiado*, “*de que maneira as pessoas ou os grupos que são objetos de uma distinção são construídos enquanto uma categoria a parte*” (JODELET, 1999 in SAWAIA, 2009, p.54), ou, dito de outro modo, de que maneira eles são excluídos do corpo do todo, ao mesmo tempo que dão sentido a ele. Esse foi um paradoxo interessante, que cedia à figura do *noiado* um caráter ainda mais controverso e instigante. Esse paradoxo me levou, por sua vez, a outra problemática que evidenciava a forma como a sociedade lida com o desviante, aquele que carrega as “etiquetas negativas”. Essas etiquetas, como apontou Escorel (2006) e como mostrarei adiante, coladas em

certos grupos de pessoas, suscitam reações sociais de indiferença e medo, aumentando a vulnerabilidade desses indivíduos à violência como modalidade de interações sociais.

O *noiado* parecia ser, nesse contexto, uma figura não apenas indesejada, mas temida (ACIOLI NETO, 2014). A grande mídia, claramente e através das tantas pesquisas informais que tinha feito, contribuía consideravelmente para fortificar esse sentimento de repulsa diante dele, sobretudo na medida em que difunde perspectivas patologizantes e criminalizantes sobre os usuários de crack (MELOTTO, 2010; RUI, 2012; ACIOLI NETO, 2014; COSTA, 2014; SOUZA et al., 2016). Ao excluir o *noiado* do campo de normas e valores aceitáveis por uma desumanização que autoriza a expressão do desprezo, justificam-se sobre ele medidas, violências e penas a serem infligidas (JODELET, 1999). A figura do *noiado*, nesse sentido,

[...] emerge e justifica todo o aparato repressivo, assistencial, religioso, midiático e sanitário. Tal como imaginada, ela evoca limites corporais, sociais, espaciais, simbólicos e morais; impulsiona a criação de gestões que visam tanto recuperação quanto eliminação; e também centraliza o investimento dos inúmeros dispositivos políticos que passaram a lidar diretamente com a questão (RUI, 2012, p. 9).

O *noiado*, como foi possível se apreender diante do discorrido, seria uma intercessão de elementos e temáticas centrais na Sociologia, intercessão essa que precisava ser explorada. A figura do *noiado* estava associada a um universo simbólico, do qual desejava tirar os véus, e do qual penso ter feito, como mostrarei adiante, nos rastros dos autores supracitados e de outros que compõem o pensamento contemporâneo brasileiro sobre o crack e seus usuários.

2.3 OUTROS HORIZONTES INTERPRETATIVOS: ESTIGMAS, RÓTULOS E HIERARQUIAS MORAIS

Dito tanto, cabe-me reafirmar que, por afinidade temática e associações interpretativas, este trabalho encontra-se genealogicamente na esteira do pensamento interacionista, com seus fundamentos pragmáticos e fenomenológicos. Não pretendo aqui me debruçar sobre tais fundamentos, abordados com competência em obras dirigidas para tanto (cf. BLUMER, 1969;

JOAS, 1987; CHARON, 1989; DOMINGUES 2001), mas sublinhar sua importância na formação do meu olhar epistemológico. No mais e seguindo adiante, destaco, nesta linhagem, a importância do pensamento de autores como Howard Becker (2008) e Erving Goffman (1988, 2011, 2014), assim como, no contexto nacional, das análogas incursões do sociólogo Michel Misse (1999, 2006, 2010) sobre a categoria “bandido”. Meu trabalho aproxima-se ainda das reflexões sobre o pano de fundo moral moderno descrito por Charles Taylor (1989) e, em grande sentido, da articulação brasileira que foi feita entre este e Pierre Bourdieu (1984) por Jessé de Souza (SOUZA; 2003, 2004).

No que tange à Howard Becker, refiro-me sobretudo a sua clássica obra *Outsiders* (2008). Nesta, destaque das teorias do etiquetamento e do desvio, o autor enfatizou a ideia de que não há o desviante em si, mas uma relação entre atores que acusam outros atores de estarem quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural. O comportamento desviante é, assim, criado em sociedade, pela própria sociedade, disse Becker. No que concerne a esses comportamentos, nem sempre haveria leis para puni-los, não havendo assim, um sistema organizado para detectar aqueles que infringiriam regras de cunho informal, associadas aos costumes. Diz o autor:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra importa, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um *outsider* (p. 15).

Este jogo de etiquetamento do *outsider* é complexo. Enquanto alguns dos que violam as regras acreditam que são injustamente julgados, resistindo de diferentes formas ao julgamento, outros podem não apenas aceitar e etiqueta de desviante, como reafirmar moralmente a regra que desrespeitaram. Do mesmo modo, algumas pessoas podem ser rotuladas como desviantes sem de fato terem infringido uma regra, enquanto outros a infringem sem sequer serem percebidos pelos demais. Dada esta heterogeneidade, afirma Becker, não seria sensato esperar encontrar fatores

comuns de personalidade ou de situação de vida que justifiquem o ato desviante. Na perspectiva do autor, o que os rotulados teriam em comum seria sobretudo a partilha do rótulo e a experiência de serem rotulados.

Assim como Becker, parti do princípio de que o desvio é o produto de uma transação que tem lugar em um grupo social preciso e que o desviante é alguém visto por esse grupo como infrator de uma regra. Ao contrário de Becker, no entanto, debrucei-me em diversas situações sobre as características psicossociais dos desviantes, isto por acreditar que, como argumentarei adiante com base em Souza (2003, 2004), no Brasil, a hierarquia moral toma configurações sociologicamente particulares que são fundamentais em minha análise. Como já havia proposto Becker, o grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. Regras e classificações tendem, assim, a ser aplicadas mais a algumas pessoas que a outras, e no Brasil esse jogo de rotulação, associado ao perfil do rotulado, revela, como mostrarei, aspectos instigantes analiticamente.

Regras sociais são criação de grupos sociais específicos. As sociedades modernas não constituem organizações simples em que todos concordam quanto ao que são as regras e como elas devem ser aplicadas em situações específicas. São, ao contrário, altamente diferenciadas ao longo de linhas de classe social, linhas étnicas, linhas ocupacionais e linhas culturais. Esses grupos não precisam partilhar as mesmas regras e, de fato, frequentemente não o fazem. Os problemas que eles enfrentam ao lidar com seu ambiente, a história e as tradições que carregam consigo, todos conduzem à evolução de diferentes conjuntos de regras (BECKER, 2008, p. 28).

Não pretendo aqui debruçar-me detalhadamente sobre a obra deste autor, tão explorada por diversos cientistas sociais, inclusive brasileiros, dentre os quais destaco Gilberto Velho (2002, 2003). Intransponível, no entanto, para o trabalho que desenvolvi, Becker e seu pensamento – que extrapola *Outsiders* em complexidade e pluralidade –, iluminou, sem dúvida, além de muitas de minhas posturas metodológicas, diferentes esferas do tipo psicossocial do *noiado*, ao que pude compreender, desviante em sua essência. Interessante aqui é não apenas o caráter interativo do seu pensamento, mas o aspecto construído do tipo desviante. O *noiado*, como veremos em mais detalhes adiante, é uma construção imaginária, fantasmagórica, ao mesmo tempo que viva,

empírica. Também como veremos, muitas das lógicas do jogo de rotulação reveladas por Becker ressurgiram em minha pesquisa sobre o *noiado*:

O viciado em drogas se vê impelido para outros tipos de atividade ilegítima, como o roubo e o furto, porque os empregadores respeitáveis se recusam a tê-lo por perto. [...] Quando apanhado, o desviante é tratado de acordo com o diagnóstico popular que descreve sua maneira de ser, e esse tratamento pode, ele mesmo, de maneira semelhante, produzir um desvio crescente. O viciado, popularmente visto como um indivíduo sem força de vontade, que não consegue se privar dos prazeres indecentes que lhe são fornecidos pelas drogas opiáceas, é tratado de forma repressiva. [...] Expressa de maneira mais geral, a questão é que o tratamento dos desviantes lhes nega os meios comuns de levar adiante as rotinas da vida cotidiana acessíveis à maioria das pessoas. Em razão dessa negação, o desviante deve necessariamente desenvolver rotinas ilegítimas (*ibidem*, p. 45).

Contemporâneo de Becker e igualmente fundamental para esse trabalho foi Erving Goffman, sobretudo com sua obra *Estigma* (1988). Dela retiro, dentre outros aspectos, a noção que a intitula, *estigma* – nos termos do autor, um atributo profundamente depreciativo. Segundo ele, haveria tipos distintos de estigma, dentre eles as abominações do corpo, as culpas de caráter individual e os estigmas tribais de raça, nação e religião. Observando a vida cotidiana, Goffman propõe que utilizamos em nosso discurso diversos termos específicos de estigma (aleijado, bastardo, retardado, etc.) como fonte de metáfora e representação, normalmente sem pensar o seu significado original. O mesmo me pareceu ocorrer com o termo *noiado*. Os usuários o utilizam de maneira corrente e vários sociólogos o reproduzem em seus trabalhos (respeitando variantes regionais como nóia, cracudo, crackento etc.). Apesar disso, salve a já citada etnografia de Rui (2012), não encontrei explorações mais profundas sobre essa categoria, tampouco sobre as tantas relações que ela ilumina do ponto de vista sociológico – um mérito potencial deste trabalho.

Assim como Goffman, analisarei alguns processos de socialização no qual os *noiados*, enquanto pessoas estigmatizadas, aprendem, apreendem e incorporam o ponto de vista dos normais, adquirindo e/ou reafirmando as crenças da sociedade mais ampla em relação a sua identidade. Debruçando-me sobre carreiras morais de usuários de crack, ainda na esteira de Goffman, trabalharei aspectos de reconhecimento e manuseamento identitário, do jogo de

ocultamento e revelação, e buscarei informações sociais sobre esse tipo psicossocial instigante que é o *noiado*. Neste sentido, Goffman me deixou direções:

É evidente que para construir uma identificação pessoal de um indivíduo utilizamos aspectos de sua identidade social – junto com tudo o mais que possa estar associado a ela. É claro ainda que o fato de ser capaz de identificar pessoalmente um indivíduo nos dá um recurso de memória para organizar e consolidar a informação referente à sua identidade social – um processo que pode alterar sutilmente o significado das características sociais que lhe imputamos (*ibidem*, p. 58).

Vale salientar que não sigo exatamente uma análise de tipo goffmaniano, com seu amplo universo de terminologias e metáforas teatrais, mas a terei constantemente como pano de fundo, assim como a de Becker. Neste sentido, sigo ainda, por exemplo, na minha abordagem de cunho etnográfico, os indícios de Goffman sobre a vida cotidiana.

Um conceito-chave aqui é o de rotina diária porque é ela que o vincula às diversas situações sociais de que ele [o estigmatizado] participa. E estuda-se a rotina diária tendo-se em mente uma perspectiva especial: se o indivíduo é uma pessoa desacreditada, procuramos o ciclo quotidiano de restrições que ele enfrenta quanto à aceitação social; se ele é uma pessoa desacreditável, buscamos as contingências com que se depara na manipulação da informação sobre sua pessoa (*ibidem*, p. 80).

À guisa de síntese e finalização, a ordem interacional, para Goffman, possui um aspecto real e concreto, fundamental à análise sociológica. Nesta ordem interacional, os indivíduos projetam continuamente características e expectativas morais sobre o outro, sobre sua condição e comportamento, o que, por sua vez, cede uma carga emocional ao processo interacional. Estive também atenta a esse aspecto emocional assinalado por Goffman, assim como às tantas formulações e pensamentos que os sujeitos têm sobre si e sobre os outros que dão cor às suas emoções.

Algumas das contribuições de Becker e Goffman foram, de forma instigante, trabalhadas pelo sociólogo brasileiro Michel Misse (2010) em sua análise sobre a sujeição criminal experienciada pelo “bandido”, esse enquanto um

[...] agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação para a morte física, seja a o ideal de reconversão à moral e à sociedade que o acusa (*ibidem*, p. 17).

Como terei a oportunidade de desenvolver adiante, o *bandido* partilha várias características sociológicas com o *noiado*, ambos construídos enquanto tipos sociais-limite que incorporam, para além de seus cursos de ação e a partir de um “rótulo”, uma identidade, no termos goffmanianos, deteriorada.

O interessante na leitura de Misse é sua ênfase no sujeito e seus processos de subjetivação. Neste sentido, todos os significados inerentes aos rótulos, mais do que atrelados a um comportamento desviante, estariam associados a uma “*subjetividade peculiar, algo como um ‘carisma de valor negativo’*” (p. 27). Haveria, neste caso e segundo a leitura do autor, uma expectativa social de que o *noiado*, assim como bandido, seria subjetivamente ligado à transgressão de uma ou mais regras morais.

Dentre outros tantos aspectos interessantes apresentados na classificação de Misse do tipo social “bandido”, retenho também a sua vigilância diante do contexto brasileiro, que, de acordo com ele, é resultado de um processo de “acumulação social da violência”. Se não o discuto diretamente por ater-me aos objetivos centrais da minha pesquisa, deixo-a no meu horizonte de análise. Desta contribuição analítica, que une tematicamente o autor à interpretação de Souza que desenvolverei adiante, debruço-me sobretudo na relação entre acumulação de desvantagens sociais (associados à pobreza e ao estilo de vida) e processos de rotulação e estigmatização. Desenvolverei esse elemento mais adiante, em minha análise. Através de Michel Misse pude, por fim, além de unir as leituras de Becker e Goffman, aplicando-as a um caso empírico ontologicamente próximo, ancorar-me em uma abordagem sociologicamente adaptada para a realidade do Brasil.

Passo, agora, como que por um salto analítico, a fim de criar um fio histórico, à leitura de Charles Taylor (1989) sobre o quadro moral da sociedade ocidental, aportada pela interpretação de Jessé Souza (2003, 2004), coordenador da última grande pesquisa coletiva em âmbito nacional publicada sobre o crack (SOUZA et al., 2016). Interpretativamente, esta leitura está ligada à tese clássica do já citado Max Weber no que concerne à singularidade do ocidente e seu novo tipo de agente social¹⁴. O processo que levou a essa construção, associado à Reforma Protestante¹⁵, diz Weber (2004)

significou não tanto a eliminação da dominação eclesiástica sobre a vida de modo geral, quanto a substituição de sua forma vigente por uma outra. E substituição de uma dominação extremamente cômoda, que na época mal se fazia sentir na prática, quase só formal muitas vezes, por uma regulamentação levada a sério e infinitamente incômoda da conduta de vida como um todo, que penetrava todas as esferas da vida doméstica e pública até os limites do concebível (*ibidem*, p. 30).

O surgimento de uma nova ética, nesse contexto, dava vazão a um conjunto de princípios que passaram a orientar a conduta dos indivíduos, ou seja, aquilo que determina seu modo de se portar, agir, e se perceber no mundo.

¹⁴ Weber (2004) analisa a relação entre o capitalismo e as doutrinas protestantes ascéticas, pensando o capitalismo não como sistema econômico, como modo de produção, mas o capitalismo enquanto “espírito”, isto é, cultura – a cultura capitalista moderna, o capitalismo vivenciado pelas pessoas na condução metódica da vida diária. As doutrinas protestantes estudadas pelo autor, por sua vez, – dentre elas aquelas postas por ele como representantes históricas do protestantismo ascético, no caso, o calvinismo, o pietismo, o metodismo e as seitas anabatistas – seriam caracterizadas por uma racionalidade específica, para a qual concorreu a noção de trabalho como *vocação* e a *ascese intramundana*.

¹⁵ Nesse contexto de regulamentação da vida, segundo Weber, o efeito propriamente dito da Reforma consistiu em ter, já no primeiro momento, inflado fortemente, em contraste com a concepção católica, a ênfase moral e o prêmio religioso para o trabalho intramundano no quadro das profissões. Vale ressaltar que tais efeitos de cunho cultural da Reforma foram, em boa parte, desdobramentos imprevistos e mesmo indesejados do trabalho dos reformadores, desdobramentos “*o mais das vezes bem longe, ou mesmo ao contrário, de tudo o que eles próprios tinham em mente*” (*ibidem*, p. 81).

Charles Taylor, em sua reinterpretação da tese weberiana, desloca o início dessa empreitada moral para a reincorporação do princípio de virtude platônica por Santo Agostinho (TAYLOR, 1989; SOUZA, 2003, 2004; SOUZA et al., 2016); o controle das paixões do corpo tornar-se o significado maior da virtude do espírito e do bem coletivo.

Assim, de modo bastante concreto, ligado ao maior “interesse ideal” das sociedades tradicionais, o de ser “salvo” e de lograr, portanto, a “vida eterna” essa noção de virtude tornou-se “prática”. Essa é uma noção de virtude muito singular e que permite “avaliar” e “classificar” o mundo em todas as dimensões se tornando “naturalizada” – ou seja, sua gênese é esquecida – no Ocidente moderno. No entanto, se pensarmos duas vezes, veremos que, rigorosamente, todas as hierarquias sociais vigentes têm a ver com a oposição espírito/corpo no sentido da salvação cristã. Como o espírito é superior ao corpo na ética cristã e deve controlar as paixões incontroláveis do corpo, todas as determinações de valor positivo estão ligadas ao espírito, enquanto todas as valorações ambíguas ou abertamente negativas têm a ver como o elemento corpóreo (SOUZA, 2004, p. 33).

Independente de onde partamos do ponto de vista histórico, certo é que o quadro normativo resultante é o mesmo¹⁶, assim como seus impactos diante de uma ontologia do humano subjacente à moderna cultura ocidental. Fundada, por sua vez, em uma “disciplina pessoal”, tal ontologia, que nos ajudará a melhor compreender o *noiado*, carrega consigo indivíduos capazes de controlar a si mesmos, assumindo a responsabilidade pela própria vida. A família e o trabalho, como aprofundarei adiante para meu caso empírico, são esferas fundamentais da vida através das quais o sujeito será (ou não) considerado como um ser humano pleno e digno. Nos termos do autor, num contexto de afirmação da vida cotidiana, “*a vida humana plena passa a ser definida em termos de trabalho e produção, de um lado, e casamento e vida familiar, do outro*” (TAYLOR, 1989, p. 276).

¹⁶ Sobre os limites da teoria weberiana, no entanto, nos alerta Jessé Souza (SOUZA, 2003, p. 81): “*De outro lado, o ponto de partida weberiano, por estar preso às categorias da “filosofia da consciência”, que forçava Weber a perceber no sujeito a fonte de todo sentido e moralidade, não dá conta, em toda sua dimensão, da extensão do horizonte valorativo, moral e simbólico presente nessas configurações institucionais exportadas do centro para a periferia como “artefatos prontos”, segundo sua própria formulação*”.

Nesta incursão, assim como para Souza (2004), não nos interessa aqui o uso que Taylor faz de suas investigações no contexto do debate sobre o multiculturalismo, sim sua articulação da configuração valorativa implícita ao racionalismo ocidental, o qual, por sua vez, como argumentou Jessé, cria um tipo específico de hierarquia social e uma percepção específica de reconhecimento social baseada nela. As noções de cálculo, raciocínio prospectivo, autocontrole e trabalho produtivo tornam-se não apenas fundamento do reconhecimento social do indivíduo, mas também a base fundamental na qual repousa sua autoestima.

Assim, ao contrário do critério classificatório da civilização hindu, por exemplo, em que o princípio da pureza hierarquiza as castas sociais (Weber, 1998, pp. 1-97), *no Ocidente passa a ser o compartilhamento de uma determinada estrutura psicossocial o fundamento implícito do reconhecimento social*. É essa estrutura psicossocial o pressuposto da consolidação de sistemas racionais-formais como mercado e Estado e, depois, produto principal da eficácia combinada dessas instituições. A generalização dessas condições torna possível a concepção de “cidadania”, ou seja, um conjunto de direitos e deveres no contexto do Estado-nação compartilhado por todos numa pressuposição de efetiva igualdade. As considerações de Taylor sobre a “dignidade”, como fundamento da autoestima e do reconhecimento social do indivíduo, remetem, portanto, à relação entre o compartilhamento de uma economia emocional e moral contingente à possibilidade de reconhecimento social para indivíduos e grupos (*ibidem*, p. 83-84).

Das incursões teóricas de Taylor – que passam por autores modernos como Descartes e Locke –, surge a noção de *self* pontual, um *self* tomado como autônomo diante do seu contexto, neste sentido, doutrinável através da disciplina na vida cotidiana. Essa concepção do sujeito encontra sustentação, sobretudo, nas classes burguesas dos países centrais e, mais tarde, nos países periféricos de modernização tardia¹⁷. Em meu estudo, e daí a importância de Taylor para minha leitura, sua difusão e mascaramento tornaram-se empiricamente evidentes nas tantas interlocuções

¹⁷ Não me apropriarei aqui das discussões de Taylor sobre o *self expressivo* singularizador, mesmo que a tensão entre este e o *self* pontual homogeneizante seja o cerne do argumento do autor em suas reflexões sobre o conflito existencial e político por excelência da modernidade tardia. Como veremos, assim como identificado por Taylor, também no meu universo de pesquisa é a ideologia do *self pontual* que estruturada as hierarquias morais identificadas.

vividas. Como evidenciarei, o *noiado* foi apresentado por meus interlocutores enquanto o aposto negativo do *self pontual*, seu avesso indigno, desprovido, por sua estrutura psicossocial, de mérito e reconhecimento. Deslocado na economia emocional e moral, ele foi descrito como sociologicamente distante dos valores dos sistemas racionais-formais fundamentais à nossa sociedade, distanciando-se assim igualmente do direito mesmo ao princípio de cidadania igualitária.

Afim, no entanto, de explicar de que modo a hierarquia moral evidenciada por Taylor se torna eficaz como base da classificação social e do valor diferencial entre indivíduos, Jessé Souza (2003, 2004), preenchendo as lacunas do pensamento tayloriano¹⁸, articula sua teoria da moralidade implícita com a abordagem bourdieusiana sobre a distinção. Neste horizonte, seu objetivo foi de demonstrar, baseado nesta moralidade para o caso de sociedades periféricas, como a naturalidade da desigualdade e a produção em massa do que o autor chama de “subcidadãos” foi fruto do processo de implantação de valores de classe e instituições modernas, essas baseadas na impessoalidade. Segundo o autor, essa articulação nos permite compreender as “*distinções sociais a partir de signos sociais opacos perceptíveis por todos de maneira pré-reflexiva*” (SOUZA, 2004, p. 84).

Vejamos seu argumento mais de perto. Souza se apropria, como introduzido, da sofisticada análise de Bourdieu (1984) no que concerne à opaca e refratada dominação ideológica de classe na modernidade tardia. Segundo o sociólogo brasileiro, a perspectiva do pensador francês nos convida a “*ir além de um conceito de reconhecimento que assume, pelo menos tendencialmente, como realidade efetiva, a ideologia da igualdade prevalecente nas sociedades centrais do Ocidente*” (*ibidem*). Para Bourdieu, no sentido contrário dessa tradição sociológica racionalista, obedecer a uma regra é uma prática aprendida e não simplesmente uma internalização de valores. Neste sentido, o fundamental é o “*condicionamento pré-reflexivo, automático, emotivo e espontâneo*” (*ibidem*, p. 85) inscrito no corpo de nossas ações e disposições. Dai surge a noção bourdieusiana de *habitus*, que tomará uma nova face na leitura de Souza. Segundo o autor, tal noção permite uma melhor compreensão sobre

¹⁸ Para uma discussão mais profunda sobre as lacunas do pensamento tayloriano, ver Souza (2003, 2004).

o conjunto de disposições culturais e institucionais que se inscrevem no corpo e que se expressam na linguagem corporal de cada indivíduo, transformando, por assim dizer, as escolhas valorativas culturais e institucionais em carne e osso. [...] Para Bourdieu, trata-se do conjunto de disposições ligadas a um estilo de vida particular, o qual conforma o *habitus* estratificado por classes sociais, e legítima, de forma invisível e subliminar, o acesso diferencial aos recursos materiais e ideais escassos, ou seja, a “ideologia espontânea” do capitalismo tardio (p. 85).

Na sua clássica tese sobre a distinção na França, Bourdieu argumenta que o gosto, esta qualidade vista como inata, seria uma noção a partir da qual poderíamos explorar critérios legitimadores dentro de hierarquias socialmente fundamentadas, critérios esses transmitidos sorrateiramente pela desigual cultura familiar e escolar. O centro do argumento de Bourdieu, neste horizonte, aponta para a formação de um *habitus* de classe, um processo de “*aprendizado não intencional de disposições, inclinações e esquemas avaliativos que permitem ao indivíduo perceber e classificar, numa dimensão pré-reflexiva, os signos opacos da cultura legítima*” (p. 85). Funcionando como um fator de distinção em todas as dimensões da vida humana que envolvem escolhas da parte do indivíduo, o gosto seria um fundamento, segundo Bourdieu, que permitiria separar e unir, por fios invisíveis, pessoas e grupos, forjando identidades e solidariedades de classe.

Para além de seus méritos analíticos, o caráter estruturalista do pensamento bourdieusiano, e aqui chegamos ao centro das críticas que lhe foram endereçadas, enclausura o *habitus*, de um lado, no contexto francês, e de outro, na pura irreflexão¹⁹. É por estas e outras razões também que Jessé vai articular a teoria de Bourdieu com a teoria objetiva da moralidade de Taylor explorada parcialmente acima, propondo, além de uma face histórica mais matizada, subdivisões à categoria de *habitus*. Diz ele:

¹⁹ Afirma Souza que, “para sairmos da absoluta arbitrariedade nessa dimensão da análise, é necessário se pleitear “alguma coisa” para além da mera *illusio* do jogo social. Como aponta Axel Honneth, a competição dos diversos grupos sociais entre si só tem sentido se houver o pressuposto da existência de interpretações conflitantes acerca de um terreno comum de regras que logram ser reconhecidas de maneira transclassista (Honneth, pp. 178-179). A falta dessa dimensão obscurece as razões pelas quais uma dada classe dirigente teria supostamente “escolhido” um objetivo e não outro. Do mesmo modo não se explica também por que ocorrem as mudanças no “comando” do processo social, como, por exemplo, a substituição da aristocracia pré-moderna pela burguesia no alvorecer da modernidade” (ibidem, p. 86).

Assim, em vez de utilizar o conceito de *habitus* genericamente, aplicando-o a situações específicas de classe num contexto sincrônico, como faz Bourdieu, talvez seja mais profícuo se pensar em uma pluralidade de *habitus*. Se para o indivíduo o *habitus* representa a incorporação de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura socioeconômica devem implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças (p. 86).

Não pretendo aqui me aprofundar nos meandros do refinado argumento teórico de Jessé, que podem ser constados na íntegra no seu clássico livro *A construção social da subcidadania* (2003). O que nos importa aqui, retornando ao meu objeto, é a apropriação, dentre outras, neste contexto de *habitus* múltiplos e hierarquias morais, de suas reflexões associadas à dignidade compartilhada – no sentido tayloriano de “levar o outro em consideração”. Essa noção, aplicada a sociedades como a brasileira e ao caso do *noiado*, evidencia o caráter ineficaz da regra de igualdade e, portanto, da noção de cidadania. No Brasil, ao contrário de sociedades como a francesa estudada por Bourdieu, haveria, para além do que Souza chama de *habitus primário* – “*esquemas avaliativos e disposições de comportamento objetivamente internalizados e incorporados, no sentido bourdiesiano do termo*” (SOUZA, 2004, p. 87) – um *habitus precário*. Este último caracterizaria a “ralé” estrutural, na qual encaixa-se analiticamente o tipo psicossocial do *noiado*, e que nos remete à leitura de Misse sobre o *bandido*. Tal *habitus precário* seria caracterizado por um

tipo de personalidade e de disposição de comportamento que não atende às demandas objetivas para que um indivíduo ou um grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade moderna e competitiva, podendo gozar de reconhecimento social com todas as dramáticas conseqüências existenciais e políticas aí implicadas (p. 87).

Para além desta classificação, o que devemos reter de sua influência bourdieusiana é o caráter analítico associado à *prática empírica*, isto é, àquilo que nos permite captar práticas sociais e institucionais incorporadas de modo pré-reflexivo e não consciente pelos sujeitos. Como mostrarei, apesar da referência concreta ao *self pontual* e a um *habitus primário*, meus interlocutores, críticos ao *noiado*, viam seus comportamentos silenciosamente comandados pelo

habitus precário que compartilhavam com aquele. Evidentemente interessada no que os atores diziam, me vi também convidada, por Bourdieu e Jessé, a analisar o que meus interlocutores faziam em suas disposições inconscientes, construindo ao mesmo tempo uma leitura empiricamente honesta e teoricamente informada. Na mesma esteira bourdieusiana, como veremos, levarei em consideração aspectos revelados por meus interlocutores no que concerne à socialização do *noiado*, admitindo a existência de padrões de socialização singulares que dão vazão e vida a sujeitos diferentes em sua capacidade emocional, moral e cognitiva. Partindo do pressuposto de que os sujeitos são desigualmente aparelhados, nego, assim, o princípio liberal do sujeito genérico (SOUZA et al., 2016).

Como veremos, os usuários de crack, em um país de desigualdade abissal como o Brasil, sofrem processos de desclassificação históricos, típicos da ralé estrutural. O perverso nesta história é que, aqui, trajetórias de exclusão, de fontes seculares como bem explorou Souza, tomam, entre outras, a dimensão de “fracasso pessoal”.

O que existe são acordos e consensos sociais mudos e subliminares, mas por isso mesmo tanto mais eficazes, que articulam, como por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos arraigados (p. 92).

Esses processos de desclassificação serão pontualmente tratados de maneira explícita, assim que continuamente explorados de maneira implícita ao longo do texto. Se, em pesquisa anterior sobre o crack (COSTA, 2014), tratei exclusivamente do que Jessé chamada de “desclassificação objetiva” (SOUZA et al., 2016), ou seja, sentida pelo agente, neste trabalho darei o passo ambicioso de, a partir da categoria *noiado*, investigar meandros de discursos e práticas inconscientes que dão vazão a sistemas igualmente dolorosos de desqualificação e abjeção do humano.

A título de remate, Souza, a partir de sua reinterpretação de Taylor e Bourdieu, lançou meu olhar sobre a construção da hierarquia moral, implícita e inarticulada que se coloca como pano de fundo do meu tipo psicossocial e se escreve no seu corpo a partir de suas práticas. Essa hierarquia moral, por sua vez, é baseada em mecanismos de classificação, os quais variam culturalmente, surgindo em um contexto social particular, mesmo quando esse importa “artefatos prontos” de outras sociedades. Esses autores apontaram também a centralidade da disciplina e da ideologia da importância do espírito que controla o corpo, na esteira do pensamento platônico. Apontaram-me

ainda a centralidade de temáticas como a dignidade e a igualdade, assim como de processos de construção de identidades coletivas e individuais.

A perspectiva de Souza foi utilizada, como já dito, em pesquisa recente sobre o crack e mostrou-se efetiva e interpretativamente instigante. Isso justifica, dentre outros aspectos, o fato de tê-la utilizado enquanto referencial teórico, em contraponto a tantos outros autores que investigaram a questão da moralidade, como pode ser conferido em recente antologia publicada por Fassin e Lezé (2013), assim como no dossiê *Sociologia e Moralidade*, publicada pela Revista *Sociologias* (2015). Souza permitiu-me também aproximar-me do contexto moral brasileiro e da gramática social de sua desigualdade, assim como tê-los sempre em consideração. Posiciono-me, assim, na esteira genealógica da pesquisa dirigida pelo professor Jessé, e dialogo interpretativamente, em diversos momentos, com os pesquisadores com o qual contou, assim como com o rico material empírico que puseram à disposição.

A guisa de síntese e articulação, todos os autores supracitados me permitiram compreender um vasto universo sociológico do qual a análise que se seguirá é fruto, mesmo que imperfeito, irregular. Permiti-me, para além deles, como veremos, resgatar e articular outras leituras, que vêm complementar suas reflexões. Tais articulações se baseiam na perspectiva, como insiste Martins (2013), de que o excesso de fidelidade a modelos pode inibir o pensamento criativo. Essas articulações visam ainda evidenciar os limites entre, de um lado, o uso de teorias que se apoiam em esquemas estruturados e, de outro, o estudo da experiência real da agência humana buscando lidar com sua inadequação, abandono e sofrimento, como é o caso de muitos usuários de crack. Mas minha hereditariedade é inegável, se não nos detalhes dos escritos, em seu pano de fundo e em meus diálogos internos. Enfim, como bem aprendi deste os primeiros momentos da minha formação, *não há vácuo sociológico*, mas contextos teóricos e sociais instigantes a se explorar. Destes contextos, o retrato do *noiado* que apresento é também fruto e, em diversos sentidos, agente reprodutor.

3 ARTESANATO INTELECTUAL: CAMINHOS, MÉTODOS E TROCAS

O artesanato intelectual é mais do que uma mera técnica de obtenção de dados. Não é uma técnica, é uma troca. Não há como utilizar o artesanato sem dar algo em troca do que se recebe. No artesanato, o observador é observado, o decifrador é decifrado. Sem o que não há interação. Sem interação não há como continuar a compreender; situar-se e compreender-se no outro (MARTINS, 2013, p. 35).

Fruto de artesanato (MILLS, 1972, 2009), este capítulo engloba, inicialmente, as etapas de revisão bibliográfica²⁰ sobre o crack, sobre o pensamento social e outros temas que orbitam em torno das temáticas que se insinuaram. Essa parte importante da pesquisa abriu horizontes de *[im]*compreensão, assim como me lançou em oceanos sem fim de autores, no qual me

²⁰ Há quem defenda que a revisão bibliográfica seja uma parte um tanto quanto óbvia da pesquisa, não devendo necessariamente ser detalhada, seja no “capítulo metodológico” ou noutra parte. Sobre esse aspecto, a maioria dos relatórios de pesquisa, inclusive, nada diz. Mas se as teorias são as “lentes”, os “óculos” através das quais observamos o real, esclarecer como encontra-las, selecioná-las e “acomodá-las no rosto” me parece fundamental. Isso não apenas para que entendamos o processo pontual de exploração do mundo das ideias associada à pesquisa a qual está sendo reportada, mas também para que possamos, através de nossos relatórios de pesquisa, produzir uma memória que nos possibilite aperfeiçoar essa forma de exploração, assim como melhor compreender os seus impactos no resultado final. Isso me parece muito pouco problematizado. Os contextos onde estamos, as fontes das quais dispomos etc. influenciam profundamente a forma como olhamos/percebemos o social. Ignorar esse processo, ou velá-lo sob a falácia da neutralidade das fontes, é desprezar absurdamente todo o caráter sociológico em torno da (desigual) produção e acesso ao pensamento. É também perder a oportunidade de mergulhar em um universo de compreensão imenso e fundamental à sociologia. Digamos que aqui, como fez Combessie (2007), abordo uma *sociologização dos métodos*, evidenciando os labirintos tortuosos no qual, incontáveis vezes, me encontrei e me perdi.

banhei/deliciei como pude, sobretudo nos tempos mais adversos da escrita. Neste sentido, buscarei introduzi-los às principais questões que insurgiram no meu panorama interpretativo, e como lidei com elas para seguir adiante.

Na segunda e terceira sessão, adentraremos no dito *universo empírico* do CAPs-Ad e seus *porquês*. Delinearei meu processo de aproximação, de mergulho, seus entraves, possibilidades e reflexões. Em seguida, definirei seus principais atores, a sua inserção em um panorama social mais geral e outros elementos relevantes, como uma caracterização do seu público e de seu modo de atuação. Na quarta sessão, explorarei, também do ponto de vista dito *técnico*, os métodos utilizados para a construção dos dados, e a forma que os combinei para desenvolver uma compreensão sensível e honesta das realidades em questão. Antes de passar adiante, por fim, na última sessão, explorarei mais enfaticamente elementos deontológicos, assim como parte de minhas reflexões éticas e ansiedades. Aqui falarei, na esteira de Espinosa, como uma pesquisadora que afeta e assume se deixar afetar. No sentido contrário de toda e qualquer perspectiva positivista (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1999), defendendo uma sociologia engajada e relacional. Essa sessão trará, nesse sentido, implicações da subjetividade, do envolvimento, para um fazer sócioantropológico.

3.1 PERAMBULANDO PELAS RUAS: ENCRUZILHADAS E PEDRAS NO CAMINHO²¹

²¹ *Perambulando pelas ruas*: referência dada pelos meus entrevistados para descrever onde poderia encontrar o *noiado*. Perambular significa andar sem rumo. Paradoxalmente, na pesquisa, perambular é fundamental. *Encruzilhada*: referência geográfica central associada ao consumo de crack na cidade Recife. É também, em sentido amplo, o encontro de ruas, de forma perpendicular. Foi perambulando em bibliotecas e periódicos on-line que consegui perceber esses pontos de encontro, nem sempre evidentes. No que concerne à pesquisa, metaforicamente expressa para mim o encontro necessário entre autores, conceitos. No imaginário popular recifense, encruzilhada é, no entanto, lugar de despacho; lugar perigoso, então. *Pedra*: Crack. *Pedras no caminho* são associadas às dificuldades. Pedras no caminho, no entanto, também podem indicar a direção, sinalizar a rota.

A problemática inicial que orientou este livro foi, como já brevemente elucidado, um desdobramento do meu trabalho de graduação associado, por sua vez, a inquietações minhas diante de uma compreensão sobre os extremos da dimensão humana no âmbito da coletividade. Naquele primeiro esforço interpretativo, como já introduzido, problematizei o conceito de *exclusão social* em diálogo com adictos em crack, para os quais a dimensão da sujeitividade e das representações da vida adquirira um caráter fundamental; foi sobretudo nessa dimensão que a *exclusão* mostrara sua face mais cruel. Nas interlocuções empreendidas em campo, a figura do *noiado* emergira constantemente para simbolizar a situação mais extrema de desqualificação, de descrédito, o estado *per si* da *exclusão*. Apontando muito mais do que uma relação de suposto abuso com uma substância específica, ele simbolizou um processo intersubjetivo de negociação de identidades, ou de negação de humanidade; simbolizou também um estado degenerativo de representação do outro. Neste horizonte exploratório, foi visando compreender mais profundamente o universo simbólico incorporado no *noiado* que o meu projeto de pesquisa se colocou.

Enquanto uma continuação da minha trajetória acadêmica e interpretativa, busquei então investigar, a partir da perspectiva de usuários de crack, o termo *noiado*. Sobretudo, ambicionava explorar diretamente as faces de sentido expressas pelo termo em questão, assim como as esferas da vida social através das quais ele podia ser definido. A título preparatório, procedi a uma busca das produções científicas que orbitavam em torno do meu objeto, o que me exigiu, de pronto, um recorte temporal mais ou menos lúcido de vinte anos (de 1996 à 2016). Nesta busca inicial realizada, utilizei como banco de dados dois portais de pesquisa on-line, mais especificamente o *Google Acadêmico* e o *Portal de Periódicos CAPES*²². Nestes, comecei simplesmente por buscar, em português, pelas palavras-chave *crack* e *noiado*.

Tendo já certo conhecimento sobre o tema do crack em função do meu trabalho de graduação, deparei-me, naturalmente, com literaturas já visitadas. Criei um catálogo de

²² Do qual tinha exclusivamente acesso por ser mestranda de um programa de pós-graduação federal de um país que usara até pouco o slogan de *pátria educadora*. O slogan *ordem e progresso* do governo que se sucedeu, de maneira catastrófica, tornou, nesse sentido, as coisas mais claras, ainda que extremamente mais preocupantes.

bibliografias conhecidas que ainda me pareciam centrais, selecionei outras mais atuais ainda não lidas. Se este levantamento não representou, para mim, um esgotamento das possibilidades de abordagem da problemática do crack, ele me levou a dar ênfase às literaturas mais atuais, que não apenas resgatavam o que havia sido dito com uma competência bibliográfica exemplar, como propunham novas formas de olhar. No que tangia especialmente à nomenclatura do *noiado*, alguns poucos artigos mais abrangentes e a premiada tese da antropóloga Taniele Rui (2012), que, assim como eu pretendia fazer, dizia tomar a figura do *noia*, variação terminológica do *noiado*, como central em sua análise. Precisei de algumas releituras para constatar que os méritos do trabalho de Rui não eram, de fato, associados realmente a exploração dessa categoria, tratada de maneira periférica em algumas poucas páginas de sua excelente etnografia sobre o crack, o corpo dos usuários e a Cracolândia.

Mas ali, foi certo, encontrei não apenas uma interlocutora importante, mas um bom suporte para legitimar minha inquietação intelectual: aquela nomenclatura nativa, si trabalhada sociologicamente, poderia, de fato, dizer coisas importantes que ainda não tinham sido ditas. E aí é que nos deparamos com o caráter original de minha abordagem: para dar conta de meu objeto, como já dito, eu construí um *tipo psicossocial*. O termo nativo, assim, na minha analítica, se transmuta em tipificação, isto é, o *noiado* vira *noção* (condensação de sentidos) que me permite aplicação, operacionalização e interpretação empírica do meu campo de pesquisa. Com a noção de *noiado*, faço circular diversos vocabulários, conceitos e condutas originários das ciências sociais, para tornar inteligível, sociologicamente, seu uso na vida social. Meus fundamentos teórico-metodológicos, assim como a mudança de campo inesperada, marcaram ainda mais meus caminhos próprios de análise.

Retomando o fio da revisão bibliográfica, outro resultado deste primeiro momento, que influenciou bastante a configuração deste trabalho, foi a decisão de não me prolongar aqui sobre uma revisão bibliográfica nacional e internacional sobre o crack; ela fora feita com competência e insistência por diversos autores, os quais optei por citar ou usar quando me fosse necessário para

analisar o meu material empírico²³. E mesmo: eu sabia que não queria falar *exatamente* sobre o crack, mesmo que a temática fosse central para minha compreensão. Foi apenas depois de analisar meus dados que descobri que o problema central, mesmo empírico, não era, de fato, o crack. Como argumentarei, apesar de tomado como referência química inicial e automática para descrever o *noiado*, a substância não era sua única droga de consumo, nem tampouco, como buscarei argumentar, o aspecto determinante no que tangia à sua caracterização e desclassificação social.

3.2 CAMPOS DE POSSIBILIDADES

Ao que tudo indicava, para realizar a pesquisa, entraria no universo dos usuários de crack por meio da equipe de consultório de rua que atuava na Ponte do Limoeiro, no centro do Recife, uma realidade bastante distinta daquelas de minhas experiências de pesquisa anteriores, nas quais adentrei numa comunidade terapêutica. Tal comunidade terapêutica, de cunho evangélico e evangelizador, atuava com base no afastamento geográfico do consumidor de seu local de origem, na sua reclusão temporária, no suporte medicamentoso e na abstinência total de drogas (MACHADO, 2011; COSTA, 2014). Já o consultório de rua, por sua vez, no território do consumo, trabalhava com base em uma política de redução de danos, uma abordagem não-proibicionista que partia do princípio do cuidado e da proteção do consumidor em sua própria realidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004). Para mim, essa mudança representaria também uma aproximação de um campo político da Reforma Psiquiátrica, com o qual eu me identificava.

O primeiro contato para ajustar essa possibilidade tinha sido feito em meados de janeiro, por telefone, no qual conversei com José, psicólogo social que trabalhava na *Secretaria de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas* da Prefeitura do Recife. José mostrou grande interesse pela pesquisa e colocou-se a disposição para criar a ponte entre mim e a equipe do consultório,

²³ Apesar disto, cito a importância de três obras sensacionais da literatura internacional que coadunam com os achados de minha pesquisa, quais sejam, *Crack em busca de Respeito*, de Philippe Bourgois (2003), *Um preço muito alto*, de Carl Hart (2014) et *Crack in America: Demon Drugs and Social Justice*, editado por Craig Reinerman e Harry Levine (1997).

afirmando que era de total interesse da secretaria apoiar pesquisas sobre drogas e fomentar a aproximação entre a universidade e o poder público. Esse contato preliminar, no entanto, não tomou contornos práticos: após algumas tentativas frustradas de encontrar o então ocupado coordenador da equipe, decidi, levando em conta o calendário da pesquisa e o meu afastamento físico do campo – em consequência de um intercâmbio na Universidade de Caen, na Normandia francesa –, tomar outra direção: entraria, sem atrasos, em contato com uma amiga redutora de danos que trabalhava em um CAPs-Ad do Recife.

A frustração inicial foi certa. Tal guinada do ponto de partida da observação implicaria outras formas de olhar, interpretar e reconstituir a “realidade”, bem como colocaria questões muito diferentes a serem apresentadas ao longo do estudo. Uma instituição, embora, em geral, um campo de pesquisa seguro e estável – ideal para cronogramas mais justos –, era um espaço muito diferente daquele da rua que me instigava: segundo DaMatta (1986), um espaço de movimento, de contradições, de surpresas, de tentações; com todo o “*negro do asfalto*”, o “*calor da caminhada*”, o “*desagregado de gente*”, o “*tempo que voava*”, o “*nervosismo*”, a “*confusão*”... Como colocou o antropólogo em sua famosa obra *O que faz do Brasil, Brasil?*, a rua era um “*abismo de anonimato, de insegurança, de leis e polícia*”, assim, um campo de pesquisa instigante e desafiador. Sendo ainda Recife uma das maiores metrópoles do Brasil, sua rua seria um espaço que desafiaria, como já havia me sugerido Simmel (1967), minhas percepções de uma vida mental específica.

As tantas etnografias e outras pesquisas que tinha lido, dentre eles os inúmeros trabalhos de Heitor Frúgoli Jr., realizadas em espaços públicos de consumo, no “vuco-vuco” da vida cotidiana dos usuários, haviam me despertado um desejo de ali me aventurar, enquanto uma jovem socióloga (MELOTTO, 2009; FRUGOLI JR & SPAGGIARI, 2010; SILVA, 2000; RAUPP & ADORNO, 2011; GOMES & ADORNO, 2011; FRÚGOLI JR, 2012; FRÚGOLI JR & CHIZZOLLINI, 2012; RUI, 2012; ADORNO et al., 2013; FRÚGOLI JR & CAVALCANTI, 2013; SOUZA, 2016). Naqueles universos, geradores de um pânico social (ROCHA & SILVA, 2016), seria possível, segundo o imaginário popular e a mídia, me confrontar com aquilo que buscava sociologicamente: um mundo “*cheio de miséria*”, “*perigoso*”, “*sujo*”, “*sinistro*”, com sua “*procissão de viciados*” etc. (RUI, 2012; ROCHA & SILVA, 2016; RODRIGUES, 2016). Mesmo que soubesse de todo o

debate em torno de uma “ficção jornalística” sobre o crack, colocado, por exemplo, por Igor de Souza Rodrigues (SOUZA *et al.*, 2016), eu tinha honestamente a sede de me lançar para ver tudo aquilo com os meus próprios olhos. No CAPs, por sua vez, não tinha polícia, não tinha traficante, etc.; no CAPs não tinha, teoricamente, emoção.

Embora essa construção coletiva de perigo e da austeridade me cativasse enquanto pesquisadora, foi em um ambiente “seguro” e acolhedor, também do ponto de vista metodológico, que terminei por desenvolver boa parte da pesquisa. Esse aspecto não significou, ao contrário do imaginado, uma empreitada menos instigante ou com poucos desafios. Muito ao contrário. As instituições (BERGUER & BERGUER, 1968), enquanto entes quase metafísicos, dotados de autoridade moral, coercibilidade, objetividade e uma historicidade particular, são campos complexos de atuação que exigem, como descobri, muita habilidade do sociólogo, não só para entende-la, como para se mover dentro dela. Precisei também superar um olhar apressado para apenas posteriormente compreender que, ao que concernia ao CAPs, quem ali estava, estava, em outros momentos, na rua, o que não me impedia de encontrar o tipo de usuário de crack que desejava, aquele mais vulnerável. E que mesmo a dicotomia CAPs-Rua era, por mim, construída, forjada, mesmo paradoxal, ainda que complementar. Isso também pela atividade do Consultório de Rua CAPs-Ad, do qual vim a atuar como observadora participante. Foi no percurso da pesquisa, neste sentido, que pude tomar conhecimento, aos poucos, de uma “[...] *masse d’observations ordinaires que nous faisons tous sur le monde social, avec son lot de fauses observations et de fausses déductions*”²⁴ (BEAUD & WEBER, 2010).

Retomando o fio da história, através daquela minha amiga, peguei o contato da gerente clínica do CAPs-Ad, psicóloga, que, após uma ligação, algumas mensagens e poucos dias, me recebeu na sala de técnicos, onde passaria muitas horas nas semanas seguintes. Expliquei o que queria, levei uma cópia do projeto. Conversamos, dividimos impressões. Fui convidada para participar, na quinta-feira seguinte, da reunião de equipe, que acontecia em meio aos impasses e calafrios de uma greve, por sorte, em vias de reconciliação. Nos poucos minutos que me foram

²⁴ Tradução nossa: “[...] Uma massa de observações ordinárias que nós todos fazemos sobre o mundo social, com seu lote de falsas observações e deduções”.

dados para me apresentar e falar da pesquisa para os presentes na pequena sala lotada, após a apresentação da equipe e algumas questões pontuais, a porta para começar estava aberta. No meio de uma pauta acalorada pela realidade da negociação de salários e condições de trabalho, expressões soltas diante de todos como *“bem-vinda”, “bom trabalho”, “estarei disponível para te ajudar, caso precise”, “podemos conversar com prazer”,* expressaram a aceitação da minha presença; eu me tornara, como colocaram Beaud & Weber (2010), uma *participante autorizada*.²⁵ Frases semelhantes mostraram também seu interesse de me apresentar a realidade que viviam. Algumas das tantas motivações desse desejo foram se tornando mais claras a cada visita.

A greve chegou, numa sexta-feira, ao fim, e o serviço, que estava parado, por sorte e impossibilidade de uma melhor negociação salarial, voltou. Antes havíamos vivido o Carnaval, simbólico no imaginário brasileiro e na literatura de DaMatta (1986). Como um período extraordinário para se esbaldar e liberar o corpo, o Carnaval, tempo de desordem, é por nós vivido *“como ‘liberdade’ e como possibilidade de viver uma ausência fantasiosa e utópica de miséria, trabalho, obrigações, pecado e deveres. Numa palavra, trata-se de um momento onde se pode deixar de viver a vida como fardo e castigo”* (p. 49). Também para usuários de substâncias psicotrópicas, ele é uma oportunidade de *“viver e ter uma experiência do mundo como excesso”* (*ibidem*). A demanda, nesse sentido, quando da minha chegada, era relativamente grande: entre usuários novos e retornos, a vida no CAPs-Ad retomava a pulsação. Coube-me, então, nesta situação oficializada de mudança de campo, compreender o que era, de fato, o CAPs, quais eram as suas dinâmicas.

²⁵ Sobre este processo de negociação, afirmaram Beaud & Weber (2010, p. 108): *“Essa obrigação de negociar a entrada e a manutenção no campo funciona como uma revelação do funcionamento do grupo estudado. O momento da negociação é um momento de experimentação: ele força os entrevistados a explicitar normas implícitas; ele também mostra que tipos de recursos são necessários para ganhar a confiança”*. No original: *“Or cette obligation de négocier l’entrée et le maintien sur le terrain fonctionne comme un révélateur du fonctionnement du groupe d’interconnaissance étudié. Le moment de la négociation est un moment d’expérimentation : il force les enquêtés à expliciter des normes implicites ; il montre aussi quels types de ressources sont nécessaires pour gagner la confiance”*.

3.3 UM SOBREVOLTO SOBRE O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - ÁLCOOL E DROGAS (CAPS-AD)

Cheguei no CAPs meio de súbito, sem saber muita coisa. O pouco que sabia, tinha escutado de alguns colegas e professores, mesmo lido rapidamente no contexto de algumas pesquisas sobre o crack; o CAPs era, de fato, nas Ciências Sociais, um universo de pesquisa mais ou menos popular, mesmo que a mim estranho, quase desconhecido. Mas do ponto de vista do olhar, isso não fora completamente negativo: sem tempo para muitas leituras, muito do CAPs, tanto do ponto de vista teórico como do prático, aprendi em seu cotidiano, trocando diretamente com seus usuários e servidores. Existia, no entanto, um aspecto que era desde o início fundamental e motivador: ele substituía um modelo de cuidado hospitalocêntrico e inseria-se, no contexto do Estado democrático e cidadão, no seio do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual, por sua vez

alicerça-se nos princípios de acesso universal, público e gratuito às ações e serviços de saúde: integralidade das ações, cuidando do indivíduo como um todo e não como um amontoado de partes; equidade, como o dever de atender igualmente o direito de cada um, respeitando suas diferenças; descentralização dos recursos de saúde, garantindo cuidado de boa qualidade o mais próximo dos usuários que dele necessitam; controle social exercido pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde com representação dos usuários, trabalhadores, prestadores, organizações da sociedade civil e instituições formadoras (Ministérios da Saúde, 2004, p. 13).

Logo depois de minha entrada, vim a tomar conhecimento que, *ipsiliteris*, segundo o Ministério da Saúde (2004), os CAPs – ou Centros de Atenção Psicossocial – são

instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu “território”²⁶, o espaço da

²⁶ Ainda segundo o Ministério da Saúde (2004, p. 11), por território entende-se não “*apenas uma área geográfica, embora sua geografia também seja muito importante para caracterizá-lo. O território é*

cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares. Os CAPS constituem a principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica (p. 9).

Como ferramenta da saúde pública que deve estar associada a uma rede de serviços de *cuidado* – como os sócio-sanitários, jurídicos, educativos, etc. –, formado por uma equipe multiprofissional²⁷, o eixo articulador do CAPs, segundo a mesma instituição, é a existência das pessoas, seu *sofrimento*. Tendo surgido em 1986, em São Paulo, como resultado de um movimento de denúncia da precária situação dos hospitais psiquiátricos, ele é um dispositivo de “*cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida*” (p.13). Como cheguei a presenciar em diversas situações, suas atividades transbordam sua própria estrutura física, visando a um suporte social, potencializador de suas ações, na qual o sujeito é considerado em sua história e singularidade. Ao que concerne, por fim, ao seu público de atendimento, ele inclui pessoas com “*transtornos mentais severos e/ou persistentes*”, pessoas com “*grave sofrimento psíquico incluindo os transtornos relacionados às substâncias psicoativas (álcool e outras drogas)*” (ibidem, p. 15). Para ser

constituído fundamentalmente pelas pessoas que nele habitam, com seus conflitos, seus interesses, seus amigos, seus vizinhos, sua família, suas instituições, seus cenários (igreja, cultos, escola, trabalho, boteco etc.). É essa noção de território que busca organizar uma rede de atenção às pessoas que sofrem com transtornos mentais e suas famílias, amigos e interessados”.

²⁷ Segundo o Ministério da Saúde (2004, p. 27-28): “Os profissionais que trabalham nos CAPS possuem diversas formações e integram uma equipe multiprofissional. É um grupo de diferentes técnicos de nível superior e de nível médio. Os profissionais de nível superior são: enfermeiros, médicos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, pedagogos, professores de educação física ou outros necessários para as atividades oferecidas nos CAPS. Os profissionais de nível médio podem ser: técnicos e/ou auxiliares de enfermagem, técnicos administrativos, educadores e artesãos. Os CAPS contam ainda com equipes de limpeza e de cozinha”. No que tange ao CAPSAd, a equipe mínima deve conter: “1 médico psiquiatra, 1 enfermeiro com formação em saúde mental, 1 médico clínico, responsável pela triagem, avaliação e acompanhamento das intercorrências clínicas, 4 profissionais de nível superior entre as seguintes categorias profissionais: psicólogo, assistente social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, pedagogo ou outro profissional necessário ao projeto terapêutico; 6 profissionais de nível médio: técnico e/ou auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão”.

atendido, basta ao usuário “*procurar diretamente esse serviço ou ser encaminhado pelo Programa de Saúde da Família ou por qualquer serviço de saúde*” (*ibidem*).

O sistema CAPs é composto por diversas modalidades, diferenciadas, por exemplo, quanto ao tamanho e à especificidade da demanda do usuário. No caso do CAPs no qual desenvolvi minha pesquisa, o CAPs-Ad ou Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas, existente depois de 2002, ele é destinado ao paciente cuja principal questão é o “*uso prejudicial de álcool e outras drogas*” (*ibidem*, p. 24). Como colocado no manual CAPs, esta vertente desenvolve

uma gama de atividades que vão desde o atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros) até atendimentos em grupo ou oficinas terapêuticas e visitas domiciliares. Também devem oferecer condições para o repouso, bem como para a desintoxicação ambulatorial de pacientes que necessitem desse tipo de cuidados e que não demandem por atenção clínica hospitalar (p. 25).

Atuando também de forma preventiva, caberia ao CAPs-Ad trabalhar para evitar o primeiro uso de substâncias psicoativas, impedir um aumento do seu uso e reduzir os danos deste uso. Através deste primeiro voo, mais teórico no entanto, é já possível constatar que o CAPs-Ad insere-se num quadro de progressivo deslocamento do centro de cuidado em direção à comunidade, por sua vez, fora do hospital psiquiátrico²⁸, historicamente receptor também de usuários de substâncias químicas.

Essa configuração não foi necessariamente alvo do meu estudo, mas influenciou, sem dúvidas, a sua configuração, mesmo porque, na prática, como se é possível prever, as coisas se mostraram substancialmente distintas do que pregou a teoria. Enquanto órgão do Estado, ele também produz e reproduz consensos sociais opacos sobre o uso de substâncias psicoativas, sobre usuários, sobre

²⁸ Instituição total, o hospital psiquiátrico já foi, várias vezes, objeto de estudo na Sociologia, sendo, a meu ver, desta saga, o francês Michel Foucault (1999) e o americano Erving Goffman símbolos maiores. Foucault buscou apresentar-nos um quadro histórico-descritivo da emergência de mecanismos modernos de controle e disciplinamento dos corpos; já Goffman (1974) tratou o manicômio enquanto um espaço no qual circulam discursos e práticas terapêuticas e institucionais que produzem, dentre outros aspectos, o adoecimento emocional do paciente, fruto dos modos de sujeição institucional.

uma vida considerada digna na moralidade vigente. De tempos em tempos, essas contradições surgirão em relatos etnográficos ou depoimentos de funcionários, materiais esses, como veremos agora, complementares da minha análise.

3.4 MÉTODOS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Algumas informações institucionais importantes a tiracolo e tinha reunido boa parte do que precisava para a configuração de um guia de entrevistas básico, o qual aperfeiçoaria a partir das primeiras incursões de teste. Tinha determinado, também junto à coordenação clínica, que entrevistaria apenas usuários de crack que frequentavam o sistema; a escolha me parecia, a princípio, metodologicamente pertinente e teoricamente óbvia: como expliquei em mais detalhes, a palavra *noiado* era utilizada para falar do usuário de crack que tinha estabelecido com a substância uma relação íntima e extrema. Estando os sujeitos interlocutores em questão, associados que estavam, mesmo que através de estereótipos, às práticas e aos contextos característicos da figura do *noiado*, tudo me fazia crer, também com base em experiências anteriores de pesquisa e na literatura encontrada, que esses cederiam perspectivas plurais sobre o universo simbólico do termo em problematização. E eu não estava errada. Ao menos, não completamente.

E assim eu comecei. Fiz três entrevistas de caráter mais exploratório com usuários sugeridos pelas pessoas da equipe com as quais já tinha conversado. Foram três homens, pardos, que tinham entre 24 e 42 anos, e, pela nossa dificuldade inicial de comunicação, ao que tudo me levou crer, baixa escolaridade – impressão essa confirmada após uma posterior virada metodológica, na qual decidi tomar seus dossiês para analisar. Nessas primeiras interlocuções, mais rápidas e menos problematizadas, mapeei os tópicos principais que insurgiram, e me deparei com a inabilidade de acessar aquelas histórias socialmente fragmentadas, relatadas através de um sistema de interpretação do mundo muito distante do meu. Como vim a perceber, não era apenas uma questão de vocabulário ou sintaxe, mas era também e sobretudo o sentido dos símbolos e a sua organização lógica que me faltavam.

Depois dessas primeiras entrevistas de teste, que me serviram também de instância socializadora²⁹, aprofundei os tópicos e me permiti penetrar mais diretamente nas trajetórias dos sujeitos. Isto também porque, através das ricas anedotas dadas, suas histórias pessoais me pareciam apontar direções interessantes de compreensão sobre o problema. De uma *entrevista semi-dirigida*³⁰ com foco em suas percepções sobre o *noiado*, passei então a construir inicialmente uma breve história de vida em torno do uso de substâncias para depois explorar os tópicos diretamente associados ao problema da pesquisa. A escolha foi acertada por duas questões principais: **i.** como tópico “trampolim”, eu tinha um maior tempo para estabelecer uma dinâmica de entrevista e uma relação de confiança mínima; **ii.** como referência à discussão sobre o *noiado*, pude ainda me aprofundar no processo de construção de *selves* pela reflexividade positiva e, sobretudo, negativa. No mais, foi a desorientação causada pela instigante discussão da defesa do meu projeto de pesquisa no dia 23/02/2016 que me fez tomar, paradoxalmente, uma abordagem metodológica ainda mais ampla: para além dos usuários de crack, entrevistaria formalmente os funcionários, e conversaria, numa abordagem mais livre e curiosa, com usuários de outras substâncias. No total, entrevistei 15 usuários e 10 servidores.³¹ Conversei informalmente com todos aqueles que tive

²⁹ Neste processo de socialização do pesquisador, afirmaram Beaud & Weber (2010), o pesquisador deveria *changer de peau*, mudar de pele, se transformar para bem responder aos novos códigos, quadros de relação, horários etc. No entanto, isto, com uma dupla obrigação: respeitar as conveniências externas e, internamente, estar suficientemente livre para observar, compreender.

³⁰ Em efeito, segundo Fortin (2010), essa técnica, sobretudo utilizada na pesquisa qualitativa, permite ao pesquisador abordar os temas desejados em função do objetivo da pesquisa, deixando, no entanto, o respondente livre para expressar a sua realidade. De todo modo, como colocaram Gauthier (2009) Combessie (2007), é importante que o pesquisador possa ir além das questões previstas no roteiro, que constituem sobretudo um ponto de apoio no processo de exploração da realidade estudada.

³¹ Todo o material oral gravado recolhido através das entrevistas foi transcrito no programa *Express Schribe Transcription Player* e tabelado e analisado com o auxílio do *Microsoft Excel*. Por considerações éticas, foi obtido um termo de consentimento esclarecido relativo à participação e à gravação das entrevistas e demais atividades, este sobre a base do respeito à liberdade e ao anonimato. Ainda sobre o processo de transcrição, agradeço à Lara Arruda e Israel Pedro pelo seu fundamental apoio, o qual me evidenciou, além do abismo

oportunidade. Se não diretamente sobre o *noiado*, sobre as tantas problemáticas pelas quais ele perambulava.

Essa variação me permitiu, como bem ressaltaram Combessie (2007), Beaud e Weber (2010), variar os pontos de vista tomados para a observação. A título de esclarecimento, nas entrevistas com os funcionários, eu explorei sobretudo a sua relação com o serviço e com os usuários, assim como sua perspectiva sobre os casos isolados. Nas nossas conversas, também informais, aproveitei para discutir impressões, esclarecer situações que tínhamos presenciado juntos, aprofundar elementos de um olhar estrangeiro, etc. Essas interlocuções muito preciosas e complementares me fizeram também entender, como aprofundarei mais adiante, que, na linguagem dos profissionais, o *noiado* era formalmente chamado de *usuário desorganizado*. Nas demais vivências e conversas não gravadas com outros usuários, fossem de crack ou não, me possibilitou compreender ainda mais o mundo do consumo e abuso de SPAs, seus barrancos e dificuldades. Dessas interlocuções me permiti também, de um ponto de vista mais subjetivo, aprender sobre os seres humanos e sobre a nossa necessidade de empatia, de escuta, de respeito e de uma vida digna. Dito de outro modo, agora do ponto de vista de uma filosofia política e nos termos de autores como Axel Honneth, Charles Taylor e Nancy Fraser, aprendi imensamente sobre a necessidade humana de *reconhecimento* (TAYLOR, 1989; FRASER, 2001, 2010; FRASER & HONNETH, 2003; HONNETH, 2003; MATTOS, 2006).

Paralela às conversas e às entrevistas “formais”, salvas em áudio, desenvolvi uma observação participante que registrei em *diário de campo*³². No período que estive lá, entre fevereiro e abril,

entre a graduação e a pós-graduação, os frutos enormemente positivos de superá-lo. Meus agradecimentos sinceros.

³² “*Seul le journal de terrain transforme une expérience sociale ordinaire en expérience ethnographique : il restitue non seulement les faits marquants, que votre mémoire risque d’isoler et de decontextualiser, mais surtout le déroulement chronologique objectif des événements*” (BEAUD & WEBER, 2010, p. 80). Tradução nossa: “*Somente o caderno de campo transforma uma experiência social ordinária em experiência etnográfica: ele restitui não apenas os fatos marcantes, que a memória arrisca isolar e descontextualizar, mas o desenrolar cronológico objetivo dos eventos*”. Feito “à chaude”, “à vif”, o caderno

observei e participei de todas as dinâmicas possíveis que aconteceram no CAPs-Ad, assim como às associadas a ele, como algumas intervenções da equipe de redução de danos e um evento da Secretaria de Saúde no Mercado da Encruzilhada. Das interações internas ao CAPs, observei desde reuniões de equipe a procedimentos de acolhimento, consulta psicológica e sessões terapêuticas com os usuários; participei de intervenção artística, de pausas do café, de refeições entre usuários, entre servidores. Tentei me engajar o máximo possível naquele universo e suas tantas dinâmicas. Se nem todas serão apresentadas neste relatório de pesquisa, cada uma delas, por mais insignificante que parecesse ao meu primeiro olhar apressado, foi fundamental para que eu construísse um conhecimento mais amplo sobre meu campo, seus tantos atores e meu objeto. Foi esse olhar amplo, mas não difuso ou desconexo, que me abriu diversas portas de compreensão. Uma boa metodologia de análise de discurso associada a um olhar honesto sobre o que presenciei e vivi garantiu, a meu ver, o rigor necessário às análises que se seguem. Sem almejar, no entanto, uma *objetividade* ou *representatividade* de cunho mais quantitativo, teci uma narrativa na qual busquei sobretudo pela qualidade textual e coerência, assim como a simbologia dos eventos e das falas, e seu potencial explicativo.

Na tensão entre “*dépaysement et familiarité*” (BEAUD & WEBER, 2010), para lançar esse olhar ao dia-a-dia do CAPs-Ad e seus usuários, busquei compreender, dentre outros, a perspectiva de José Machado Pais (1993), o qual sustentou que a Sociologia deveria lançar-se, mais do que à lógica da demonstração, à lógica da descoberta. Nesta, a realidade se indiciaria, insinuaria, cabendo ao sociólogo o processo de capturar o fugaz com seu olhar vagabundo... Neste processo de “*deslindar o social*”, segundo o autor, seria exatamente no cotidiano no qual tudo se passaria

de campo, segundo Beaud e Weber, deve ser composto por uma autoanálise, que eles definem como : “*l’objectivation de vous attendes subjectives, de vos engagements plus ou moins inavoués, de vos prises de position, elles-mêmes socialement déterminées. [...] Ce sont vos impressions les plus subjectives, les plus personnelles, celle dont ensuite vous aurez honte sans doute que vous devez ains extérioriser en les confiant à votre journal de terrain*” (ibidem). Em português: “[...] A objetivação de suas expectativas subjetivas, de seus compromissos mais ou menos desconhecidos, de suas posições, elas mesmas determinadas socialmente. [...] São suas impressões mais subjetivas, as mais pessoais, das quais você se envergonhará, que você deve exteriorizar, confiando-as ao seu diário de campo”.

mesmo quando, aparentemente, nada. No mais, nesta “*vida que escorre*” haveria “*um significado ambíguo próprio*”: ao mesmo tempo que uma “*segurança ontológica*”, uma transitoriedade em efervescência que não deixaria ao sociólogo grandes marcas de visibilidade. Foi nas ambiguidades do universo do CAPs-Ad, que, por fim, *sociologicamente indiscreta* (BEAUD & WEBER, 2010), observei ao mesmo tempo que fui observada (COMBESSIE, 2007).

Paralelamente a esse “*fluir terrestre feito de pequenos solavancos, de distrações e recuperações, de suspeitas e indícios*” (PAIS, 1993), decidi, sob autorização, de analisar os livros e pastas que sempre via em cima da mesa dos técnicos, assim como no abrir e fechar dos arquivos que ficavam em sua sala. Após cada intervenção, via os servidores preencherem fichas e cadernos, pelos quais despertei uma grande curiosidade. Após o primeiro lançar do olhar, passei a analisar, como base complementar de informações, os Projetos Terapêuticos Singulares e as atas de reuniões de equipes interna e externa. Observei as palavras utilizadas, quem as havia escrito, em que contexto. Mesmo que tenha me baseado sobretudo no imaginário dos usuários, essas informações foram, após revisitadas, trianguladas às demais, como me sugeriu Thurmond (2001), ou ainda, nos termos de Richardson (*apud* DENZIN & LINCOLN, 2006), *cristalizadas*. A pluralidade de métodos, como me afirmara Combessie (2007), me deu

des conditions d’une stéréoscopie par superposition d’images produites à partir de points de vue différents; c’est à la fois multiplier les informations et renforcer les possibilités de comparaison et d’objectivation, ces bénéfices étant d’autant mieux assurés que chaque méthode est développée et approfondie dans la logique qui lui est spécifique (*ibidem*, p. 10)³³

Tais diferentes fontes de informações acessadas em minha intervenção em campo foram também fundamentais para que criasse um olhar vasto sobre meus interlocutores e seus contextos socializadores. Elas permitiram-me escancarar e problematizar relações entre marcadores sociais e trajetórias de exclusão associada ao consumo de crack e ao *noiado*, que já haviam, no entanto, sido encontradas em outras pesquisas:

³³ Em português: “[...] condições de construir um estereoscópio por superposição de imagens produzidas a partir de diferentes pontos de vista; isto significa tanto a multiplicação de informações como o fortalecimento das possibilidades de comparação e objetivação, sendo estes benefícios ainda mais garantidos se cada método for desenvolvido e aprofundado na lógica que lhe é específica”.

Embora o abuso do crack não se restrinja às classes desfavorecidas, há uma nítida sobre-representação, entre os frequentadores de cenas de uso da droga, de marcadores de exclusão social, se comparados com a população geral brasileira (BASTOS; BERTONI, 2014). Dentre os marcadores de exclusão social, aferidos por investigações epidemiológicas, destaca-se a baixa escolaridade e a cor da pele parda ou negra autorreferida, sugerindo uma trajetória de marginalização social que precede o uso de drogas. Somam-se à escolaridade e cor da pele outros marcadores de exclusão social presentes, esses já passíveis de influência pelo uso problemático de droga, como a falta de moradia e o desemprego ou trabalho precário (SOUZA et al., 2016, p. 164).

Também por isso, optei por não me debruçar separadamente neste texto sobre o perfil dos meus usuários, que, de maneira geral, reproduziam muitos dos elementos encontrados, por exemplo, pelo tão citado *Estudo sobre o perfil de usuários de Crack e/ou similares no Brasil* realizado pela Fiocruz³⁴. Apesar disso, apresentarei em minha análise vários aspectos de suas histórias, quando estas me parecerem evidenciar diretamente aspectos da minha questão de pesquisa. As experiências de vida de meus interlocutores usuários, muitas vezes, deram tonalidades específicas às suas descrições, servindo, como já colocado, como base para a caracterização do *noiado* enquanto tipo psicossocial.

3.5 O OUTRO E SUAS SINUOSIDADES: CONSIDERAÇÕES DEONTOLÓGICAS

Roteiros prontos e manuais de entrevista frescos na memória: estava assim teoricamente preparada para investigar o meu “objeto” e extrair dele o que havia me proposto nos objetivos listados em projeto. Seguidos os passos acadêmicos indicados para me aproximar do campo, em algumas semanas ali adentrava em um novo universo de informações. Mas adentrava, para além de um espaço de investigação sociológica, também em trajetórias, em vidas de indivíduos

³⁴ Livreto epidemiológico realizado pela Fundação Oswaldo Cruz em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). [Consultado em 03/08/2013] Disponível em: http://www.iciict.fiocruz.br/files/livreto_epidemiologico_17set.pdf

fragilizados que experienciavam longos processos de degradação moral. Desenvolver o meu projeto implicava para mim, nesse sentido, não apenas aplicar teorias e métodos da Sociologia a fim de pensar a *noiado*; era bem mais um exercício de diálogo, no qual tanto eu quanto os meus interlocutores definiríamos o ritmo, os passos e, em grande parte, os caminhos a serem seguidos.

Neste universo me lancei, me permiti ser “*sociologicamente indiscreta*”. Mas como sentar frente a um desconhecido e desejar vê-lo falar, vê-lo narrar suas trajetórias de vida? Como querer ver esse então desconhecido entregar suas vivências e pontos de vista profundos a uma estranha que chega e se vai? Muitos cientistas sociais esperam afinal descobrir as particularidades da vida dos sujeitos, mantendo distância deles. E uma distância que eu sabia, de certo modo, necessária, mas da qual não sabia a dimensão ao certo, afinal, muita tinta já tinha sido gasta para argumentar que “*o distanciamento entre sujeito e objeto pode produzir não só enganos, como também efeitos etnocêntricos*” (MATTOS, 2006, p. 36).

Este foi um elemento que me inquietou e que esteve sempre presente no meu diário de campo. Preferi, arriscar, filosoficamente ancorada nas teorias do *care* de Carol Gilligan (2008) et Joan Tronto (2009)³⁵. A confiança, a identificação e o cuidado com o outro foram fundamentais no meu trajeto, sobremaneira para os meus entrevistados usuários, que possuem vidas de desconfiança e apatia. Mas como construir a confiança dentro da ligeireza de um cronograma? Como abrir portas

³⁵ Essa abordagem do *care*, do cuidado, em confluência com minha postura ética, transforma o projeto neoliberal do ser humano, amplamente difundido, como performante, individualista, estritamente racional e empreendedor de si, propondo, em vez disso, um ser emocional, frágil, em relação, habitante de um corpo efêmero diante dos riscos da sociedade e da natureza que o transcendem. A filosofia do *care* também propõe, como mostraram C. Gilligan e J. Tronto, um novo olhar sobre as noções de justiça, ética e política. Nesse sentido e, portanto, ele também propõe repensar o risco, segundo U. Beck (2001), elemento fundador da nossa sociedade. Associados culturalmente com essa percepção de risco, contemplamos a estruturação de um moderno projeto de domínio do mundo, liderado pela racionalidade científica e técnica. Também contemplamos o surgimento, no campo da saúde, de uma biomedicalização do mundo secular e de um paciente-sentinelas que se torna responsável por examinar seu corpo e administrar seu comportamento. A noção de cuidado permite, portanto, redimensionar esse contexto de gestão de risco, convidando-nos, por exemplo, a refletir sobre as condições concretas de apoio à autonomia dos indivíduos, bem como suas resistências antropológicas.

simplesmente a fim fechá-las o mais breve possível? Essa foi uma reflexão também constante, que me parece impor limites às Ciências Sociais e à sua capacidade de conhecer a fundo indivíduos e histórias.

Há na sociologia interacionista que inspira esse trabalho a perspectiva da vida social enquanto encenada, enquanto uma possibilidade de manipulação das impressões e das nossas representações, atuação que, deste modo, poderia ser desvendada. Partindo dela, tudo o que vivi em campo foi apenas uma cena e nós todos encenávamos nossos devidos papéis. Eu pesquisadora, eles pesquisados, nós envolvidos da artificialidade típica do palco. Mas nesse exercício fui também, desafiando minha interpretação, o centro da curiosidade. Em que medida me abrir? O que contar, o que esconder? Atuar? De que forma isso influenciaria meus próximos passos e o resultado dele?

A vida passada e o curso habitual das atividades de determinado ator contêm tipicamente alguns fatos que, se fossem introduzidos durante a representação, desacreditariam ou, no mínimo, enfraqueceriam as pretensões relativas à sua personalidade que o ator estava tentando projetar, como parte da definição da situação (GOFFMAN, 2007, p. 199).

Em função de tantas questões, perspectivas e da minha impossibilidade de apreendê-las de forma exata, houve a insegurança.

E foi nesse contexto de insegurança que a “técnica” mais eficaz do meu trajeto metodológico foi a construção do vínculo. Essa construção foi importante não apenas para ter mais espaço nas atividades e no dia-a-dia, me tornando minimamente parte dele – um outro menos estranho, mais também para adentrar nas vidas, em certos momentos tendo que escancarar a minha para gerar confiança e afinidade. E quando me abria, uma porta se abria, criava-se um vínculo de confiança, barreiras eram desfeitas. Tendo a pesquisa sido finalizada, isso foi resultado da aceitação por parte deles da minha existência e atuação naquele local. Esse foi um exercício muito proveitoso que exigiu, para além da racionalização, sobremaneira a espontaneidade e a sensibilidade. E a sensibilidade também para saber parar, cortar as arestas e respeitar o limite do outro. Tudo foi cercado de intuição e respeito. Esse foi o fundo ético da minha pesquisa, que me possibilitou colher as tantas informações que serão compartilhadas no corpo desse trabalho, também em busca de destruir preconceitos e abrir horizontes, mesmo pequenos, de compreensão.

Tomando ainda como base este fundo ético, me cabe, por fim, afirmar que, também por posição política, esse trabalho não se pretendeu registrar no Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (COMEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o que não significa que não presou levar em conta suas normativas de pesquisa. Como os interlocutores com os quais pretendia dialogar sofriam diversas modalidades de vulnerabilidade social, foi, como já colocado, fundamental prezar eticamente por sua integridade, inclusive psicológica. Apesar do não registro do projeto, todos os seus procedimentos foram feitos no intuito de preservar o máximo possível os sujeitos interlocutores.

No que concerne à minha escolha política e para finalizar a questão, apesar de respeitar e considerar relevantes muitas das considerações do comitê, acho importante salientar os tão discutidos dilemas da imposição de um modelo biomédico de pesquisa social para os cientistas sociais que pesquisam usuários de substâncias psicoativas (RUI, 2013). Como bem ressaltou Rui, há uma diferença entre pesquisas realizadas **em** seres humanos (caso da área biomédica) e **com** seres humanos (a situação, por exemplo, da Sociologia). Nas pesquisas **em** seres humanos, a relação com os sujeitos teria como paradigma uma situação de intervenção em que as pessoas seriam colocadas na situação frágil de “cobaias”. Nesse caso, procedimentos como a obtenção formal de consentimento informado do sujeito da pesquisa seria, também a meu ver, exigências legítimas e da maior importância. No que concerne a pesquisas **com** seres humanos e ainda de acordo com Rui, os indivíduos não estão na posição de cobaia ou objeto de intervenção e sim, são atores e sujeitos de interlocução. Estes participam, de diversas formas, como pude experimentar, da configuração e execução da metodologia, assim como da definição do problema.

4 ECOS DE UMA POLIFONIA UNÍSSONA SOBRE O NOIADO ³⁶

Este capítulo será dividido em seis tópicos, separação essa que segue uma lógica interpretativa. Seguindo os indícios bibliográficos apresentados no capítulo 2 e aqueles deixados por meus interlocutores diretos, agrupei os elementos encontrados em tópicos que possuíam afinidades temáticas. No primeiro tópico, intitulado *Uma categoria moral entre a humilhação e o sofrimento*, delinhei aspectos mais gerais que emergiram das minhas interlocuções sobre o *noiado*. Aspectos associados à toxicologia e ao ato de consumo propriamente dito servirão como base para a construção de uma terminologia que, além de seus fundamentos químicos, toma uma dimensão associada às relações sociais e aos julgamentos morais a elas inerentes. O *noiado*, enquanto categoria moral, é também rótulo colado em indivíduos sujeitos a sociabilidades humilhantes e ao sofrimento. De grande impacto intersubjetivo naqueles que assim são definidos, essa categoria remete fortemente a um status estigmatizado, marginalizado e sem valor. Mas não só. Como mostrarei, o que é considerado humilhação pode ser visto, em determinadas situações, como zombaria. Mas os limites são tênues, sobretudo quando a honra, interna e/ou externa, dos sujeitos é abalada. Neste caso, relações de preconceito, provocação e violência simbólica de todo gênero tomam evidência. Não sem justificativas morais.

No segundo tópico, *Corporialidade[s] e marcas de degradação*, debruço-me, seguindo as indicações de Rui (2012) sobre o corpo abjeto, na(s) corporalidade(s) do tipo psicossocial *noiado*.

³⁶ Explico, antes de tudo, meu título, que fora aquele para mim mais alusivo, não sobre o conteúdo do capítulo, mas sobre minha percepção sobre o mesmo, o que está estritamente ligada ao já posto no capítulo 1. Este capítulo se configura enquanto uma *po.li.fo.ni.a* no sentido de que foi como que “tocado” por instrumentos musicais diferentes, me exigindo uma análise fragmentada. Mas os instrumentos tocavam em uníssono, representando certa harmonia entre as várias vozes, fazendo-me ouvir o mesmo “som”. É, no entanto *e.cos* porque representa aquilo que ouvi através de uma propagação na qual fundamentalmente ele se transformou. Pretendo, com isso, menos acusar-me de impertinência, mas enfatizar minha vigilância diante de um *construtivismo* e de um *construcinismo*, do qual faço [p]arte – *ar.te*,³⁶ do latim *ars, artis*, significa maneira de ser ou agir, conduta, ciência, ofício.

Começo pelo rosto, problematizado com destreza por Le Breton (2003) e tão bem descrito por meus entrevistados, tanto nos seus aspectos fisionômicos, como no seu expressivismo. O lugar “*plus humain de l’homme*” (ibidem, p.14), “*mais humano do homem*”, adquire uma face desumanizada, monstruosa, *outsider* – logo pista moral. O corpo, seguindo a lógica do rosto que o apresenta, será também indício, indício ainda de desajuste, degeneração. Magreza, sujeira, fedor. Nos termos de Goffman (2008), o corpo do *noiado* é decodificado por uma audiência, anunciando uma identidade degenerada. Mas a(s) corporalidade(s) colocada(s) em cena pelo *noiado* são, como a comporiedade em si (LE BRETON, 2016), ambígua(s), podendo ser manuseada(s). Apresento, para elucidar tanto, sequências etnográficas que vivi em campo. Antes de finalizar, discuto ainda outras literaturas que colaboram para minha compreensão sobre o *noiado*, assim como sobre o processo histórico de produção do corpo e cuidado ao qual este pode ser associado. Ou profundamente desassociado.

No terceiro tópico, intitulado *Na João, nas ruas e favelas: territorialidades penalizadas da nóia*, sigo os rastros dos territórios deixados por vários etnógrafos como a própria Tanieli Rui, mas sobretudo por aqueles que tomaram o espaço e os espaços de consumo de crack como unidades de análise, dentre eles o já citado Heitor Frúgoli Jr. Guio o leitor em uma visita sociológica por entre os espaços citados por meus interlocutores – dentre eles o bairro de Santo Amaro, no Recife, onde se encontra a Av. João de Barros; o Largo da Encruzilhada, onde fiz intervenções etnográficas junto à equipe de redução de danos do CAPs; e, por fim, os barracos de tábuas da periferia, todos esses, no termos de Loïc Wacquant (2006), espaços penalizados. Isso não por acaso. O faço para evidenciar aspectos sociológicos do meu objeto empírico; interessante aqui é que o espaço e o tipo psicossocial do *noiado* partilham tais aspectos ao mesmo tempo que os reforçam entre si.

No quarto tópico, intitulado *Biscates, riscos, ilegalidades e falcaturas*, verso mais diretamente sobre a trajetória de exclusão social vivida pelo tipo psicossocial do *noiado*, neste momento debruçada sobretudo sobre sua dimensão econômico-laboral. Resgato parte da literatura que versou sobre a temática do ponto de vista teórico e extraio da análise uma “carreira desviante” dotada de virações, ilegalidades e falcaturas. Posicionando-se no mercado de trabalho de maneira irregular e periférica, e não correspondendo às expectativas morais associadas à imagem do *trabalhador*, o *noiado* foi construído por meus interlocutores enquanto um sujeito não disciplinado,

sociologicamente próximo do que Jessé Souza (SOUZA, 2003, 2004) descreveu como ralé. O risco que cerca o imaginário do *noiado* justificou essa posição estrutural: para sustentar seu vício, ele entra naquilo que Gabriel Feltran (2007) intitulou *mundo do crime*. No caso das mulheres especificamente, o corpo surge como objeto de troca, seja através da prostituição profissional, seja através da entrega desesperada. Neste universo amplo das ilegalidades, o fundamental é que sua miséria, é, além de material, moral. Históricos de falcaturas e enrolações para com os próximos vem reforçar esse imaginário.

No quinto tópico, *Rupturas de vida, abandono e desafetos*, retrato o imaginário do *noiado* através das histórias de vinculações e desvinculações socioafetivas. Mentiras, dívidas, comportamento violento... “Aperreios” de toda sorte abalam relações familiares e comunitárias. O *noiado* é um tipo psicossocial do qual ninguém deseja se aproximar. Ele representa perigo de ser confundido, de ter recaída, de se misturar ou “ficar visado” pela comunidade. Aqui a ruptura que o *noiado* representa é evidenciada também pelo seu “carisma negativo”, como propôs Misse (2010), carisma esse difícil de ser transformado. Assim como o rótulo de *bandido*, o rótulo de *noiado* é reificado no indivíduo, deixando pouco ou nenhum espaço de manipulação, negociação, ou abandono de sua identidade deteriorada. Também no caso do *noiado*, há um processo de constituição social de subjetividades e identidades, baseada, entre outras, no imaginário social da comunidade moral que o abriga.

No último tópico, o qual chamei, não por acaso, paradoxalmente, de *Remate [in]oportuno*, lanço-me em algumas reflexões que me tomaram ao fim e ao cabo de minha escrita. Não os considero propriamente uma conclusão, pois nele desenvolvo ainda uma análise não evidente nas linhas que o precederam, assim como transbordo, em certo sentido, o objetivo central da minha pesquisa, que é de compreender *noiado* a partir da perspectiva de usuários de crack. Neste sentido ele é mais que arriscado, “inoportuno”. Inoportuno também, como verá o leitor, pelo desconforto que nos gera enquanto coletividade. Mas o creio, de algum modo, um remate oportuno, que vem a tempo. Por *re.ma.te*, aqui, considero, assim, não uma palavra conclusiva, mas um adorno final, algo como “*um pensamento que termina uma poesia*”, “*um ponto ou nó com que se fecha e se segura obra de malha, de costura de tecelagem*”, de texto. Para não adiantar o que será decorrência dos tópicos anteriores, convido o leitor a acompanhar-me até lá.

4.1 UMA CATEGORIA MORAL ENTRE A HUMILHAÇÃO E O SOFRIMENTO

De acordo com os usuários entrevistados, o termo *noiado* é, de maneira geral, um rótulo utilizado para com aquelas pessoas que consomem o crack.

André, U: Noiado é quem usa crack, né? A turma diz assim... noiado é quem fuma crack, cheira pó virado. Pode ser até outro tipo de droga também. Mas a turma chama mais de noiado mesmo quem fuma crack. Que dá tiro na lata, no cachimbo, sabe? Nem tanto que cheira cola. Mas leva crack também, né, pó virado. O crack... Moi, derrete o crack, aí cheira o pó...

Mas não apenas o crack. Embora sempre citado, ele fora constantemente acompanhado por outras substâncias como a maconha e o álcool, configurando o *noiado* enquanto um policonsumidor. Sobre essa questão, Ana, servidora, explicou:

Ana, S: Aí, assim, é muito de momento. Não existe tal usuário que só usa aquela droga. Possa ser que esse ano seja mais fácil dele conseguir crack, possa ser que ano que vem, aquele ponto que ele conseguiu crack não tenha mais ou tenha menos. Mas aí tá sendo ofertada a cola, e aí ele vai ficar mais na cola, é o que tem no momento, né? E também depende de quanto dinheiro ele tem. Porque o crack pode custar muito caro. Aí ele fuma e vai beber com a galera, ou fuma maconha para relaxar mais. Depende...

A toxicologia confusa não mostrou, no entanto, a impertinência da ideia, mas o seu caráter controverso. Apesar da declaração pontual de Antônio que me dissera que “*ele é sem valor por causa do tipo da droga que ele usa*”, o que definia o *noiado* não era, de fato, uma toxicologia precisa ³⁷.

³⁷ De toda forma, como explorarei em diversas situações e em associação ao que me dissera Antônio, o sujeito que consome certa substância não consome apenas um arranjo químico, mas um símbolo que carrega sentidos específicos. São sobretudo esses sentidos que me caberá aqui investigar.

Neste horizonte do consumo, a noção do *excesso*, do *muito*, fora, a princípio, fundamental nas definições sobre o *noiado*. No caso, ele não era um consumidor esporádico ou eventual; ele era um consumidor regular, do qual o consumo já havia extrapolado uma quantidade máxima aceitável, embora nunca soubessem explicar qual seria essa quantidade em número de pedras ou frequência do uso. Uma referência constante para explicar-me esse excesso seria a temida perda do controle, todavia nunca se soubesse, tampouco, quando ela poderia acontecer. “*Depende muito*”...

Caetano, U: Noiado é aqueles pessoal que fuma *muita* [ênfase da voz] droga.

Artur, U: O noiado é uma pessoa que não tem controle de seu consumo da droga.

Quando explorando essa noção de perda do controle, os usuários traziam exemplos de conhecidos ou pessoas próximas que haviam a experienciado. Marcelo explica ainda:

Marcelo, U: Tem gente que usa mais de 10 pedras por dia. Quando o cara dá um tiro na lata, no cachimbo, dá vontade de fumar mais, mais, mais... Eu tou dizendo assim, porque eu já tenho experiência...

Artur, U: Tem gente, como um vizinho meu, que perde casa, moto, dinheiro mesmo. 1, 3, 4,7 mil real, *não tem controle sobre sua noia*.

Tal não “*ter controle sobre a noia*”, fora, em outras situações, sobretudo pela equipe de servidores, tratado pelo termo de *fissura*, já citada anteriormente.

Definida como um forte impulso para consumir uma substância, a fissura é considerada fator crítico diante do chamado “uso compulsivo” e da dependência, assim como das recaídas, após período de abstinência (CHAVES et al., 2011). De acordo com Chaves et al. (*ibidem*), haveria sobretudo três situações específicas em que a fissura apareceria entre os usuários:

1. Quando se depara com algum sentimento ou com algo que o faça se lembrar do crack, as chamadas pistas internas e externas, geralmente relacionadas com a antecipação de um reforço positivo e/ou o alívio de um estado negativo [...];
2. Após a retirada do crack, quando o indivíduo quer obter o prazer mais uma vez ou, pelo menos, não quer mais sentir o

desconforto de ficar sem o crack; [...] 3. Na vigência do uso de crack, a fissura como um de seus efeitos (*ibidem*, p. 171).

Interessante em seu estudo, neste momento, é que tal fissura pelo crack fora retratada como uma “*necessidade imprescindível para o corpo*”, fundamental à vida, comparada mesmo à fome. Em paralelo à minha investigação e em referência à leitura de Taylor, é como se a fissura pelo crack reduzisse o *noiado* às suas necessidades elementares enquanto ser biológico, enquanto *animal*. Como discutiremos mais adiante, também essa fissura é dita responsável pelo desmantelamento de vínculos sociais do *noiado*. Há no nosso horizonte mais próximo, antes disso, uma mistificação a ser levada em conta. Apesar da fissura ser dita *incontrolável*, cada vez mais estudos, como o de Chaves et al. (*ibidem*), mostram o contrário. Ou, ao menos, eles insinuam um contexto ainda pouco conhecido de práticas de controle e regulação do uso. Mas não é esse padrão comedido que alimenta o imaginário social do *noiado*, que é o que pretendemos entender melhor. Isso é instigante em vários sentidos. Há, no caso do *noiado*, uma radicalização que o posiciona na fronteira do inaceitável, assim como acontece com o bandido de Misse. Seguirei com esse argumento mais adiante.

No contexto das entrevistas, vários interlocutores, ao longo de sua explicação, resgataram também o termo *usuário*, um sinal, dentre outras coisas, de sua institucionalização e da absorção de uma nomenclatura medicalizada. Neste contexto, eles o empregaram quase enquanto um sinônimo de *noiado*. Como recurso inicial, essa comparação fora utilizada para enfatizar que não gostavam do termo *noiado*, porque esse era, como veremos, um uso da *rua*, uma nomenclatura *vulgar*.

Antônio, U: O que eu entendo por noiado é usuário. Noiado é que usa crack e pedra de crack, cocaína... Mas usuário é como falam os doutor aqui no Caps, é como fala quem estuda. Noiado é *feio*, nome de rua.

Artur, U: Noiado é o usuário da droga, né. Noiado... [pausa para reflexão] Eu uso usuário de droga. Gosto de chamar de noiado não! [ênfase no não].

A hierarquia sublinhada por Antônio foi sintomática, pois delimita espaços e suas diferentes regras de funcionamento. Explorarei melhor a questão das espacialidades mais adiante. No momento, o que me interessa é o caráter intrinsecamente pejorativo do termo *noiado*, ressaltado pela dicotomia expressa e sintetizada por Antônio entre a rua e o CAPs, configurados por sujeitos e sociabilidades distintas... O campo da rua, dotado de “*policiais*” e “*maloqueiros*”; o do CAPs, de “*doutores*” e “*gente que estuda*”.

Eu: E noiado, quem é que usa essa palavra então?

Antônio, U: Os maloqueiro na rua. Os policial... Os... pessoal na rua chama a pessoa de noiado.

Gabriel, U: [*falando sobre as situações em que escutava o termo*] Escuto sempre. Mas quando eu tô na rua. Os pessoas passa na rua, na moto, na bicicleta aí diz... “Vai safado, noiado!”.

Quando questionados sobre do porquê de não gostarem do termo *noiado*, Artur e Marcos continuam, me possibilitando também avançar minha análise:

Artur, U: É... [*pausa longa em silêncio, olhar baixo, me sugerindo uma reflexão*]. Eu não gosto quando chamam de noiado não! Significa um *maltrato enorme* com o usuário, entendeu. É um *desrespeito muito grande* [*pronunciação lenta de muito*].

Marcos, U: É um maltrato, moça. É *botar a pessoa para baixo. Desacreditar da pessoa*.

Conotações semelhantes foram transmitidas por outros usuários, que afirmaram achar “*a palavra muito forte*”, “*um nome feio*”, “*um prestrecho*”, “*uma humilhação*”, “*uma violência*”... Ou seja, uma palavra de forte significado moral e de grande impacto intersubjetivo. A fala de Marcelo resume bem esse último elemento:

Marcelo, U: [*sobre ser chamado de noiado*] Aí isso aí chega magoa a pessoa. Magoa mesmo...

Eu: Magoa como? A pessoa se sente como?

Marcelo, U: Não se sente bem não... Nem um pouco bem... A pessoa sofre, né? Fica magoado... *[frases ditas em voz baixa, lentamente, separadas por longos silêncios]*

No caso do noiado, sua simples nomeação já significaria, para os indivíduos, uma violência no âmbito simbólico. Jodelet (1999 in SAWAIA, 2009, p. 63) associa esse aspecto enquanto associado aos “[...] *sentimentos de insegurança e de inferioridade imputáveis a um status marginalizado, privado de prestígio e de poder e à interiorização das imagens negativas veiculadas na sociedade*”.

Na literatura, encontrei várias reflexões que me permitiram analisar esse aspecto mais a fundo. No caso da noção de sofrimento elucidada na fala anterior, elemento recorrente nas interlocuções, ela fora percebida por Sawaia (2009, p. 105), na instância do indivíduo coletivo, enquanto “*a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade*”. Em sua gênese, segundo essa autora, está a própria consciência do sentimento de desvalor, da ilegitimidade e, simultaneamente, a percepção do desejo de “*ser gente*” (SAWAIA, 2009). Segundo ela, tal sofrimento

abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada ou trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social (SAWAIA, 2009, p.14).

Por fim, como bem alertou a autora, se, por um lado, é o sujeito que sofre, por outro, esse sofrimento não é fundado no mesmo, sim nas trocas simbólicas delineadas socialmente entre os indivíduos (SAWAIA, 2009).

Muito associada à problemática do sofrimento, neste caso, está a temática da *humilhação*, categoria também apresentada em entrevista³⁸. Para explorá-la, Alencar e La Taille (2014, p. 219)

³⁸ Em estudo anterior com usuários de crack (COSTA, 2014), constatee sobretudo dois tipos de humilhação sofridas pelos meus interlocutores: **i.** a humilhação através do evitamento, da privação (incluindo restrição ao espaço da casa, às celebrações coletivas, como aniversários, etc.) e **ii.** a humilhação verbal (através de

a opção à noção de respeito, que significa, em associação à leitura de Souza (2003, 2004), segundo as autoras, “*o reconhecimento do outro como sujeito de direitos e dotado de intrínseca dignidade*”. Por humilhação, propriamente, as autoras entendem o fato de ser e sentir-se inferiorizado, rebaixado por alguém. Quando explorando uma tipologia da humilhação, elas nos permitem também avançar na compreensão do *noiado*. Segundo as autoras, baseada em La Taille (2000; 2002), existiriam formas “domesticadas”, “violentadoras” e “ritualizadas” de humilhação, das quais exploraremos, por pertinência à nossa temática, as duas primeiras³⁹. A humilhação domesticada configura-se por sua brevidade e por certa proximidade entre os sujeitos envolvidos. No mais, ela manter-se-ia no nível do tolerável por parte da pessoa-alvo e da sociedade.

Um exemplo deste tipo de interação, de *humilhação domesticada*, pôde ser percebido em meus relatos, quando meus entrevistados afirmaram que o uso do termo *noiado* para com outros usuários era permitido, portanto que internamente, em tom de “*brincadeira*”, de “*grea*”. As falas de Artur e de Gabriel resumem esse ponto de vista compartilhado entre todos os meus entrevistados usuários, que revelaram, para além de um reconhecimento intragrupal, uma mudança nas regras de interação quando entre pares.

Artur, U: Tem vez que o cara fala assim, brincando com as amizade mesmo. Ai chama. Mas só brincando de leve, com as pessoas que tem o vício de noiado. Na brincadeira só, entendeu [*ênfase na última frase, dita em tom mais forte*]

Gabriel, U: Entre os usuários, greando, brincando. Mas não usa de verdade.

xingamentos, frases emocionalmente desmoralizantes). O caso de ser chamado de *noiado* parece estar incluído sobretudo na segunda, enquanto o ser duradouramente reconhecido como um *noiado* incluía, como veremos mais adiante, formas de humilhação através do evitamento.

³⁹ A título de explicação, por humilhação ritualizada a autora diz: “*A humilhação ‘ritualizada’ assemelha-se à ‘domesticada’ pelo fato de também ser breve. Por outro lado, a humilhação ‘ritualizada’ não admite a reciprocidade, pois quem agride não pode ser humilhado por sua vítima. [...] Nesse tipo de humilhação, o nível de tolerância das vítimas é ultrapassado, torna-se insuportável para elas*” (ALENCAR & LA TAILLE, 2014, p. 281).

Em sua obra *Estigma*, Goffman (1988) trás um exemplo muito elucidativo de um caso semelhante que nos ajuda a compreender essa especificidade. Tratando sobre interações intragrupais, ele trás o caso de um jovem negro e seus amigos. Vejamos, na íntegra, a narrativa do entrevistado de Goffman:

Não sei se posso fazê-lo ou não, mas deixem-me contar um incidente. Certa vez fui admitido em um grupo de meninos negros que tinham aproximadamente a minha idade e com os quais eu costumava ir pescar. Quando comecei a sair com eles, o termo “negro” era cuidadosamente utilizado em minha presença. Aos poucos, na medida em que saíamos juntos para pescar com cada vez maior frequência, eles começaram a brincar entre si e a chamar uns aos outros de “preto”. A mudança real estava na utilização que eles faziam da palavra “preto” quando brincavam, palavra que anteriormente nem sequer era mencionada. Um dia, quando estávamos nadando, um menino me empurrou, fingindo violência e eu lhe disse: ‘Não me venha com essa, papo de preto’. Ele respondeu: ‘Filho da Mãe’ com um grande sorriso. A partir desse momento, todos podíamos empregar a palavra “preto”, mas as velhas categorias haviam mudado totalmente. Nunca esquecerei, enquanto viver, a sensação de meu estômago após haver usado a palavra “preto” sem qualquer restrição (GOFFMAN, 1988, p.27-28).

Como bem explicou o editor da obra em nota, em inglês o termo “*nigger*” é utilizado em um sentido depreciativo quando usado por brancos em relação a negros, mas não exatamente quando usado entre negros para referirem-se a si mesmos. Embora a perspectiva, neste caso, seja racial, ela é analiticamente similar a do caso em análise do *noiado*. Goffman continua:

As pessoas que têm um estigma particular tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu - uma “carreira moral” semelhante, que não é só causa, mas efeito do compromisso com uma sequência semelhante de ajustamentos pessoais (*ibidem*, p. 30).

Isso é interessante. O fato de serem usuários de crack, no caso, de, nos termos de Goffman, terem uma “carreira moral” semelhante, permitiu meus interlocutores não apenas de conhecerem os significados e usos possíveis do rótulo *noiado*, mas também de se ajustarem às situações sociais para empregá-lo de forma pertinente, apesar de seu teor pejorativo original. Neste caso, na esteira

de Alencar e La Taille (2014), o termo depreciativo torna-se uma “zombaria” que admite reciprocidade. Mas a fronteira é tênue, também para meus entrevistados. Como afirmaram as autoras, constantemente pode ser difícil sabermos até que ponto uma “zombaria” ultrapassa o limite do suportável para a pessoa, tornando-se uma *humilhação violentadora*.

A *humilhação violentadora* objetiva incidir sobre aspectos centrais da personalidade da pessoa, não admitindo reciprocidade entre agressor e vítima, e ultrapassando a tolerância desta última. Invadindo a “*fronteira moral da intimidade*”, ela pode levar a sentimentos de vergonha e honra violada (ALENCAR & LA TAILLE, 2014). A vergonha, como nos alertou Sawaia (2009), é um elemento gerado substancialmente no âmbito da comunidade, tendo haver com os sentidos dados às solidariedades entre os seres. No caso dos meus entrevistados, essa vergonha estava relacionada a serem percebidos como um *noiado*, alguém que não se enquadra em uma moral específica, a qual investigaremos paulatinamente aqui.

A questão da honra me pareceu também aqui fundamental, porque a luta pela sua preservação faz os sujeitos externalizarem mais claramente o sentimento interno de desvalor. Poucos não foram os relatos de situações em que, ao serem rotulados de *noiados* ou verem situações nas quais isso acontecia a terceiros, ou seja, numa situação de honra violada, meus interlocutores reagiram ou viram outros reagirem violentamente.

Antônio, U: Quando usa [*o termo noiado*], dá barulho. Briga, porrada... O noiado briga com o outro. Mesmo que ele seja, ele não gosta.

Marcos, U: Quando me chamaram [*de noiado*], eu mandei tomar naquele canto. Fiquei irado. Outra vez quase me pegava com um cara por causa dessa onda.

É como se fosse fundamental à reconstituição da honra uma forte reação à humilhação de ser chamado de *noiado*. Embora não pretenda me aprofundar aqui nesse mecanismo interativo reparador, apoio-me nele para sustentar meu argumento sobre o teor moral, ou abjeto, do termo em estudo e todas as sociabilidades, vivências, também abjetas que ele fundamenta.

Debrucemo-nos agora, um pouco mais, sobre a noção da honra, fundamental à temática e gramática da moralidade. Ainda com base nos percursos teóricos de Alencar e La Taille (2014), a

honra teria duas dimensões, quais sejam, um subjetiva, interna, interior, e outra objetiva, externa, exterior. A honra subjetiva está associada ao que tanto consideramos acima, ao sentimento de desvalor, de vergonha, de humilhação... Ela é associada ao sentimento de dignidade pessoal, ao sentimento de merecer respeito. Já no que concerne à honra objetiva, ela está associada à nossa reputação, à nossa estima pessoal, à forma como somos reconhecidos na sociedade.

A noção de honra objetiva é também interessante para pensarmos o caso do *noiado*. Segundo meus usuários, ser chamado dessa forma poderia, além de magoar, ou seja, de desmoralizá-los subjetivamente, também significava “ficar visado” pelas pessoas.

Antônio, U: Porque é um nome feio né... Num pega bem... *Fica visado pelos povo.*

Eu: O que é ser “visado pelo povo”?

Antônio, U: Ser chamado de noiado. Nome feio... Ser chamado de ladrão é feio. Ser chamado de *noiado* é feio... Usa pelo menos usuário, né? Chamar de usuário. Usuário é um nome bonito que as pessoa chama, quem estuda, quem é doutor, quem é doutora, chama...

Na terminologia da honra acima elencada, este “*ficar visado*” seria exatamente ter a sua honra objetiva abalada, a sua reputação manchada, em consequência do olhar crítico de terceiros (*ibidem*). Apesar dessa separação terminológica, se faz fundamental ressaltar, a fim de continuar com minhas reflexões, a associação intrínseca entre a honra subjetiva e a objetiva, a sua interpenetração. Como bem ressaltou Amarante (1998, p. 59 *apud* ALENCAR & LA TAILLE, 2014, p. 224), “*considerada objetiva e subjetivamente, a honra encerra o respeito e a consideração social aliados ao sentimento ou consciência da própria dignidade*”.

No mais e por fim, como vim a explorar em entrevistas, esse “*ficar visado*” significava também carregar uma etiqueta, um rótulo, tornando-se vulnerável a diversos tipos de interação sociais constrangedoras e violentas, por parte da polícia, de traficantes, de outros usuários, da comunidade. Nas palavras de Escorel (ESCOREL, 2006, p. 28), “*essas ‘etiquetas negativas’ são coladas em certos grupos de pessoas suscitando reações sociais de indiferença e medo, aumentando a vulnerabilidade desses indivíduos à violência como modalidade de interações sociais*”. Esse será um aspecto problemático que retomarei em diversas situações ao longo do meu texto, sobretudo no que tange às modalidades de interações sociais simbolicamente violentas.

No caso dos meus entrevistados, por exemplo, eles relataram essa violência, através de práticas de discriminação, de afastamento, movimentos englobados pelos mesmos, dentre outras, na noção de *preconceito*.

Ricardo, U: Eu sentia um preconceito... tipo quando eu chegava na esquina e tinham colegas de infância meu que me olhavam assim... sei lá... Com um olhar meio diferente... Tinha gente que vazava mesmo quando eu chegava.

Bruno, U: A, eles não falavam mesmo. Só me apontavam de escravo. Diziam que eu não tinha jeito, que eu era um noiado.

Por preconceito, entendo aqui, como Jodelet (1999 *apud* SAWAIA, 2009, p. 59), “*um julgamento positivo ou negativo, formulado sem exame prévio a propósito de uma pessoa ou coisa e que, assim, compreende vieses e esferas específicas*”. Vale dizer, na esteira de Jodelet, que, em entrevista, esse preconceito foi expresso de diversas maneiras. Os entrevistados diferenciaram também, por exemplo, o preconceito sentido pelo alcoólatra daquele sentido pelo *noiado*, perspectiva que fora reforçada também por alguns servidores, como no caso da fala de Ana.

Marcos, U: O alcoolismo você é discriminado, mas só quando tá bêbado, brigando, essas coisas. Quando passou aquela bebida ali, acabou. Mas a droga [crack]... as pessoas tem uma grande discriminação, muito preconceito. Tudo o que acontece de ruim, assalto, essas coisas, está associado à droga.

Ana, S: A pessoa que é alcoolista, ele não vai pensar em roubar, em fazer num sei o quê pra conseguir o álcool. Ele é o um pouco mais tranquilo em relação a isso, embora haja fissura também. E o crack, ele leva a pessoa a cometer crimes, né? Por conta da dependência que é muito, muito forte (ênfase). Por isso que existem usuários que a gente vê na rua que eles não gostam, mas também não conseguem sair, porque teve a oferta, consumiram, a dependência é muito rápida, não precisa de tempo, feito o álcool. O álcool você demora mais pra criar dependência, né? Você passa ao consumo abusivo... Às vezes não chega na dependência, e chega, mas é um tempo maior. E o crack não, o tempo é muito curto.

Sem me aprofundar na temática do preconceito contra o usuário de crack, nem nas implicações farmacológicas da substância sobre o corpo dos usuários – muito mais pertinentes para

outros momentos –, engato uma última reflexão. Retomo, para tanto, as definições de meus próprios usuários sobre o termo *noiado* enquanto um “*prestrecho*”, um “*maltrato*”... Qual seria o caráter desse maltrato? Porque ele seria colocado em cena? As declarações de Antônio e Artur parecem me indicar direções:

Antônio, U: As pessoa usa isso como um *prestrecho* [*xingamento*]... “Vai, noiado!!!” Ai fica... *Para provocar mermo o cara.*

Artur, U: Mas é o modo de falar com a pessoa, *debochando mesmo.*

O verbo *pro.vo.car*, no caso utilizado, significa “*fazer propositalmente o que pode ser desagradável a outrem*”⁴⁰. Na mesma linha, *de.bo.char*, no português brasileiro e no tom transmitido por Artur, significou desprezar, desconsiderar, ter uma atitude de escárnio⁴¹. No interpretado por mim, tanto Antônio quanto Artur enfatizaram o aspecto consciente da ação de chamar outrem de *noiado*, ou seja, um certo conhecimento, por quem o usa, do seu potencial nocivo ao outro, aspecto brevemente já discutido acima. Mas por que provocar o outro, debochar dele, insultá-lo, utilizando este termo? Qual seria, nos termos de Weber (1991), a possível motivação desta ação, orientada para o outro?

Segundo Alencar e La Taille (2004), insultos são utilizados na sua intenção pura de humilhar. Vejamos esse aspecto mais de perto, com o auxílio das reflexões de Barreira (2015) sobre a crueldade⁴². Baseando-se na noção de *violência difusa* (BARREIRA, 2013), assim como em

⁴⁰ “provocar”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa *online*, 2008-2013, disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/provocar>, consultado em 14-12-2016.

⁴¹ “debochar”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa *online*, 2008-2013, disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/debochar>, consultado em 14-12-2016.

⁴² A temática da crueldade foi também trabalhada por autores como George Bataille, Jaques Lacan, Sigmund Freud e Michel Wieviorka. Este último, por exemplo, ao estudar o fenômeno da crueldade transposto às características psicológicas dos agentes, supõe a existência de estados em que ela ocorre. A impunidade, o medo e a ausência de introjeção de regras favorecem a emergência da crueldade. Utilizo, no entanto,

casos de violência propriamente física, suas observações são também interessantes para pensar casos de violência no âmbito do simbólico, como é o caso, a meu ver e como venho sustentando, da humilhação. Como o próprio autor ressaltou, a motivação de suas reflexões refere-se, antes, àqueles eventos que “*parecem sem enquadramento evidente no interior dos códigos e valores vigentes*” (BARREIRA, 2015, p. 58). Qual seria, baseados na leitura de Barreira, o sentido de debochar, de provocar, de humilhar conscientemente alguém o chamando de *noiado*? Seria um puro ato de crueldade da parte de quem o faz, ou isso nos evidenciaria algo mais?

Bandeira (2015), na esteira de Nietzsche (2009), apontou que os atos considerados cruéis acentuam a clivagem entre uma dita natureza humana e um caráter animal. Em verdade, seria a emersão da consciência e de seus princípios morais que constituiriam a ruptura entre essas duas condições, constituindo e instituindo, por exemplo, entre os humanos, a cultura do sofrimento. Interessante é que, em seus estudos, a crueldade estaria associada a atos perpetrados fora da lógica explicativa, ou, dito de outro modo, aqueles atos que estão situados à margem do universo valorativo corrente. O que me instiga em sua análise – e o que me importa no momento – está aí, em outros termos, implícito: a crueldade revela lógicas outras de relação, lógicas essas regidas por regras morais que nos cabem analisar. Como disse Barreira (2015), há outras ordens explicativas, assim como complexos níveis e diferentes situações impulsionadoras de crueldade. A fala de Antônio parece sugestiva neste ponto:

Antônio, U: [*opinando sobre o ato de chamar outra pessoa de noiado*] É o certo mesmo. É noiado mesmo...

Se, no entanto, no caso de Bandeira (2015), a “monstruosidade”, a “animalidade” residiria naquele que age com crueldade, no caso do *noiado* haveria uma complexificação dessa lógica, quase beirando a sua inversão. Mesmo que para humilhar, haveria um tipo de justiça inerente ao fato de chamar um sujeito assim, mesmo que a medida seja considerada conscientemente cruel. A animalidade ressaltada por Nietzsche (2009) incorporar-se-ia, neste caso, não no perpetrador, mas

Bandeira como referência por este propor, além de uma síntese dos estudiosos supracitados, uma adaptação para o contexto brasileiro.

na dita vítima do maltrato. Neste sentido, teríamos algo como uma punição sobre esse indivíduo animalizado, baseada simplesmente naquilo que ele é, um *noiado*. Neste caso, assim como no caso do bandido de Michel Misse, há processos de rotulação e de estigmatização em marcha que repousam sobre o indivíduo, e não necessariamente sobre o seu curso de ação. Há uma estruturação da sua personalidade, algo quase que “marcado em sua alma” (MISSE, 2010, p. 21) que determina suas interações na vida cotidiana. Ao longo do texto, apresentarei mais elementos para fundamentar esse argumento. No momento, para finalizar e instigar minhas próximas reflexões, deixo a continuação da fala anterior de Antônio, analiticamente sugestiva:

Antônio, U: [...] É noiado mesmo. É capacidade de tudo. *Não tem a dignidade.*

4.2 CORPORIALIDADES E MARCAS DE DEGRADAÇÃO

La sociologie qui prend le corps comme fil conducteur de ses recherches ne doit jamais oublier l’ambiguïté et la fugacité de son objet, sa qualité d’incitateur au questionnement plutôt que de pourvoyeur de certitudes (LE BRETON, 2016, p. 37)⁴³.

Paremos por um instante e voltemos ao rosto, dado que, nas tantas descrições que recebi, ele era um dos aspectos marcantes que me permitiria identificar um *noiado*. Esse teria um olhar “esbugalhado”, “inquieto”, “paranoico”, em um rosto “cheio de marcas”, “cansado”. “Chupado”, com “tudo para dentro”, o *noiado* incorpora através de sua face um imaginário de degradação que assusta, que cria repulsa. “Barbudo”, “cabeludo”, ele está “ao relento”.

⁴³ Em português, tradução nossa: “A sociologia que toma o corpo como fio condutor de suas pesquisas nunca deve esquecer a ambiguidade e a efemeridade de seu objeto, sua qualidade de incitar perguntas mais do que de fornecer certezas”.

David Le Breton, autor francês fundamental às reflexões sobre o corpo, em seu livro *Des visages* (2003), nos convida a refletir sobre essa descrição. Segundo o autor, o rosto seria uma manifestação singular do nosso aspecto humano e de nossa relação com o outro, mesmo “*le lieu le plus humain de l’homme*” (p. 14), o lugar mais humano do homem. Ao mesmo tempo que único, fruto de nossas “aventuras pessoais”, o rosto seria um suporte do social, no qual ele pulsaria e se faria identificar. Diz Le Breton:

Em lui, chaque homme s’identifie, se trouve nommé et inscrit dans un sexe. La minime différence qui le distingue d’un autre est un supplément de signification qui donne à chaque acteur le sentiment de sa souveraineté, de son identité propre. Le visage unique de l’homme répond à l’unicité de son aventure personnelle. Mais cependant le social et le culturel en modèlent la forme et les mouvements. Le visage offert au monde est un compromis entre les orientations collectives et la manière personnelle dont chaque acteur s’en arrange. Les mimiques et les émotions qui le traversent, les mises en scène de son apparence (coiffure, maquillage, etc.), relèvent d’une symbolique sociale au sein de laquelle l’acteur puise avec son style particulier⁴⁴ (*ibidem*, p. 11).

No caso em análise do *noiado*, o rosto expressaria, por sua vez, um não compromisso às orientações coletivas – um não compromisso a um habitus primário (SOUZA, 2003, 2004) –, assim como suas tantas maneiras de extrapolar as regras de aparência toleráveis. Ele é afinal, como dito, “*barbudo*”, “*cabeludo*”, “*cheio de marcas*”, o que pressupõe, no sentido dado pelos meus interlocutores, um não cuidado de si, a adoção de uma fachada pessoal rotulada por sua precariedade. O rosto do *noiado* é, também neste sentido, um elemento de identificação evidente de certa “*monstruosidade*”: ele teria um rosto “*chupado*”, como “*tudo para dentro*”, “*com os ossos pulando*”.

⁴⁴ Em português, tradução nossa: “*Nele, todo homem se identifica, é nomeado e se inscreve em um sexo. A mínima diferença que o distingue de outro é um suplemento de significado que dá a cada ator o sentimento de sua soberania, de sua própria identidade. O rosto único do homem responde à singularidade de sua aventura pessoal. Mas, no entanto, o social e o cultural moldam sua forma e seus movimentos. O rosto oferecido ao mundo é um compromisso entre as orientações coletivas e a maneira pessoal que cada ator se acorda. Os mimetismos e as emoções que o atravessam, as encenações de sua aparência (penteados, maquiagem, etc.), pertencem a um simbolismo social dentro do qual o ator desenha seu estilo particular*”.

Pleno de stigmates, como diria Cesare Lombroso (1892) – pai da antropologia criminal –, o rosto do *noiado*, como seus traços e expressões paranoicas, daria vazão à criação do seu próprio imaginário, um imaginário que, por sua vez, o condena sem redenção pelo o que ele é. Neste ponto, toda diferença individual citada por Le Breton (2003) se esfumaça. O rosto que nos permite a percepção de si enquanto seres singulares torna-se quase parte de um tipologia desviante, na esteira dos fins do séc. XIX. Assim como para autores como Lombroso e Gabriel Tarde (*apud* LE BRETON, 2003), para meus interlocutores, o aspecto físico configurou-se como uma pista moral, ou, em outros termos, um indício quase inelutável de uma degeneração por parte do indivíduo no que concerne aos costumes, à moralidade. Le Breton continua nos deixando pistas, ao falar sobre o rosto no âmbito do racismo:

L'un des caractères de la violence symbolique mise en oeuvre par le raciste consiste dans cette négation chez l'autre de son visage. Parce qu'il est le signe de l'homme, la plus haute valeur que celui-ci incarne, le mépris à son égard passe par l'animalisation ou le rebaissement de son visage : l'autre a une gueule, une trogne, une face de rat, une tête à claque, un faciès. La haine de l'autre amène à sa défiguration ; la dignité du visage lui est refusée ⁴⁵(*ibidem*, p. 13).

Interessante é que a negação da face, neste caso, não implica simplesmente ignorá-la em seus aspectos individuais, ou em seu aspecto humano. Significa também dá-la um significado outro, intrinsecamente negativo, desfigurando-a. Essa desfiguração, ainda nos termos de Le Breton e associado ao que discuti em tópico anterior, é associado a um sentimento de privação de ser, uma experiência de “*démantèlement du soi*”, de *desmantelamento do eu*. De modo que incarna uma moral, o rosto é também fonte de desmoralização do outro, de desrespeito, de humilhação.

No mais, todos os entrevistados usuários citaram a magreza enquanto uma característica do *noiado*. Mas não era a magreza elegante, esbelta, fruto do cuidado de si. Era um emagrecimento

⁴⁵ Tradução nossa: “Uma das características da violência simbólica colocada em jogo pelo racismo consiste nessa negação do rosto do outro. Porque ele é o símbolo do homem, o mais alto valor que ele incarna, o desprezo passa pela animalização ou pelo rechaço do rosto: o outro tem uma gueule[cara], um trognem, uma cara de rato, uma cara a bofetadas, um faciès [rosto no âmbito da discriminação racial]. O ódio do outro leva à sua desfiguração; a dignidade do rosto é negada”.

exagerado que não “*é belo, não é santo e não carrega consigo nenhum fascínio. Longe de levar ao polo transcendental, indica uma perigosa descida ao mundo dos abusos sujos e fétidos dos prazeres carnavais*” (RUI, 2014, p. 273). Em seus próprios termos, é uma magreza “*desajeitada*”, “*desnutrida de tanto noiar*”, que os identifica como “*maloqueiros*”.

Artur, U: Ele aparenta assim ser uma pessoa bastante magra, com as faces dele assim tudo para dentro. Chupado. Ele é uma pessoa magra. O rosto dele não é assim desenhado, é mais magro, é mais para dentro, todo feioso, com os ossos pulando. É assim...

Antônio, U: Ele é bem mago, mago mermo, cabeludo, barbudo... É isso mermo. Porque tá ao relento. Vevi na rua...Só atrás da droga, do crack... E a magreza. É mago... E vai andando com aqueles andado... um andado que você vem a perceber logo que ele é usuário mesmo.

Marcelo, U: Noiado, eles são mago... São desajeitados... Assim...como um maloqueiro. Mago assim, né, desnutrido de tanto noiar, usar droga.

Em sua tese, como já colocado, Rui também encontrara a magreza como indício da “*situação*” do “*nóia*”. Em suas análises, ela aponta que tal magreza seria “*o símbolo máximo de que o consumo há muito ultrapassou qualquer nível que eles entendem como razoável*” (ibidem). Nos termos da autora, ela seria a “*prova incontestável*” de que o consumo não poderia mais ser disfarçado. Nos termos de Goffman (1988), tal magreza seria assim, entre os usuários de crack, um símbolo que transmite uma informação social sobre seu estado, sobre sua *identidade degenerada*. Tornada visível em sua rotina diária, a magreza é “*codificada pela audiência*”:

Marcos, U: Eles soltavam indiretas. “Tá magro demais... Que é que tá havendo?” Sempre come essas conversas, na qual só faltava dizer que o cara estava usando a droga.

Rafaela, S: Ai é por isso também que ele está magro desse jeito... É claro que ele está consumindo... [voz baixa, de aparente decepção]

Importante é considerar, no entanto, que a magreza, apesar de símbolo importante, não valeu por si mesma na caracterização do *noiado*. Ela estava associada às marcas de sujeira e a uma

pele escoriada, não “lúcida”, como colocara Antônio, quando refletindo sobre a sua própria condição corporal:

Antônio, U: Ai eu não sou mais *noiado*. Eu tenho uma pele lúcida agora. Uma pele branca. Eu num era assim. Eu era todo... Olha aqui [*interlocutor gesticula, mostrando cicatrizes nos braços, nas pernas e na barriga*]: isso aqui é tudo da rua. Aqui foi eu furtando bicicleta dos outros, pulando muro... Se arranhando...

Visto que Rui (2012), baseada em Frangella (1996), debruçou-se teoricamente sobre o aspecto da sujeira⁴⁶, remontado, por exemplo, a literaturas clássicas como Mary Douglas (1966), não pretendo alongar-me na questão. Adiciono, no entanto, no linguajar goffmaniano, que tal sujeira, também como símbolo, vem reforçar aquilo que a magreza já havia dito sobre aquele indivíduo, completando a imagem que os demais dele tem, de forma segura (GOFFMAN, 1988). No mais, se faz necessária a ressalva de que esta sujeira não é contínua, uma segunda pele, mas depende das dinâmicas cotidianas e contextos nos quais o *noiado* se envolve. Há, neste caso, em diferentes situações, um manuseamento da identidade.

Há sujeira sobretudo nos casos das famosas *pipadas* (RUI, 2014), ou *binges* (BRAGA, 2010; CHAVES et al., 2011), muito citados pelos meus interlocutores. Nestes contextos, nos quais os usuários passam dias consumindo a droga até que ela termine ou que haja exaustão física ou psicológica da pessoa, a sujeira do corpo se torna evidente. Ela é então omitida por um momento de parada abrupta, nos quais passam dias em recuperação, seja em casa, ou nos abrigos direcionados para usuários. Falarei sobre as redes de apoio e o seu desmantelamento mais adiante.

Andréa, U: Ele é todo sujo por causa da noia mesmo do crack. Ai ele fica sujo, 2, 3 dias. Ou mais, um mês...Depende também dele. Depende da ocasião, né?

⁴⁶ Tal sujeira seria “fruto do suor, de restos de comidas que grudam em seu corpo e cabelo, das aventuras das *pipadas* [uso de crack], que os levam muitas vezes a cair ou se arrastar em qualquer lugar. É fruto também do descuido que vem da rapidez com que circulam de um lugar a outro” (Frangella, 1996, p. 244).

A título de ilustração e ao que nos interessa no momento, cito duas sequências etnográficas nas quais presenciei esse processo de manuseamento ou de perda do controle sobre os aspectos visíveis da identidade deteriorada entre meus entrevistados.

Em uma tarde de quarta-feira, chego e encontro André, que até então vinha mostrando-se em abstinência, em pé, ao lado do hall de entrada do CAPs. Ele estava descalço, com as vestimentas amaçadas e visivelmente sujas. Seu olhar, “*esbugalhado*”, e seu comportamento inquieto me indicavam que algo tinha acontecido. Cumprimentei-o, como todas as tardes e como aos demais, e, apesar do seu pedido apressado para “*falar com a senhora*”, subi diretamente para a sala de técnicos. Em poucos minutos desci para vê-lo, quando me disseram que ele já havia partido. Em uma semana nos cruzamos novamente, ele visivelmente limpo, com sua bermuda Cyclone favorita, barba feita, calçado. Pediu-me desculpas pela semana anterior e disse que não estava muito bem na última vez que nos vimos, que estava “*todo na nóia*”, “*bagunçado*”. Tinha brigado com a mãe de sua filha, que não o permitiu vê-la. Desconversei, sem graça, e disse que estava tudo bem, que nem mesmo tinha percebido algo, e seguimos adiante com conversas banais sobre a calor daquela tarde, sobre o jogo do Santa Cruz... Todas as vezes que o revi, passei a dirigir especial atenção à sua aparência, buscando indícios de transformações.

Alguns dias depois, após o almoço, entra Caetano na sala de televisão. Sua blusa azul clara continha manchas pretas enormes de sujeira; o cheiro de cola, misturado com suor, invadiu o meu estômago cheio. Ele estava visivelmente sob efeito. Uma das servidoras, que já havia falado com ele na recepção, aparece com o copo plástico com sabão amarelo de cozinha, uma toalha e uma blusa branca de propaganda, dobrada. Ela o encaminha para o banheiro dos usuários e o diz de tomar banho, se limpar e “*ficar apresentável*”. Antes que o fizesse, tive tempo de cumprimentá-lo e ser convidada, com uma voz embolada, para uma sessão de dominó depois do banho. Assim fizemos, enquanto ele me contava, com a mesma voz embolada, suas histórias recentes. Disse que tinha consumido crack e cola nos dias anteriores e que tinha perdido a hora para o almoço do CAPs. Não declarou ter fome, apesar do avanço da hora...

Essas sequências, dentre tantas outras que vivi, são analiticamente instigantes. Na esteira etnográfica de Graeff (2012), elas mostram como é difícil ignorar o corpo e sua aparência⁴⁷ nos encontros cotidianos. Violando a *hexis corporal* (BOURDIEU, 1980, 2000, 2011) aceita, o *noiado* transmite sua precariedade, seu caráter “*pouco apresentável*”, “*bagunçado*”, abjeto. Essas situações cotidianas, muito significativas para leituras interacionistas, mostram que, para além do rosto, há uma forte percepção do corpo como elemento de apreciações morais e normativas que organiza condições de visibilidade no universo social em que se insere (TAYLOR, 1989; SOUZA, 2003, 2004). Mostram também que a visibilidade se dá sobretudo quando esse corpo causa *mal-estar* a si e ao outro (GRAEFF, 2012). Por fim, e mais dramático, como pude constatar posteriormente, mesmo contando com mecanismos pontuais de manuseamento da identidade, o *noiado* requer um longo processo para transformar duravelmente a sua estima social. Há marcas difíceis de apagar, ou, nos termos de Becker, etiquetas quase impossíveis de serem retiradas.

Lembro-me de outro dia em que, na ocasião de uma entrevista, ao mesmo tempo que mostrava as marcas impressas em seu corpo, Antônio contava causos de sua vida. Cada cicatriz, um indício das tantas sociabilidades violentas, ilegais, perigosas nas quais se envolvera. O corpo, no caso do *noiado*, é indício, também casa e registro das suas experiências no mundo. Mas não só.

A partir de Maluf (2001) adentrei em reflexões históricas e culturais, assim como nas críticas às visões chamadas *essencialistas* – nas quais o corpo seria um “*reducto da natureza em um ser humano genérico, obedecendo a instintos e necessidades biológicas*” (ibidem, p. 89). Algumas

⁴⁷ Como disse Le Breton: “*L'apparence corporelle répond à une mise en scène par l'acteur, touchant sa manière de se présenter et de se représenter. Elle englobe la tenue vestimentaire, la manière de se coiffer et d'apprêter son visage, de soigner son corps, etc., c'est-à-dire un mode quotidien de se mettre socialement en jeu, selon des circonstances, à travers une manière de se montrer et un style de présence*” (LE BRETON, 2016, p. 96). Em português: “*A aparência corporal responde a uma encenação do ator, tocando sua forma de se apresentar e se representar. Ele engloba a vestimenta, a maneira de se pentear e de assear seu rosto, de cuidar do seu corpo, etc., ou seja, uma forma diária de se colocar socialmente em jogo, de acordo com as circunstâncias, através de sua maneira de se mostrar e um estilo de presença*”.

destas visões foram exploradas, por exemplo, por Canesqui & Separavich (2010) que, baseados na história da Medicina ocidental e com base no binômio saúde-doença, contextualizaram racionalidades médicas e a forma como elas influenciaram a nossa percepção do corpo, assim como as nossas práticas para com ele. Esses autores, assim como Lupton (2000), me cederam elementos e leituras clássicas fundamentais para pensar o corpo *noiado*. Vejamos alguns deles.

Segundo Canesqui & Separavich (2010) – baseados, por sua vez, em Loyola (2003) –, haveria a ideia de que o que é *natural* seria de uma ordem universal inscrita na fisiologia humana, essa fundada na constituição e na legitimação da biomedicina como ciência. Tal dimensão biológica contaria com uma explicação irredutível e definitiva do corpo, como o fizeram, por exemplo, os antigos Hipócrates – considerado pai da medicina ocidental – e Galeno de Pérgamo. Como afirmaram os autores, foi sobretudo nas abordagens antropológicas recentes que o corpo passou tanto a ser moldado culturalmente quanto a habitar a ordem simbólica, ultrapassando a dimensão natural. Neste horizonte, ele penetrou, como nos apontou Taylor (1989), em diversas dimensões, nas teias das relações e normas sociais, ligado também às representações da pessoa. Como marcos desta mudança, os autores citam, por exemplo, Marcel Mauss⁴⁸ e Margaret Mead. Esses últimos “*revelaram que, embora possa ser atribuída uma materialidade universal ao corpo, as definições, as disposições corporais e seus significados são múltiplos*” (CANESQUI & SEPARAVICH, 2010, p. 251).

David Le Breton aprofunda tal discussão. Em *Sociologie du corps* (2016), diz ele:

Façonné par le contexte social et culturel qui baigne l'acteur, le corps est ce vecteur sémantique par l'intermédiaire duquel se construit l'évidence de la relation au monde :

⁴⁸ Marcel Mauss, em seu brilhante ensaio *As técnicas corporais* (2003), afirma que o corpo seria o primeiro e mais natural instrumento do homem. Ele propõe ainda, em viés etnográfico, uma classificação de técnicas do corpo de acordo com o sexo, a idade, as formas de transmissão etc. Sobre o significado da expressão *técnicas do corpo*, entendemos, na esteira de Le Breton (2016, p. 153): “*gestuelles codifiées en vue d'une efficacité pratique ou symbolique, il s'agit de modalités d'action, de séquences de gestes, de synchronies musculaires qui succèdent dans la poursuite d'une finalité précise*”. Isto é: “*gestuais codificados em vista de eficácia prática e simbólica, configurando modalidades de ação, sequências de gestos, sincronias musculares que se sucedem com uma finalidade precisa*”.

activités perceptives mais aussi expression des sentiments, étiquettes de rites d'interaction, gestuelles et mimiques, mise en scène de l'apparence, jeux subtils de la séduction, technique du corps, entretien physique, relation à la souffrance, à la douleur etc. L'existence est d'abord corporelle⁴⁹ (p. 3).

Vale ressaltar, como fez Le Breton sobretudo em *Anthropologie du corps et modernité* (2005), que houve um processo histórico que pariu esse corpo enquanto preocupação individual, que fez mesmo surgir o imaginário social desse corpo, que o fez nascer⁵⁰. O *noiado*, enquanto fortemente associado a sua corporalidade, nos permite, assim, pensar esse processo societal de *mise en scène* do corpo e as tantas interações e significados que ele suscita (RUI, 2014).

Outros elementos para tanto encontramos, por exemplo, em *O processo civilizador* de Norbert Elias (1994), ensaio sociológico histórico, no qual ele explora uma genealogia moral das condutas corporais e a associação entre boa educação, asseio e distinção social. A sociedade, em suas análises, seria como um laboratório de regras de civilidade, na qual o corpo natural paulatinamente se apaga e a civilização dos costumes vem regular os movimentos mais íntimos e ínfimos do sujeito. Há neste sentido uma ênfase na noção processual da produção do corpo, muito operativa para pensar o *noiado*, porque, como bem enfatizou Rui (2014) e como pude constatar

⁴⁹ Tradução nossa: “*Moldado pelo contexto social e cultural que envolve o ator, o corpo é esse vetor semântico através do qual se constrói a evidência da relação com o mundo: atividades perceptivas, mas também expressão de sentimentos, rótulos de ritos de interação, gestos e mímica, aparência, jogos sutis de sedução, técnica corporal, manutenção física, relação com o sofrimento, dor etc. A existência é, em primeiro lugar, corporal*”.

⁵⁰ Diz Le Breton (2005, p. 8-9): “*Nos conceptions actuelles du corps sont liées à la montée de l'individualisme en tant que structure sociale, à l'émergence d'une pensée rationnelle positive et laïque sur la nature, au recul progressif des traditions populaires locales, liées aussi à l'histoire de la médecine qui incarne dans nos sociétés un savoir en quelque sorte officiel sur le corps. Ce sont des conditions sociales et culturelles particulières qui lui ont donné naissance*”. Tradução nossa: “*Nossas concepções atuais do corpo estão ligadas à ascensão do individualismo como uma estrutura social, à emergência do pensamento racional positivo e secular sobre a natureza, ao recuo progressivo das tradições folclóricas locais, também ligadas à história da medicina que incorpora em nossas sociedades um conhecimento, de certo modo, oficial sobre o corpo. Estas são condições sociais e culturais particulares que lhe deram origem*”.

também entre meus interlocutores, a corporeidade do *noiado* é fruto de um processo de construção, por sua vez ignóbil.

A lógica, assim, é inversa: em pequena escala e no caso do *noiado*, constatamos um fenômeno quase *descivilizatório* do sujeito, no qual o usuário perde paulatinamente uma aparência aceitável, assim como alguns de seus “*hábitos civilizados*”, dentre eles a limpeza. Diz Rui, baseada em suas investigações:

Em suma, como um primeiro processo, a construção de uma corporalidade ignóbil ocorre gradualmente, por meio da perda de vínculos com as instâncias sociais e familiares que proporcionam as condições de limpeza, asseio e saúde, bem como da consequente exposição às intempéries do clima, à aspereza da rua, aos conflitos corporais, ao uso crescente de drogas e, por fim, à adesão à rua. Como efeito dessas condições define-se a imagem degradada, repulsiva e amedrontadora, frequentemente associada a esse segmento (RUI, 2014, p. 269).

Esse processo de *descivilização* paulatina, de *mise en place* de uma corporeidade degradada, aciona, como tratamos em tópico anterior, uma gama de rótulos e estigmas. Aprofundemos esse aspecto, desta vez na esteira de David Le Breton (2005; 2016) com o auxílio das reflexões de Goffman (1988). Diz o autor francês:

Un système implicite de classement fonde une sorte de code moral des apparences excluant toute innocence dans la mise. Immédiatement, il fait de tout possesseur de l’habit un moine incostestable. La mise en scène de l’apparence livre l’acteur au regard évaluatif de l’autre, et notamment à la pente du préjugé qui le fixe d’emblée dans une catégorie sociale ou morale au vu de sa mine ou d’un détail vestimentaire, au vu aussi de la forme de son corps ou de son visage. Les stéréotypes se greffent avec prédilection sur les apparences physiques et les transforment volontiers en stigmates, en signes fatals de travers moraux ou d’une appartenances de race⁵¹ (LE BRETON, 2016, p. 97-98).

⁵¹ Tradução nossa: “Um sistema implícito de classificação funda um tipo de código moral de aparências excluindo toda a inocência da atuação. Imediatamente, ele torna todo dono do Hábito um monge incontestável. A encenação da aparência entrega o ator ao olhar avaliador do outro, e em particular ao

Ainda segundo Le Breton, estes processos de estigmatização corporal, no qual podemos incluir analiticamente o caso do *noiado*, repousam, por sua vez, em um exercício preguiçoso de classificação. Esse “[...] só se liga a traços facilmente identificáveis (pelo menos aos olhos de quem classifica) e impõe uma versão reificada do corpo. A diferença é transformada em estigma” (LE BRETON, 2016, p. 91, tradução nossa). Com seu “*corps fantasmatique*”, o *noiado* anuncia e afirma seu *habitus* precário e todo um conjunto de simplificações morais sobre o feio, sobre o sujo, sobre o monstruoso. Ele anuncia fronteiras classificatórias e o fato de haver as cruzado. Seguindo adiante em minhas análises, ele escancara, assim, aos olhares apressados, o desrespeito a um princípio fundamental em nossa sociedade: o *cuidado de si*. O *noiado* “*não se cuida!*”, disse André de maneira taxativa.

Michel Foucault desenvolveu reflexões clássicas sobre o *souci de soi*, dentre outros, no terceiro tomo de História da Sexualidade (1984). Na sua dimensão ética, a noção de cuidado de si é, enquanto fenômeno cultural, baseado em uma conduta racional. Historicamente construído, ele passara por diversas etapas até dar vazão à concepção de cuidado individualizada que hoje possuímos em nossa sociedade do controle: um jogo de forças, uma luta agonística de nós conosco mesmos, embebidos de nossos desejos mais íntimos e ambições.

No caso do *noiado*, como uma falha histórica, segundo minhas interlocuções, esse *souci de soi* parece não existir, sobretudo no que tange aos aspectos mais superficiais da aparência. Mariana nos permite iluminar essa discussão, já brevemente tratada acima:

Mariana, S: Eu acho que descuidado é mais com... com o corpo em si mesmo: não tomar um banho, deixar de tomar banho, não cortar unha, não cortar cabelo, não fazer barba, no caso dos homens, é... pegar roupa, por exemplo, chegou ontem tava com a roupa, bem

preconceito que o coloca imediatamente em uma categoria social ou moral em vista de seu estado ou de um detalhe de vestimenta, considerando também a forma de seu corpo e rosto. Os estereótipos se ligam com predileção aos aspectos físicos e os transformam de boa vontade em estigmas, em sinais fatais de problemas morais ou de um pertencimento de raça”.

apresentado, uma roupa até de uma certa marca. Na semana seguinte ele chega rasgado, já não tá mais com aquela roupa, descalço. Acho que isso é um descuido dele.

Analiticamente instigante, neste caso, é que o corpo do *noiado* é marcado pelo o que há de mais superficial, embora socialmente profundo. Apesar das tantas comorbidades e outros problemas de saúde consequentes do uso intensivo do crack⁵², o inquietante em seu corpo, para meus entrevistados, não é o seu estado de saúde degradado, mas a sua aparência destoante, “*monstruosa*”, do qual ele é moralmente responsável.

Podemos constatar uma radicalização negativa da forma de gerir o seu próprio corpo, de cuidar-se de si, pois, como mostrara Rui (2012), “*os usuários de crack não assistem passivamente ao definhamento de seus corpos*” (p. 248). Há, mesmo entre os usuários considerados mais “abusivos”, práticas de cuidado que garantem, inclusive, uma longa trajetória de uso de crack – que não é contínua e conta com pausas desejadas ou forçadas, como nos casos em que a família interna o usuário quase que compulsoriamente, ou quando este opta por uma internação para escapar de ameaças de morte e situações de vida indesejadas. Os usuários de crack, neste caso e como vem mostrando a literatura socioantropológica recente, adotam formas de cuidado consigo mesmos que passam, no entanto, invisíveis à tipificação do *noiado*.

Em contraponto ainda ao descontrole associado ao *noiado*, constatei em minhas interlocuções que esse corpo ignóbil, “monstruoso”, pode ser provocado, construído conscientemente. Lembro bem de um dia no qual Clara me falou diretamente que, se não conseguisse a internação que desejava em uma unidade de acolhimento, iria para “*rua se detonar*” para, assim, conseguir um leito no hospital IMIP e, depois, o destino desejado, o Jandira Masur – do qual tinha sido expulsa alguns meses antes por ameaçar outra usuária. Silvio se declarou, menos diretamente, no mesmo movimento. Ele assumira que estava “*meio largado*” porque queria muito

⁵² Várias pesquisas no Brasil exploram esse potencial destrutivo do crack. Muitas delas foram documentadas, por exemplo, por Braga (2010), em excelente monografia sobre a produção científica brasileira sobre a droga. Rui (2012), em sua etnografia, por sua vez, nos apresenta uma descrição acurada do definhamento corporal vivido por seus interlocutores.

ir para UA masculina. Disse que lá era muito bom, que era bem cuidado, tinha refeição e um “*lugar limpo e bonito*” para dormir. “*Quando a gente tá bem, não rola ir. As doutoras embaçam porque lá é mais para se recuperar, sabe*”.

Pois é durante os períodos de grande perda de peso e de grande debilidade física que os pedidos de tratamento e de hospitalização, bem como o retorno à casa, se tornam mais comuns. Ironia das ironias no campo dos direitos humanos, em casos limites até se provoca o próprio encarceramento. Com frequência, ir para esses espaços significa voltar a se alimentar e a se hidratar regularmente e, melhor ainda, engordar (RUI, 2012, p. 274).

Como sugeriu a citação introdutória deste tópico, assinada por Le Breton (2016), toda sociologia que toma o corpo como fio condutor não pode esquecer sua ambiguidade. O corpo do *noiado* é também sociologicamente um corpo ambíguo. No entanto, se o corpo em si, na perspectiva de Le Breton, é sobretudo incitador de questionamento, o corpo degradado do *noiado* é, a partir de minhas interlocuções, sobretudo um provedor de certezas morais mesmo que simplistas e simplificatórias da complexidade do social que ele incorpora. Esse jogo “preguiçoso”, no entanto, a meu ver, mais do que um mecanismo automático e impensado de rotulação, de estigmatização, revela uma lógica cruel de redução ontológica do ser; revela mesmo um mecanismo de expulsão da complexa “*órbita da humanidade*”.

4.3 NA JOÃO, NAS RUAS E FAVELAS: TERRITORIALIDADES PENALIZADAS DA NÓIA

O espaço no qual nós vivemos, pelo qual nós somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual se desenrola precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo e de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos marca é também um espaço heterogêneo. Dito de outra forma, nós não vivemos dentro de um tipo de vazio, no interior do qual se poderia situar os indivíduos e as coisas. Nós não vivemos no interior de um vazio que se coloriria de diferentes luzes refletidas, nós vivemos no interior de um

conjunto de relações que definem localizações irredutíveis frente às outras (FOUCAULT, 2001, p.1573-1574).

Quando questionados sobre onde eu poderia encontrar o *noiado*, uma resposta fora quase que automática por parte dos meus interlocutores: “*tu vai encontrar um bocado na João*”.

A Av. João de Barros, citada em vários depoimentos, é localizada no bairro de Santo Amaro, no centro do Recife – segundo a literatura, umas das Regiões Político-Administrativas mais violentas da cidade⁵³ (SILVA, 2014; OLIVEIRA, 2015). Agrupando duas Zonas de Interesse Social, o bairro apresenta, entre seus edifícios comerciais, um longo histórico de pobreza, carência de serviços de estruturas básicas e, de acordo com Silva, moradores com uma grande sensação de medo e insegurança, apesar do decréscimo dos números oficiais referentes às práticas de violência ocorridas ali. Nas palavras de Silva (2014),

Trata-se de um espaço social socialmente marcado por uma série de desvantagens sociais concentradas nos territórios que compõe a delimitação geográfica do bairro. No entanto, alguns territórios apresentam maior concentração de indicadores sociais negativos, como ausência de sede para a associação de moradores, precárias instalações sanitárias, territórios controlados por criminosos, concentração de imóveis não residenciais, dinâmica da produção de morte violenta ainda associada a padrões elevados (*ibidem*, p. 95).

Apesar de uma heterogeneidade que não nos permite generalizações sociológicas quanto à sua configuração, ainda segundo Silva – que atuou como pesquisadora durante anos nessa localidade –, o bairro é representado, no imaginário social, como um “*locus homogêneo de comércio de drogas e brigas de gangues*”. Em confluência com o argumento da autora, em uma breve busca sobre o bairro nos arquivos *on-line* do Diário de Pernambuco, as seguintes matérias tomaram a primeira página que introduzia os mais de 7.290 resultados que encontrei em menos de 30 segundos: “*Tiroteio entre traficantes deixa dois mortos em Santo Amaro*” (14/10/2016); “*Equipes*

⁵³ Considerações históricas e geográficas podem ser encontradas em mais detalhes na tese de Vivian Silva (2014) sobre as representações sociais das sociabilidades violentas no bairro.

vão monitorar ruas de Santo Amaro. Via é ponto de consumo de drogas” (29/07/2016); *“A 180 metros da SDS, em Santo Amaro, grupos consomem drogas dia e noite*” (28/07/2016).⁵⁴ Igualmente, uma das músicas de funk entre as tantas disponíveis no YouTube que levam o nome do bairro – intitulada *Megão de Bandido do Santo Amaro*, dos DJs da *Quadrilha do Diferenciado* – anuncia:

“[...] Nosso bonde é guerrilheiro
comandando a favela
[...] Mas se entrar no nosso caminho
Vamo botar bala para comer
Viciado toda hora
A boca tá vendendo a vera [...]”⁵⁵

Entre os meus entrevistados-usuários, como antecipado, a Av. João de Barros, fora sempre citada como “*João*”, abreviação indício de uma intimidade. Não era para menos: alguns dos meus entrevistados, como Clara e Caetano relataram ali já ter habitado por certo tempo, enquanto outros relataram episódios de estadias prolongadas de alguns dias, preenchidas por um uso intenso do crack, os já citados *bings*. Jane no relata:

Jane, U: Fui na caixa da encruzilhada pegar meu dinheiro. Ai eu fui lá na João e usei. Eu usei 1500 reais. Peguei fiado. Passei terça, quarta e quinta. Fiz a dívida lá. O pessoal usa lá. Usa, vende. Tem um bocado de gente. Um bocado de noiado. Parece a cracolândia.

A associação feita por Jane com a Cracolândia indica, por um lado, a já citada difusão de um imaginário social sobre esse espaço, assim como um relato de dinâmicas ali imperantes⁵⁶. Como

⁵⁴ *Diário de Pernambuco on-line*. Consultado em 09/11/2016 às 17:58h.

⁵⁵ Disponível no Youtube em < <https://www.youtube.com/watch?v=4Givfro-1cg> >. Acesso em 09/11/2016 às 16:52.

⁵⁶ Assim como colocaram Frúgoli & Cavalcante (2013) para um estudo de caso do Rio de Janeiro e de São Paulo, “*todo esforço comparativo exige cuidados redobrados para se evitarem generalizações apressadas*”

introduzido, por *cracolândia* entende-se sobretudo, de uma maneira geral, espaços de compra e consumo intenso de crack. O termo surge em São Paulo para designar as ruas próximas à estação da Luz e passa a ser usado posteriormente em outras cidades do país, inclusive no plural, o que aponta, por um lado, a expansão do uso abusivo, e por outro e contraditoriamente, sua territorialidade relativamente ainda restrita. Baseados em duas pesquisas realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, Frúgoli e Cavalcante (2013) nos propõem ampliar a discussão, para além de uma definição simplista e genérica:

a ideia de *cracolândia* implica o estabelecimento de uma série de relações com diferentes agentes (tanto do Estado – polícia, assistentes sociais e assim por diante – quanto da dita sociedade civil – ONGs, redes de pesquisadores em saúde pública, psicologia social e ciências humanas). Ou seja, as *cracolândias* não são meramente sinônimos de locais em que se vende e consome crack; elas se produzem justamente em seu reconhecimento como territorialidades específicas por diferentes atores, que a elas dirigem uma série de práticas – repressivas ou de assistência (ou até uma combinação de ambas) – ou então táticas cotidianas para lidar com elas, no caso do tráfico de drogas ou dos moradores mais antigos de regiões em que as *cracolândias* se instalam (p. 3).

Esse ponto é particularmente interessante e nos permite, assim como fez Jane, o paralelo entre a realidade de consumo da João e as territorialidades das *cracolândias*, difundidas em boa parte do Brasil. Tal paralelo, sociologicamente fundamentado, instiga-me também a reforçar, como o fez Loïc Wacquant (2006), que esses espaços, enquanto “*espaços penalizados*”, incitam discursos de descréditos que se aglomeram à sua volta. Esses discursos vêm tanto “de baixo”, das interações da vida cotidiana – como podemos observar na música de funk e na própria fala de Jane –, quanto “de cima”, dos domínios jornalístico, político e burocrático, mesmo científico – como podemos constatar a partir dos artigos encontrados no jornal local e na tese de Silva (2014). Nos termos de Wacquant (2006), nestes lugares “*uma mácula localizada sobrepõe-se então aos estigmas já operantes*” (p. 28). Infelizmente, como já advertira o autor, refletindo sobre a estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada,

(*ibidem*, p. 11), sobretudo porque cada cidade possui espacialidades e paisagens urbanas diversas, historicidades singulares e variações quanto às redes de relação nas quais estão associadas.

Que esses lugares estejam ou não deteriorados, sejam ou não perigosos e a sua população seja ou não essencialmente composta de pobres, minorias e estrangeiros, tem pouca importância, no fim de contas: a crença preconceituosa de que assim são basta para engendrar consequências socialmente nocivas (*ibidem*, p. 28)

O *noiado*, personagem que perambula nestes espaços sociologicamente próximos, vem reforçar a ideia de “espaços penalizados” e suas consequências nocivas, como colocou Wacquant; ele nos ajuda também a problematizá-la. Enquanto um corpo abjeto (RUI, 2012), gerador de repulsa, de afastamento, de rechaço, de humilhação, gestor de amoralidades, o *noiado* é uma figura que, segundo minhas interlocuções, incorpora todo o imaginário de incivilidades destes espaços “sujos”, “violentos”, “geradores de medo” e “pânico social” – como bem argumentaram Rocha e Silva (SOUSA et al., 2016) para o caso da cracolândia paulista. O *noiado* é, neste sentido e assim como o espaço que ele ocupa, um ser “penalizado”. Interessante aqui é que o espaço e a pessoa partilham características sociológicas ao mesmo tempo que as reforçam entre si. Isto também porque suas características são fundamentalmente construídas nas relações humanas, como há muito nos advertira Simmel (2013).

Lembro bem de uma das intervenções que fiz junto à equipe do consultório de rua na praça do Mercado da Encruzilhada, outra cena de consumo noturno conhecida da zona Norte do Recife, também citado pelos meus interlocutores como um lugar onde poderia encontrar o *noiado*. Neste dia, passei um bom tempo conversando com os policiais que ali trabalhavam na noite de uma segunda-feira.

Eles disseram ali estar para “manter a ordem” entre “os usuários de drogas baderneiros da área”, os *noiados* – dentre eles aqueles que se acomodavam no estacionamento em frente a uma farmácia ou nas ruas paralelas que contavam com carinhos de supermercado abandonados, papelões, colchões e algumas roupas e lençóis espalhados. Os policiais disseram estar ali também para “garantir a segurança dos cidadãos”, inclusive da nossa própria equipe, assim como de outras estruturas de saúde e assistência que ali intervinham. Nesta conversa, a polarização entre os “usuários de drogas baderneiros da área” e os “cidadãos” dignos de proteção foi clara. Essa polarização representava não apenas um sistema de categorização, de classificação social afinado,

mas também um conjunto de práticas diferenciadas a serem postas em marcha com os dois diferentes grupos, os quais não pareciam se misturar, embora ocupassem, em um olhar apressado, o mesmo espaço geográfico, o Largo da Encruzilhada.

Na verdade, os *noiados* (“*usuários de drogas baderneiros*”, no linguajar policial) ali ocupavam lugares específicos, os quais aqueles formalmente identificados como profissionais de segurança pública me apontaram com destreza e detalhes: o lado da porta de saída da farmácia, para facilitar a mendicância e se proteger da chuva; as bordas dos estacionamentos, para ampliar o ângulo de visão e facilitar a cobrança pela não demandada segurança dos carros dos clientes. “*Zanzando de um lado para o outro*”, na praça, sem “*ter o que fazer*”; mais ao fundo, já mais próximo à entrada do mercado, para conseguir comida ou pequenos serviços dos comerciantes; “*nos cantinhos mais escuros*”, para dormir, sobretudo à noite, após o fechamento dos comércios. Em poucos minutos observando aquele lugar, foi possível também ver, no que concerne às espacialidades moralmente construídas, como raros pedestres se aventuravam a passar muito próximo daqueles corpos “*noiados*” desafiadores. As imagens abaixo reproduzidas permitem ao leitor uma breve visita ao largo.

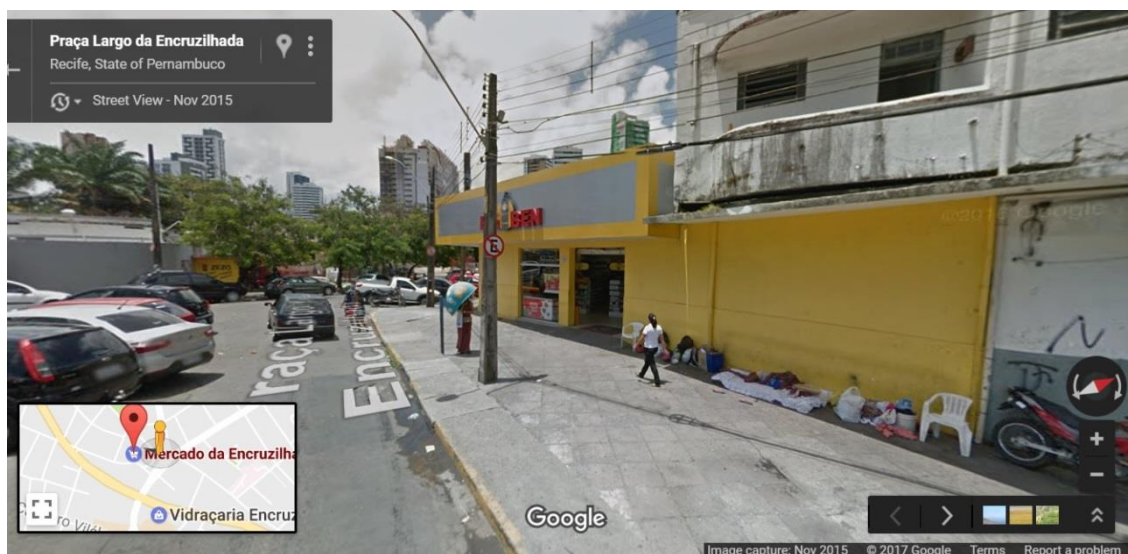


Imagem 1 – Largo da Encruzilhada I (fonte: Google Maps)



Imagem 2 – Largo da Encruzilhada II (Fonte: Google Maps)

Indo mais a fundo, ainda naquela noite, foi me aproximando de “*um grupo de moradores de rua baderneiros*” com a equipe de redutoras que pude constatar o universo de necessidades ali espalhadas no chão, geograficamente localizadas. Enquanto clientes atravessavam a porta, adentrando no universo da farmácia e do *cuidado de si*, os *noiados* ficavam do lado de fora, com suas “*feridas purulentas*” (RUI, 2012). Encontramos cerca de cinco usuários juntos, duas mulheres e três homens, acompanhados de uma garrafa de pitú e cigarros. Um deles, antigo frequentador do CAPs, tinha um grande corte na perna visivelmente inflamado, segundo ele fruto de uma briga com a namorada. As servidoras não tardaram a lhe dar as orientações necessárias, ao mesmo tempo que distribuía camisinhas e convidavam os demais para vir ao CAPs. Alguns queriam apenas saber, no entanto e sobretudo, sobre a bolsa do programa Atitude⁵⁷, que haviam parado de receber. Queriam saber se não poderíamos “*adiantar*” a regularização da sua situação para liberar o benefício.

⁵⁷ “Desde 2013, o Centro de Prevenção às Dependências executa o Programa Atitude na cidade do Recife, criado pelo Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. O Atitude tem como objetivo fornecer atenção integral às pessoas que usam drogas, acolhendo, atendendo e protegendo a vida delas”. Fonte: <https://www.centrodeprevencao.com.br/atitude>. Último acesso: 10 de maio de 2017.

Também como nos casos da simbólica Cracolândia da Luz e da João, as redondezas do mercado da Encruzilhada representam um espaço dotado de sociabilidades abjetas, de repulsa, ao mesmo tempo que de gestão. Esse é um paradoxo interessante, que foi explorado empírica e teoricamente por Rui (2012) em sua etnografia dos usos do crack. Escolhi, também por isso, não enveredar a minha análise nesta direção. O que se tornou recorrente em minhas reflexões, no entanto, não pode calar: esses espaços, geograficamente distantes, aproximam-se ontologicamente, reforçando estigmas e abrigando a representação do “*usuário bagunceiro*”, do *noiado*. Mais do que a configuração de suas ruas e estradas, são suas sociabilidades que unem seus espaços, seus retraços de gente.

Para finalizar esse elemento, sublinho que, ao discutirmos sobre a territorialidade do *noiado*, meus interlocutores usuários sempre citaram, para além dos espaços já descritos, outros bairros periféricos da cidade, assim como suas favelas. Ricardo, taxativo, dissera: “*você não vai encontrar o noiado nos bairro de classe média não, moça. Só se for para roubar filhinho de papai. Ele tá mesmo é na perifa [periferia], nas favela*”. A fala de Ricardo é marcante e escancara uma dimensão classista pulsante. No que concerne à territorialidade, que é o que nos interessa no momento, ela reafirma, por sua vez, como já posto anteriormente, a forte relação entre o imaginário do *noiado* e as áreas urbanas ditas degradadas, habitadas pelas camadas populares.

Evitando adentrar no enorme desafio de aprofundar essa dimensão multifacetada nas poucas linhas que se seguem, prefiro deixar a questão em aberta para outros pesquisadores e sugerir, para tanto, além dos estudos clássicos da Escola de Chicago (BECKER, 1996; VELHO, 2005), o não menos clássico livro de Norbert Elias e John Scotson (2000), *Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Nele encontramos interessantes reflexões sobre as interfaces entre as noções de espacialidade e marginalidade que nos permitiriam discutir, por exemplo, relações e hierarquias de poder que cercam também o *noiado*. Apesar da importância de tal empreendimento, prefiro aqui deter-me ao meu objetivo central e a uma questão implícita na descrição de Ricardo e tantas outras: o *noiado* parece ser uma figura predominantemente metropolitana, habitante da grande cidade.

Tratando do uso do crack no meio rural, Coutinho e Visser (SOUZA et al., 2016), como o fez Rui (2012), tratam da diferença entre a pequena cidade, a qual manteria os laços de proximidade entre os indivíduos, e a grande cidade, onde, segundo os autores, tais vínculos se distanciam do

controle direto imposto publicamente, de modo que estreitamente ligados a incorporação do autocontrole. Afirmam os autores:

Assim, o mesmo raciocínio pode ser aplicado quando se compara os potenciais efeitos destrutivos do uso do crack em grandes cidades e em pequenas cidades, onde a vida comunitária ainda se mostra ativa. Nas pequenas cidades, geralmente, observa-se com maior veemência a continuidade entre a esfera familiar e a do trabalho, de modo que tal acoplamento exhibe uma socialização disciplinar através do trabalho e consequentemente um controle familiar abarbadado sobre a conduta dos filhos. Com o adensamento da vida urbana, essa conexão tende a se enfraquecer, já que o ambiente familiar se tenciona com outras esferas de modo mais vigoroso (*ibidem*, p. 120).

Deste ponto de partida, o *noiado* estaria associado a esse afrouxamento de laços típicos da grande cidade. Não tendo incorporado, como sublinhado anteriormente, um *souci de soi*, uma *hexis* corporal tolerável e estando em descompasso com o processo civilizatório dos costumes, o *noiado* seria também caracterizado por um contexto de enfraquecimento do controle social direto provindo da esfera de vinculações, a qual tratarei sobretudo em outro tópico. Por agora, os autores nos deixam uma pista:

Não se trata de dizer que o indivíduo situado na pequena comunidade não incorpore autocontrole, mas de afirmar que a associação entre a lábil incorporação de autodisciplina e uma trajetória de abandono e desvinculação social é, na grande cidade, muito mais estrita (SOUZA et al. 2016, p. 120).

Esses aspectos parecem, assim, não estar dissociados, de modo que, como colocaram Coutinho e Visser, na esteira de Bourdieu, as diferentes socializações equipam (ou não) os sujeitos de maneiras distintas no que concerne aos modos de ação, signos culturais e hierarquias morais.

Para avançar na análise do meu material empírico, voltemos agora às reflexões de Loïc Wacquant (2006; 2008). Segundo ele, seria significativo o fato de que Erving Goffman (1988) não tenha mencionado o local de residência como um dos aspectos que podem desqualificar um indivíduo e privá-lo de uma total aceitação por parte dos demais. Para o sociólogo francês, a “*infâmia territorial*” apresentaria propriedades semelhantes às daquelas dos estigmas corporais, morais e tribais, apesar de possuir, em relação a estes, propriedades distintivas. O estigma territorial

assemelhar-se-ia sobretudo ao estigma de raça, nação e religião catalogado por Goffman, isso no sentido de que é transmitido por linhagem e contamina igualmente todos os membros familiares, podendo, no entanto, ao contrario daquele, ser dissimulado e/ou anulado pela mobilidade geográfica. Esse argumento é, ao meu ver, interessante e incitou-me reflexões sobre o caso do *noiado*. Quando questionado sobre onde o *noiado* moraria, André respondeu:

André, U: Ele num tem casa não. ‘Vevi’ na rua... Sei lá... Alguns até que têm casa, barraco de tábua, palafita. Alguns têm, outros não. Mas você encontra eles na rua mesmo... Nas favela, nos local.

Na fala acima, é possível identificar novamente a precariedade da referência territorial do *noiado*, que está “*na favela*”, “*na periferia*”, ou na rua, sem domicílio, ou no “*barraco de tábua*”, na “*palafita*” – no imaginário social brasileiro, símbolos da precariedade habitacional. A imagem do “*barraco de tabua*” foi citada constantemente pelos meus interlocutores usuários e servidores, estes últimos ao relatarem, por exemplo, as condições das buscas-ativas. Ana, servidora, retrata com ressentimento o caso de uma mulher que havia visitado recentemente:

Ana, S: Muito difícil a situação dela. Ela mora num barraco, num barraco mesmo, assim... é até baixo, pra você entrar tem que baixar. Muito mal cheiroso, muita sujeira... Uma situação muito difícil! Em cima, no telhado, tinha uma cadeira de rodas... algumas coisas que não servem mais. E aí, o risco de desmoronar aquilo. Dentro da casa tem uma madeira que tá se quebrando, e aí nessas chuvas ela tá correndo sério risco. Mora ela e o irmão. Sim, é ruim ver aquela situação e você não puder fazer muita coisa. Bem difícil...

No mesmo sentido, Gabriela fala ainda das condições de moradia de Caetano e seu irmão André:

Gabriela, S: Não sei se tu viu as fotos da casa dele [*Caetano*]. É uma sujeira só. Uma pobreza só... Tem lata de cola vazia para todo canto. Tem dois colchões assim bem velhos e sujos jogados no chão. Um fogão bem velho e tal todo sujo. É muito precário... Mora ele e o irmão.

No já citado livro de DaMatta (1986), a *casa* demarcaria um espaço *definitivamente* amoroso, onde a harmonia deve reinar sobre a confusão. Na cosmologia brasileira, ela seria, em sua realidade moral e em oposição à rua, sobretudo um espaço de reconhecimento e respeito. Ao contrário, no entanto, dessa visão idílica que propôs o autor, meus depoimentos apresentaram um contexto completamente diferente. A casa, para meus usuários, não fora necessariamente um espaço de segurança, cuidado. Ao contrário. Os fragmentos dos relatos das servidoras Carla e Patrícia, assim com o de Clara são ilustrativos dos tantos que recebi:

Carla, S: O relato dele, que ele começou a beber com dois anos de idade. O avô dele bebia muito e dava pra ele, ele tinha dois anos de idade, dois! E aí, foi uma criança que cresceu numa desestrutura familiar enorme dentro de casa, sofreu todos os tipos de violência que você possa imaginar, né? Não estudou, não tinha uma família mesmo, passava fome, não tinha uma estrutura nem social, nem familiar, nem nada.

Patrícia, S: A mãe dele era alcoolista, né? A mãe era alcoolista, muito a vida de rua, sem compromisso, sem nada, né? E aí a mãe morreu e ele, né? Além dessa vida, nunca... Eu acho, tenho quase certeza que ele nunca teve um trabalho. Sempre nessa vida. Veja, criado com a mãe alcoolista em casa, então, desde pequeno vivendo essa realidade difícil.

Clara, U: Eu quero sair logo de lá [de casa] para ir para o Jandira [unidade de acolhimento] que é um lugar bom. Minha irmã me aperreia demais, bate em mim... Minha mãe pega meu dinheiro... Lá às vezes eu só como pão puro o dia todo. Sem manteiga!

São situações precárias como as descritas na fala de Clara que impulsionaram ainda meus interlocutores usuários a deixarem, temporária ou definitivamente, seus lares, lançando-se no oceano de maldade e insegurança que é a rua brasileira (DAMATTA, 1986). Mesmo que espaço de liberdade, esta rua é sobretudo um espaço de precariedade (ESCOREL, 1999), de violência, geradora não apenas de um corpo abjeto (RUI, 2012), mas de revolta (BUTLER, 2007). Mariana, servidora, resumiu:

Mariana, S: É muito complicado. Tá na rua, tá exposto, né?

Estar na rua é, também para os usuários com os quais dialoguei, estar exposto. Exposto às intempéries do clima, às abordagens policiais truculentas, aos grupos religiosos que visam à sua

cura espiritual (RUI, 2012; SOUZA et al., 2016)... Também expostos aos olhos alheios, olhos que estereotipam, que estigmatizam... “*Na rua todo usuário é meio que visto como um noiado*”, disse Júlio.

Em estudo recente sobre o uso problemático do crack na classe média, Mariana Garcia (SOUZA et al., 2016) trata sobre como essa parcela da população tem acesso à estratégias de ocultação que a possibilitam manter seu consumo em segredo, ficando assim mais longe do julgamento alheio. Não possuindo ambientes íntimos, como quartos próprios, casas no litoral e clubes privados, a “*ralé da ralé*”, à qual pertence analiticamente o *noiado*, em oposição, teria seu consumo rapidamente percebido, vulnerável, como vimos, a todo tipo de estigmatização⁵⁸. A autora afirma:

Enquanto os indivíduos da “*ralé*” estão mais expostos, seja pelas abordagens policiais, pelos órgãos de assistência social, saúde e até por pesquisadores, a classe média aprende desde cedo a resolver seus dilemas ocultando-os no conforto do lar ou dos consultórios terapêuticos climatizados (SOUZA et al., p. 108).

Apesar dessa exposição, o perfil etnográfico encontrado entre meus entrevistados foi o de um uso predominantemente marginal do crack: os elementos de deslegitimação envolvidos sobretudo no estereótipo do *noiado* levaram os sujeitos, em maior ou menor intensidade, a uma tentativa de ocultação da prática do consumo. Essa tendência, segundo Martins (2003), parece ser um mecanismo geral de grupos discriminados que “*encaminham-se para estratégias sociais de mascaramento de sua condição e à exacerbação de técnicas sociais de ocultamento das marcas sociais de sua degradação*” (p. 39).

⁵⁸ Mesmo que a autora tenha relatado, como tantos outros, as trajetórias de fragmentação existentes também dentro desta classe, o que levava seus usuários à rua, esse estado de habitar a rua e consumir na rua era temporário; no caso dos usuários da classe média, havia sempre um lar para o qual retornar, nas palavras da autora, um “*porto seguro*” (SOUZA et al., 2016).

Gabriel, U: Porque, no começo, eu era daqueles que usava droga e os pessoal não sabiam. Eu usava droga em hotel barato, no mato... De madrugada, eu fumava na rua mesmo, nos estacionamento. Não tinha ninguém mesmo olhando.

Como podemos ver na fala de João adiante, os motivos para isso eram tanto relacionados aos impactos sobre as sociabilidades e vínculos sociais (“*perder o trabalho*”, “*magoar a família*”, “*passar vergonha*”, “*perder a confiança dos outros*” etc.), quanto à possibilidade de ser preso, em uma situação de emboscada, portando o crack ou o consumindo.

João, U: Eu usava muito era na rua. Em terreno baldio, em casas abandonadas... Mas não usava na frente das pessoas. Tinha vergonha, medo de ser preso.

Nos tantos relatos dados se foi possível perceber uma racionalização feita pelos usuários, que têm consciência do caráter de sua prática – socialmente desprestigiada e juridicamente ilegal – e das prováveis consequências da sua tomada de conhecimento por parte dos outros, incluindo a temida identificação com um *noiado*.

A perda progressiva do “*pudor*”, da vergonha de usar ou ser socialmente identificado como *noiado*, foi, no entanto, um elemento encontrado em algumas falas. “*Estar nem ai*” foi a expressão mais usada para descrever tal indiferença.

Artur, U: Antes eu não ia em boca de fumo, mandava os outros.

Gabriel, U: Teve um tempo que eu não estava querendo nem saber, ai joguei tudo para lá. Ninguém estava nem ai mesmo para mim. E eu também estava nem ai. Eu tava um nóia mermo.

Um dos argumentos para essa alteração de comportamento foi o de que o vício avançado pelo crack “*cega*” o indivíduo, ou seja, deturpa sua capacidade de “*enxergar*” os fatos e suas consequências para além do desejo imediato de usá-lo. “*Quando você tá na nóia você perde a noção*”. O decorrente “*descuido*” para com a ocultação do uso foi enxergada, assim, pelos meus

interlocutores, nesse caso, não como um elemento pessoal, de escolha do *noiado*, sim como algo particular do efeito do crack. Essa compreensão sobre o problema esteve também sempre presente nas conversas com os servidores.

No já citado estudo de Filipe Coutinho e Ricardo Visser (SOUZA et al., 2016), os autores versam sobre a desmistificação do uso problemático do crack, tendo em vista a relatividade do uso da droga. Seu estudo é interessante porque, em contraponto a maioria dos estudos visitados, ele não retratou os sinais evidentes do uso patológico do crack e nem da deterioração de sua condição social dele decorrente. Argumentam os autores que essa abordagem

[...] permite romper com uma concepção meramente “fisiológica” e até “naturalista” do uso de drogas, pois o perfil do usuário não é homogêneo. Doravante é possível verificar que a percepção químico-sensorial da droga não abre mão de uma experiência social, ao passo que o usuário incorpora um passado de socializações condensado em sua “atitude” ou “linguagem” corporal, ou seja, o que estamos chamando de disposições (SOUZA et al., 2016, p. 119).

Em *O crack e a rua*, no mesmo sentido, Marcelo Mayora (SOUZA et al. 2016) fornece elementos que indicam que não há simplesmente uma relação de sujeição entre o usuário e a substância, mas trajetórias complexas, “*circulares, com períodos de consumo compulsivo, seguidos de tentativas de diminuição da dose, de autogestão (consumo apenas em determinados horários) e de abstinência*” (p. 140). No caso dos moradores de rua que entrevistou, o autor argumenta que o consumo problemático do crack era apenas um dos desafios enfrentados num contexto de abandono e vulnerabilidade extrema. Neste mesmo sentido, falando sobre o usuário da rua, diz Simone, uma das servidoras que entrevistei:

Simone, S: É... uma coisa que com os usuários da rua é muito difícil, além dessas questão da falta da família, é questão mesmo deles estarem na rua. Não têm documentos, não têm nem um local que dê cobertura ali, um local, digamos, da saúde, até mesmo da assistência. É tudo muito precário...

Nas palavras de Mayora, em conexão com o que propuseram Coutinho e Visser (*ibidem*), “*a primeira tarefa daquele que pretende analisar o consumo de drogas, e especificamente de crack, é relativizar a importância da própria substância*” (p. 140). Essa perspectiva, no entanto, não foi encontrada em campo. Apesar de problematizarem o uso de crack de diferentes formas, tanto usuários quanto servidores reproduziram essa visão estereotipada do crack como uma “*droga que controla*”, sobretudo no caso do *noiado*, que está completamente largado a seus impulsos biológicos, à fissura. Como colocaram Messas et al. (2016), essa perspectiva patológica e patologizante é problemática porque termina também por tratar “*de maneira semelhante um jovem negro de baixa escolaridade que vive em uma cena de uso e um profissional liberal branco que usa o crack depois do trabalho em sua casa*” (p. 165). Como já sugeri, esse não é o caso.

Como Coutinho e Visser (*ibidem*), Mayora (*ibidem*), Alcioli Neto (2014), Rui (2012) e tantos outros autores que vem estudando o crack no Brasil, meu estudo também levou a conclusão que, apesar dos efeitos químicos indubitáveis do crack, é sua dimensão sociológica que se destaca, inclusive porque os efeitos das substâncias, de um modo geral, como já dito, dependem consideravelmente do contexto no qual se faz seu uso; dito de outro modo, elas estão apoiadas de diversas formas no corpo social que as abriga (SOUZA et al., 2016). Esse aspecto se confirma também pelo fato de que, como colocou Mayora, não haveria uma composição química idêntica e exata das pedras de crack que circulam no mercado de drogas. “*Há uma enorme variação das pedras vendidas, decorrente das diversas misturas de substâncias, e muitas delas possuem baixa ou inexistente quantidade de cocaína*” (SOUZA et al., 2016, p. 141). O imaginário social do *noiado* não se encaixa, no entanto, neste universo de compreensão, mas é interessantíssimo para compreendê-lo, sobretudo por representar, como estamos vendo, uma encruzilhada de vulnerabilidades que acionam potenciais classificatórios e desmoralizantes.

É também a partir desses elementos que retomo meu argumento de que o caso do *noiado* representaria um processo de expulsão da “*órbita da humanidade*”, do qual todos desejam se afastar, corroídos constantemente pelo “*medo de se tornar ninguém ou coisa alguma, de ser descartado, banalizado, o medo daquilo que não se vê*” (MARTINS, 2003). Esse medo, entre tanto outros, levaram meus entrevistados a relatarem casos de paranoias e de uma desconfiança profunda nos outros. Essa desconfiança foi uma dificuldade que encontrei no campo para conversar com eles, quando inclusive me foram negados, a princípio, por exemplo, a gravação de entrevistas,

ou mesmo o desvelamento de certas informações. Não se sabia afinal “*que diabos*” essa socióloga iria fazer com seus depoimentos. Quando questionado sobre onde eu poderia encontrar um noiado, André hesita:

André, U: Ai eu não posso dizer não... Não vou entregar ninguém não, moça. Ai sobra para mim. Se você for, você pode até ser roubada, pode mexer com você e eu ser culpado. Mas eu não sei não onde eles ficam não...

Depois de uma negociação⁵⁹, na qual prometi não ir procura-lo ou colocar ninguém em perigo, ele terminou o assunto com a seguinte pista, antecipada, no entanto, por uma ressalva:

André, U: Veja...Eu não ando com eles não... Mas tem um bocado.

Essa postura de ocultamento, de afastamento, é reforçada, como já tratado, pelas “[.../ *representações sociais que a comunicação social e midiática contribui enormemente para difundir*” (JODELET, 1999 in SAWAIA, 1999, p. 64). Investigando estas representações, Rodrigues (SOUZA et al., 2016), em estudo recente, identificou que o tema das classes sociais é o eixo central através do qual se articulam formas discursivas e representações sobre o crack e seus usuários. Segundo o autor, “*a guerra declarada às drogas esconde uma guerra velada às classes mais pobres*” (p. 290). Neste contexto, a mídia veicula, mais que notícias sobre eventos, discursos simbólicos produzidos em esferas de poder da sociedade. Afirma Rodrigues:

As apreensões jornalísticas da experiência do uso de drogas reduzem indiscriminadamente o usuário de determinadas drogas, como o crack, ao drogado, quer dizer, a um símbolo de degradação, a um incapacitado para o mundo do “mercado”, do “trabalho”, enfim, a um ser reduzido à condição de “doente-criminoso”, que necessita de auxílio – corretivo – dos empreendedores morais da sociedade, tanto médico quanto policial (p. 91).

⁵⁹ Sobre esse aspecto, já havia me prevenido Becker (2008, p. 171): “*O estudioso do desvio precisa convencer aqueles a quem estuda de que não haverá perigo para eles, de que não sofrerão em consequência do que lhe revelaram. Aqueles que cometem atos desviantes se protegem de várias maneiras contra outsiders intrometidos*”.

No que concerne ao crack, ele serviria como uma máscara que, de fato, esconderia questões associadas à miséria, à colonização da pobreza, à *“cólica gerada pelos agudos da desigualdade social”*, esta, sobretudo, ligada à degradação urbana. Ainda segundo Rodrigues, haveria uma contradição, ou um mito, no que tange ao discurso jornalístico: embora a mídia considere a invisibilidade social dos usuários, a visibilidade destes sujeitos nos jornais é marcante. Isso, segundo o autor, ocultaria a visibilidade destes indivíduos no que tange à repressão e à punição, essas dirigidas às classes baixas, transformadas em monstros.

No mesmo sentido, em estudo dirigido à folha de São Paulo sobre o tratamento do crack, Rocha e Silva versam sobre um processo de animalização do usuário, no qual problemas públicos são tratados como individuais, mais precisamente, na esteira de Bourdieu, a partir de uma ideologia moral opaca que inclui a noção de disciplina pessoal, assim como a negação do outro. De maneira geral, o discurso midiático responsabilizaria moralmente o usuário pela sua situação. Segundo os autores:

Mesmo nos momentos em que o discurso assume uma forma mais complexa, quando tende a reconhecer que o vício é uma “doença” (questão de saúde) ou o resultado de uma trajetória moldada por condicionantes sociais (questão social), a reação moral a este ser que “não se controla” imputa a ele todas as cobranças fundadas na expectativa de se estar diante de um ser humano “pleno” (p. 286).

Este discurso jornalístico, segundo Rocha e Silva, responsabilizaria também às gestões locais que, “enxugando gelo”, deram repostas ineficazes à questão do crack. Isso sobretudo no que concerne à sua “ferida aberta”, a já citada Crolândia da Luz, centro de preocupação das classes médias e altas da capital paulista. De acordo com os autores, mais do que o problema do crack, é sobretudo a Cracolândia que inquieta e incomoda, merecendo assim uma intervenção enérgica, segundo as aclamações da Folha.

Diferentemente de outras manifestações da miséria, a Cracolândia paulistana está encravada no Centro da cidade que se queria europeizada, com seus aparelhos culturais recém-renovados, de modo que a sua *visibilidade* e *proximidade* incontornáveis são um ponto crucial na definição das formas de tratamento midiático do tema que nos ocupa (p. 251).

Como bem colocou Wanderley (1999 *in* SAWAIA, 2009), também através dessa mídia então sendo criados entre nós, assim como lugares (SOUSA et al., 2016), personagens que são incômodos politicamente. O *noiado* é, indubitavelmente, um caso dessa construção. Ser incômodo politicamente significa, a meu ver, transpor as barreiras do aceitável ao ponto de mover diversas forças que preveem, como vimos, à sua conversão, à sua recuperação, ao seu controle, mesmo à sua aniquilação.

4.4 VIRAÇÕES, RISCOS, ROUBOS E FALCATRUAS: ENTRE A MISÉRIA MORAL E A MISÉRIA MATERIAL

Quando questionado sobre a trajetória econômico-laboral do *noiado*, Marcos me assinalou uma direção para a análise, que já me havia sido sugerida pela literatura:

Marcos, U: Ah... Ele é um excluído, moça.

No que concerne à teoria social, os chamados *excluídos* estão correntemente associados às reflexões de René Lenoir (1974) e sua obra *Les exclus: un français sur dix*, na qual esses foram percebidos enquanto indivíduos esquecidos pelo progresso (STRECK, 2009; ZIONI, 2006; ESCOREL, 2006). Mais especificamente eles seriam todos aqueles que não haviam se adequado à sociedade existente, dentre os quais os deficientes físicos e mentais, os idosos, os fugitivos, as prostitutas e os delinquentes. Nessa obra, a *exclusão* aparecera enquanto um fenômeno socioestrutural gerado pela própria forma de organização da sociedade moderna e suas particularidades, como, por exemplo, o êxodo rural e a acumulação desigual do capital (ZIONI, 2006). Foi em solo francês que o tema adquiriu estatuto teórico e relevância, tendo o núcleo de sua problemática sido localizado na crise do assalariamento enquanto mecanismo de inserção social, nas mudanças do processo produtivo e na dinâmica da acumulação capitalista (MARTINS, 2003; ZIONI, 2006; ESCOREL, 2006).

No Brasil, de acordo com Luciano Oliveira (1997), a palavra foi colocada em voga sobremaneira por Hélio Jaguaribe, que tratou sobre o aumento do número de pobres e miseráveis no país. Esse aumento foi percebido por ele enquanto consequência do modelo econômico fracassado imperante entre 1930 e 1980. Oliveira cita como consecutivo o trabalho de Cristovam

Buarque, para o qual o modelo econômico trabalhado por Jaguaribe teria apenas escancarado o caráter cruel da preexistente *exclusão social* brasileira. Buarque utilizou o conceito de *apartação social* para tratar do tema, uma verdadeira adaptação semântica do *apartheid* sul-africano para a nossa realidade (OLIVEIRA, 1997).

De maneira geral, o fenômeno da *exclusão* está vinculado majoritariamente à economia, em especial àqueles indivíduos considerados desnecessários e supérfluos a ela (SCOREL, 2006). O termo trata, por exemplo, de um desemprego temporário que se torna permanente, crônico, e deste desemprego permanente enquanto um elemento intrínseco ao sistema, ou seja, enquanto um fenômeno de cunho estrutural. Dentro deste panorama de crise da sociedade do trabalho, como localizou Escorel, contempla-se um contexto delicado, no qual se multiplicam as diversas modalidades de informalidade, a precarização do trabalho formal e a perda progressiva de direitos sociais. A literatura sobre *exclusão* dá conta, no caso, de expor um funcionamento econômico e laboral geral característico das últimas décadas. Com base nesses elementos, me coube pensar de que forma, segundo minhas interlocuções, seria possível localizar o *noiado* dentro desse panorama de precarização do trabalho e pauperização. Outros interlocutores me deixaram pistas para tanto:

Caetano, U: Ah, ele trabalha. Lava carro... Tudo isso. Pega frete por aí... Tudo isso...

Marcelo, U: Limpando vidro de carro, pega flat, outros toma conta de carro.

Andrea, U: Limpar um mato, fazer um serviço, levar um lixo fora...

Os relatos acima citados chamam a atenção para o tipo de trabalho que o *noiado* exerce no imaginário dos usuários: ele tem um meio de gerar renda, por menor que ela seja, mas não possui um vínculo empregatício estável. Além disso, ele ocupa postos que socialmente são desprestigiados, como lavar ou tomar conta de carros na rua, “limpar mato” etc. Como sintetizou Artur,

Artus, U: Moça, qualquer tipo de trabalho ele trabalha.

Rogers (1995 *apud* DUPAS, 1999) nos cede elementos para compreender mais a fundo essa descrição. O autor tece a diferença entre *exclusão* do mercado de trabalho (desemprego em longo prazo) e *exclusão* do trabalho regular (parcial e precário). Segundo esse autor, seria possível haver *exclusão* dentro do próprio mercado de trabalho, a qual se expressaria através do que ele chama de “*dualização do processo de trabalho*”. Com essa classificação, Rogers nos auxilia a compreender o caso em análise, dado que o *noiado*, excluído dentro do mercado de trabalho, ocupa postos de acesso relativamente fácil – que além de precários não geram renda suficiente para garantir um padrão de vida digno (ROGERS, 1995 *apud* DUPAS, 1999). Gabriel nos permite, no entanto, ir além dessa divisão:

Gabriel, U: Muitos não tem trabalho. Só biscate mesmo. Vender pipoca, picolé... Só para usar. Muitos trabalham em estacionamento, aí quando faz R\$ 10 ele já corre. Já corre para comprar droga. Um já passou por mim já. Eu trabalhava em estacionamento. Eu descolava R\$ 20, aí eu já corria. Aí na minha área já vinha outro noiado e ficava recebendo os carros.

Além da diferença entre a noção de *trabalho* – digno – e *biscate*, instigante nesta fala é que o trabalho para o *noiado* significaria simplesmente um renda a ser convertida para o consumo, não criando, por exemplo, uma identidade ocupacional. Segundo Escorel, a partir de uma inserção irregular no mercado de trabalho, “*os trabalhadores vão somando experiências fragmentadas que não lhes asseguram uma identidade*” (ESCOREL, 2006).

Escorel (2006) faz uma discussão acurada sobre a importância da identidade do trabalhador no que tange ao imaginário social. Como também propôs Taylor (1989), há uma associação do trabalho com características pessoais, como legitimidade, dignidade, autoridade e respeito. Nas palavras da autora, “*o trabalho é o critério para determinar a legitimidade e a dignidade da existência social do cidadão*” (*ibidem*, p. 196). No caso dos homens especificamente, essa identidade está também atrelada à sua posição tradicional de provedor. Esse elemento foi também colocado em pauta pelos meus entrevistados para o caso do *noiado*: a situação laboral incerta significa, para este, um insucesso no que tange ao papel social masculino de cuidador competente. Essa visão foi também reforçada pelas interlocuções com os servidores, que insistiam no enorme problema dos “usuários desorganizados” que eram pais, pois eles “*não tem condição de botar uma*

comida no prato do filho porque usa tudo com droga”, diz Amanda. Sobre essa articulação, já nos alertou Becker (2008)

As sociedades são integradas no sentido de que os arranjos sociais numa esfera de atividade se enredam com outros arranjos em outras esferas de maneiras particulares e dependem da existência desses outros arranjos. Certo tipo de vida no trabalho pressupõe determinado tipo de vida familiar (p. 45).

No mais, no que tange às trajetórias dos meus entrevistados, em vários casos houve perda de um trabalho formal e paulatina pauperização ocupacional, como no caso de José – que trabalhava como pedreiro (*“com carteira assinada e tudo”*) – e Irene, que trabalhava em um bar. Isso se deu, primeiramente, em função da dificuldade de conciliar as consequências do abuso do crack (e elementos típicos de sua etnografia do consumo, como o uso noturno e as reações físicas fragilizadoras) com uma rotina de trabalho convencional. Sobre esse elemento, sintetizam Rocha e Silva (SOUZA et al., 2016) do ponto de vista histórico:

As duas instituições modernas fundamentais, o mercado e o Estado, demandam uma forma de domínio de si para a adoção de horários, posturas, linguagem, padrões de comportamento que separam o trabalhador fordista do que Jessé Souza chamou de ralé, parcela da população que não tem o *habitus* primário exigido pelo trabalho formal e que tem que sobreviver à custa de um uso ainda mais direto do próprio corpo, no trabalho braçal, na prostituição etc. (*ibidem*, p. 257).

O peso do moderno sobre o *noiado* já foi discutido anteriormente do ponto de vista do corpo. No que tange à sua trajetória laboral, ela ressurge precisamente na questão da disciplina, perdida pelo *noiado*. Ele perde o horário, como no caso de Caetano que chegou atrasado para o almoço do CAPS e de tantos outros casos que presenciei; de um modo mais amplo, ele perde completamente o respeito ao conjunto de regras que regem a sociedade do trabalho. Jessé de Souza nos auxilia a expandir essa reflexão, sobretudo do ponto de vista de uma teoria das classes, na qual o *noiado* ocuparia o estrato mais baixo, formando a “ralé da ralé”.

Como a disciplina passa a ser um “valor universal” de todas as classes, ela constitui, por isso mesmo, a própria fronteira da distinção entre inclusão e exclusão social, entre o normal e o patológico, e entre o cidadão e o bandido. É a ubiquidade, evidência e “naturalização” do princípio disciplinar que condiciona sua invisibilidade como “regra moral” que classifica e desclassifica indivíduos e classes sociais inteiras (*ibidem*, p. 34).

Continuando minha análise, os entrevistados expressaram ainda a percepção de que o rótulo de *noiado* tinha influências sobre a sua vida laboral. E não apenas isso: existia também uma expectativa moralmente racional de que assim o fosse. O comportamento de afastamento, como colado acima, era esperado. O noiado “*não tem a dignidade*”, nos disse Antônio. Gabriel completa: “*é até arriscado botar um cara desses para trabalhar com você*”. Eu desenvolverei a noção do risco mais adiante, explicando a consideração feita por Gabriel.

Por enquanto, vale a consideração de que foi possível perceber, entre meus interlocutores usuários, em vários momentos, uma racionalização do vício, controlado em situações específicas. O medo da perda de um trabalho ou “serviço”, da expulsão da unidade de acolhimento, do desprestígio social de ser considerado um *noiado* determinaram o uso. Marcos justifica:

Marcos, U: É que, assim, na sociedade ninguém dá trabalho a ele [*o noiado*] não.

Dentre outros aspectos, as considerações acima nos levam a concluir que não apenas o uso de crack e o imaginário do *noiado* tem influência sobre a vida ocupacional de usuários, mas que o aspecto interacional no âmbito do trabalho também influencia a prática do uso da substância e tentativas eventuais de ocultamento de uma identidade deteriorada, de uma trajetória desviante, através da criação do que Goffman (2009) chamou de fachada⁶⁰. Em uma terça-feira de manhã, André chega especialmente bem asseado e faz questão de perguntar-me, sorridente:

⁶⁰ Goffman chama de fachada institucionalizada a tendência segundo a qual os atores incorporam valores socialmente reconhecidos para oferecer uma impressão idealizada aos seus pares, desprezando as incompatibilidades entre as partes para manter uma coerência expressiva.

André, U: E ai, moça, tô bonito? Tô na beca ou num tô? Hoje vou vender fruta na cidade com meu primo.

Foi possível perceber também que, no caso do *noiado*, o crack pode tornar-se trabalho e oportunidade de renda. Como bem colocou Feltran (2007, p. 4), o “*mundo do crime*”⁶¹ é um ambiente de geração de renda e trabalho dos mais capilares – “*ali, nem a escolarização, nem a experiência de trabalho anterior ou os atestados de antecedentes criminais são necessários para se obter um posto*”. Mas não definitivamente. Por seu descontrole, sua nóia, o *noiado* é uma figura que não administra bem os negócios do tráfico. Seu fim pode, por isso, ser trágico.

Artur, U: O dia-a-dia dele [*do noiado*] é correria... É roubar, traficar. Arrumar dinheiro. Eles arruma dinheiro no tráfico. Mas se vacilar, fedeu.

Antônio, U: Ai às vezes chega no local e outra pessoa passa droga para ele ou ele vende. Muitos nem vende. Usa a droga que pegou para vender. Ai muitos morre né? Porque o cara que deu a droga à pessoa, vai cobrar e ele num quer pagar. Ai ele termina morrendo.

Em estudo recente sobre o mercado de drogas na cidade do Recife, Daudelin e Ratton (2017) nos fornecem elementos para melhor compreender essa lógica perversa. Segundo os autores, o mercado do crack é particularmente regido por uma lógica de débito, isso porque concernindo, de um lado, uma população de usuários que é sobretudo pobre e, de outro lado, um consumo altamente custoso. Mas o crédito de consignação é também uma modalidade possível, mesmo que mais arriscada para o traficante e para o usuário, sendo também importante de violência.

Impossibilitados de usar meios legais, traficantes têm poucas alternativas a não ser ameaçar ou usar a força para obrigar compradores a reembolsar vendas ou a quantidade exata de drogas oferecidas em consignação. A violência é um recurso largamente utilizado em um contexto em que, simplesmente, retirar os inadimplentes da lista de clientes ou permitir que eles busquem outros fornecedores (competidores) parece contraprodutivo (p.122).

⁶¹ Por “mundo do crime”, Feltran (2007, p. 2) entende “*uma representação do conjunto de relações sociais e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos*”.

Misse (2010), no mesmo horizonte compreensivo, já nos advertiu que esse sistema de consignação de vendas resulta constantemente na morte de devedores. Método típico de parcelas e territórios de baixo poder aquisitivo, para não dar mau exemplo, a dívida é paga com a vida.

Vale salientar ainda no que tange a essa questão que o *noiado* nunca foi reconhecido como um verdadeiro traficante, um grande comerciante, um empreendedor promissor. De maneira que Rui (2012) chegou a bem explicar as hierarquias no mundo da droga associados à comercialização, antes de seguir adiante, me cabe aqui apenas ressaltar que o dinheiro feito pelo *noiado* vem, segundo meus interlocutores, do “*resto de pedra*”, dos “*pozinhos*”, das práticas de “*avião*”, de transporte ocasional, ou “*facilitação*”. José, por exemplo, me relatou as tantas vezes que tinha ido, com sua moto, “*levar uns caras com carga na rodoviária*”. Ganhava para tanto R\$ 5, o valor equivalente a “*uma pedra pequena assim*” – me falou apontando uma pequena parte do seu dedo indicador... Mas “*ninguém confia mesmo nele [no noiado]*”.

Ainda antes de adentrar na questão da confiança, permitam-me uma pequena digressão de gênero, exceção neste trabalho. No caso das *noiadas*, muitas delas, segundo minhas interlocuções, prostituir-se-iam. Esse era o caso de Rafaela, uma negra alta, sorridente, bonita e “*corpuda, atraente para os clientes*”. Ela disse ter sido *noiada* por muito tempo, tendo mudado agora, por conta do seu marido, que conheceu em um programa. Antigamente, quando estava nas fases mais *noiada*, ela disse fazer ainda mais programas só para conseguir a pedra. Em sua descrição, “*era coisa de bicho mesmo*”... Neste caso, o corpo abjeto (RUI, 2012) é ainda alvo de desejo, mas extrapola seus aspectos humanos explorados em tópico anterior para assumir a dimensão, de um lado animalizada, de outra mercantilizada.

Há aqui uma distinção sutil a se fazer. Segundo minhas interlocutoras, há uma diferença entre a prostituta que se nória e a *noiada* que se prostitui, ou ainda pior, segundo minhas interlocuções, a *noiada* que entrega seu corpo por uma pedra de crack, ou um tiro apenas. No caso da prostituta que se nória, ela manteria ainda certo tipo de dignidade, porque conseguiria associar o consumo com seu trabalho, por máximo que esse trabalho seja considerado “*amoral*”, desviante, pelos demais. No caso da *noiada* que se prostitui – uma possível, mesmo esperada, etapa seguinte do status anterior –, o elemento que toma evidência não é a sua atividade, mas o consumo do crack. Ela se prostitui para consumir a droga, mas há ainda a intermediação do dinheiro que mantém

minimamente um tipo de relação “profissional”, assim como uma vaga noção de racionalização, de voluntarismo. O fundo do poço, nesta hierarquia, seria ocupado pela *noiada* que, desesperada pela fissura, transa com uma ou mais pessoas para receber a pedra. Clara me contou com horror sobre uma conhecida que, na semana anterior a nossa conversa, tinha feito sexo sem camisinha com três homens diferentes para dar “*um tiro de nada só, véi... Muito noiada ela tá*”.

Para continuar com o tópico, de uma maneira geral é possível afirmar que paralela à degradação ocupacional, há uma degradação material associada ao imaginário do *noiado*. Muitas foram as histórias de conhecidos que possuíam negócios próprios, os quais foram perdidos em função das atribulações relacionadas ao abuso do crack, como o consumo compulsivo e custoso. Muitos são também os relatos presentes em jornais e etnografias (RUI, 2012; SOUZA et al., 2016). Essa degradação material posiciona o *noiado* numa situação caracterizada como de extrema “pobreza”, mesmo de miséria, no qual ele não possui bens materiais e condições de prover uma vida considerada pelos usuários enquanto mínima e digna.

Aqui podemos voltar à temática da exclusão. Encontrei na literatura uma associação entre *exclusão social* e pobreza; esse é, em verdade, um relacionamento temático clássico (ESCOREL, 2006). Segundo Wanderley (*apud* SAWAIA, 2009), por exemplo, a “*pobreza e a exclusão no Brasil são faces da mesma moeda*”. Sen (2000) nos alerta, no entanto, para o fato de que, se a *exclusão* é um tema constante nos estudos de pobreza, o inverso não é válido. A *exclusão* não é, nesse sentido, sinônimo de pobreza, e deve ser percebida enquanto um fenômeno multifacetado e muito mais amplo, também para o caso em análise.

Quanto a pobreza ser uma dimensão fundamental da *exclusão* não há controvérsias, no entanto os diversos impactos da pobreza tem que ser observados no que ela significa sobretudo em termos imateriais e simbólicos, muito associados ao *noiado*. Como afirmou Sen, “*we must look to impoverished lives, and not just at depleted wallets*” (SEN, 2000, p. 3). O autor faz uma análise sobre a *exclusão* enquanto incapacidade de aparecer em público sem vergonha ou inabilidade de compartilhar da vida da comunidade livremente. As interlocuções com os usuários descreveram várias situações que iluminam esse aspecto. Marcos relatou que o *noiado* não tem “*uma beca estilosa para botar em dia de festa*”, “*um celular para animar as novinhas*”. Como vimos, constantemente ele está sujo, “*fedendo*”... As intimidações sofridas pelos entrevistados por não

sustentarem materialmente suas famílias e ou filhos geraram bastante vergonha e os levaram, associados a outros elementos, a uma situação de autoisolamento. A impossibilidade de pagar dívidas em bocas de fumo ou empréstimos de amigos, a incapacidade de consumir certos bens como roupas e lazer, e de compartilhar de determinados eventos sociais como festas etc. são exemplos dos entrevistados que aludem o que Sen buscou tratar.

Ainda de acordo com Sen (2000, p. 14), “*not to be able to mix with others may directly impoverished a person’s life, and also, additionally reduce economic opportunities that come from social contact*”. Essa observação nos leva a reforçar a associação intrínseca entre os temas abordados acima, assim como a importância das relações sociais para a esfera econômico-laboral do *noiado*. Essa observação nos permite também retornar tematicamente à questão do risco e da confiança, já brevemente citada. Gabriel me advertiu que seria “arriscado” colocar um *noiado* para trabalhar, “*não dá para confiar*”. Caetano explica-me essa declaração e Antônio retrata, para fazer o mesmo, uma história pessoal:

Caetano, U: Ele pode roubar alguma coisa e eu levar a culpa por causa dele. Ai é por isso que eu não chamo [*para trabalhar comigo*].

Antônio, U: Não, confio não porque eu já botei um para morar comigo e ele vendeu minha camisa original de santa cruz. Que eu sou tricolor. Vendeu minha geladeira, vendeu minha tv, meu dvd.

Constantemente me foi colocado que o *noiado* é uma fonte de risco sobretudo por causa dos roubos que ele comete, os quais parecem ser sua marca elementar. Esses roubos⁶², por sua vez, acionam uma lógica mercadológica de produtos concernente à venda informal de pertences a preços baixos. Tal prática se inicia no âmbito do lar e passa à rua, quando não mais possível na

⁶² Martins (2002) reconheceu a prática ilícita enquanto um elemento característico da *exclusão*. Em suas próprias palavras: “*No limite, [os excluídos] podem usar meios ilícitos para obter os recursos que necessitam para integrar-se: o tráfico, o roubo, a violência, os meios transgressivos de participação*” (MARTINS, 2002, p.39). Essa observação deve, todavia, ser observada com cautela, pois pode levar ao reforço dos estereótipos e estigmas que criminalizam não apenas o usuário de crack, como os demais grupos sociais tratados com auxílio do tema *exclusão*.

esfera da casa. O roubo dos pertences dos parentes, no caso do *noiado*, não foi percebido necessariamente como atividade ilegal, embora socialmente embaraçosa e amoral. Pode-se perceber neste ponto que há uma visão confusa do elemento jurídico que define o roubo/furto. A fala de Gabriela, servidora, nos ajuda a compreender este impasse. Artur fala ainda do caso do seu irmão, que estaria “*meio como um noiado*”.

Gabriela, R: Mas quando a gente vai fazer busca-ativa nas famílias que têm usuário de crack, um dos maiores problemas é esse, porque a maioria das famílias tem renda mínima, né? Às vezes abaixo da linha, no caso, às vezes abaixo de um salário mínimo, né? Às vezes é só o bolsa família, e aí? Se eu luto, luto pra conseguir um botijão de gás, e aí, do nada esse botijão de gás some, eu não tenho nem noção de quando eu vou poder comprar outro, e aí, o botijão de gás é imprescindível para fazer o meu almoço... E foi meu filho que roubou, eu sei que foi ele que roubou. E aí, o que é que eu faço? Denunciar é que eu não vou...

Artur, U: Ele não é exatamente ladrão não, moça. Mas se ele pegar uma bicicleta de vacilo, uma bicicleta, ele leva, ele rouba. Até se for minha bicicleta. Se tiver um dvd na sua casa. A porta escorada... Ele entra e pega o dvd leva e chega na boca de fumo onde vende a droga ele vende o dvd, o aparelho de som... ele vende tudo que ele acha para usar o crack.

O comentário de Gabriela é interessante e nos escancara a dimensão classista do crack, também associado ao imaginário do *noiado*, como venho apontando em outros tópicos. Muitas vezes ele é associado a um estado de mendicância, tamanha é a sua pobreza. Perdidas as oportunidades de trabalho e biscates, exauridas as possibilidades de furto na casa, o *noiado* se lança nos sinais ou na porta das casas pedindo dinheiro ou comida, como me colocou Irene.

Irene, U: Tem uns que pedem prato de comida, para vender os alimentos. Eles troca. Eles sai na comunidade batendo palma e pedindo ajuda: por favor, um ajuda. Pega na casa, ai as pessoa dá. Dá um cereal, um arroz, um macarrão. Ai chega na comunidade dele, ele vende. Ai aquele dinheiro que ele arrecadou ele pega e torra na droga. 30 reais, 25... 40,50, ele faz isso. Porque muita gente eu vejo na comunidade onde eu moro, eles faz isso. Hoje em dia agora eles tão pedindo. Eles tão pedindo comida agora, quilo de alimento....

Nestes espaços, ele gera medo, horror, desprezo. *A miséria material toma a dimensão de uma miséria moral*. Essa miséria moral é reforçada quando este, para além da mendicância e dos roubos, normalmente secretos, envolve-se nas ditas “falcatruas”, “enrolações”, no qual toda possibilidade de vínculo de confiança se esvai.

Faço, para elucidar tanto, uma digressão etnográfica sobre uma tarde de terça-feira. Clara estava inquieta, porque seu pai deveria vir busca-la de bicicleta e estava muito atrasado. Ela me pediu várias vezes para falar com a responsável do centro, que deveria telefonar a seu pai e acelerar o processo, a fim de que ela pudesse voltar o mais rápido possível para o lar que, em tantos momentos, me relatou odiar. A pressa me parecia contraditória, mas, sensibilizada, assim o fiz. Duas horas depois, ela ainda estava no hall, sem pai e sem possibilidade de partir, pois, segundo ela, o seu cartão de transporte não estava em dia. Tampouco ela estava em dia com o CAPs. Logo associei: sem disciplina no tratamento, sem maiores regalias – uma forma de fidelizar os usuários e “motivá-los” a vir. Clara me chamou em um canto e perguntou-me, em voz baixa, se eu não poderia dar um trocado para ela voltar de ônibus para casa. Ela falou confiar em mim para pedir, também porque gostava muito de mim. Nós éramos “amigas”. Sem hesitar, tirei do meu bolso R\$ 5 e a dei. Ela partiu imediatamente, agradecida.

Essa situação, quando relatada à responsável do CAPs, gerou o que aqui chamarei de *mal-estar etnográfico*. Eu era ali uma pesquisadora que não conhecia bem a dinâmica dos usuários, e, nos termos da responsável, não estávamos em um “programa de assistência”. Segundo ela, eu acabara de não apenas interferir negativamente no tratamento de uma usuária “institucionalizada”, mas de ser claramente “enganada”. Clara, por sua deficiência física e aparente miséria, andava na frente do ônibus, área reservado para idosos, mulheres grávidas, deficientes e a “ralé”, muitas vezes acessada sem pagamento da passagem. No linguajar goffmaniano, havia sido alvo de um *con*, uma trapaça – “*uma forma de obtenção de dinheiro sob falsos pretextos pelo exercício da fraude e do engano*” ⁶³ (GOFFMAN, 2014, p. 210). No outro dia, Clara veio me pedir segredo sobre o que

⁶³ O *con* difere das formas refinadas de engano financeiro em aspectos importantes. O golpe é praticado sobre pessoas privadas por atores talentosos que, de forma metódica e regular, constroem relações sociais informais apenas com a finalidade de abusar delas (*ibidem*).

tinha acontecido, porque ela podia levar uma “bronca” da sua terapeuta de referência. Disse ainda que estava com muita vontade de comer *miojo*, um macarrão instantâneo, e perguntou se eu não poderia trazê-la no próximo dia... Nós éramos “amigas”... outro usuário aproximou-se de mim e disse: “*deixe de ser lesa, moça. Ela é esperta demais.*”

Esse incidente etnográfico mostrou-me diferentes elementos. O primeiro deles foi meu inegável envolvimento com aqueles sujeitos, o qual pôde interferir negativamente na minha experiência de campo e, segundo a terapeuta de referência de Clara, no tratamento de uma usuária, da qual o bem-estar me importava. Mostrou-me também, do ponto de vista sociológico, o impacto das falcaturas nos vínculos de confiança, pois, honestamente, encontrei dificuldades para reconsiderar Clara como uma “amiga” e fiz vigília ininterrupta diante de suas possíveis tentativas de me enganar, me tirando dinheiro ou outros favores. Apesar da minha vigilância humanitária⁶⁴, que buscava compreender sua situação e suas estratégias de “sobrevivência” na precariedade, a *miséria moral* de Clara me vinha, em campo, sempre à tona.

Foi apenas depois de minha partida do campo que pude enxergar outros horizontes de compreensão para este fato. Se os usuários de crack são constantemente considerados como seres egoístas e imorais, esses outros horizontes, rompendo ciclos de desclassificação, me permitiram perceber, em atos como o de Clara, um trabalho relacional de inclusão da parte dos sempre julgados enganadores. Ela arriscou. Os R\$ 5 do ônibus assim como um macarrão *miojo*, vendido por poucos centavos, vistos por muitos como uma extorsão, talvez representassem para Clara algo através do

⁶⁴ Por vigilância humanitária considero aqui a luz do pensamento crítico que nos permite, antes ou ao lado dos nossos julgamentos morais, a noção dos tantos processos sociais que levaram os sujeitos marginalizados a sua situação atual. Como bem colocara Jessé: “*Na verdade, ninguém “escolhe” ser pobre e diuturnamente humilhado. Como somos constituídos por herança familiar – e, portanto, por herança de classe, já que cada classe possui suas socializações familiares típicas – e por certos pressupostos emocionais e morais como capacidade de autodisciplina, de concentração, de pensamento e cálculo prospectivo etc., algumas classes são literalmente condenadas à marginalidade, enquanto outras ao sucesso mundano. O usuário de crack, em sua esmagadora maioria, faz parte daquilo que chamamos de “ralé brasileira”, não para insultar quem já é humilhado, mas, sim, para denunciar a iniquidade do abandono social já secular que é o principal traço social singular brasileiro*” (SOUSA et al., 2016, p. 36).

qual ela poderia se evadir do ciclo de invisibilidade e miséria do *noiado*. O fato de dizer que éramos “*amigas*” talvez representasse para ela, igualmente, mais do que uma tática sedutora, a possibilidade de ter um vínculo, alguém com quem contar para coisas pequenas e simultaneamente grandes, associadas ao sentimento de se sentir gente: se mover na cidade, se dar prazer comendo algo que amava. Mas, naquele momento, eu não confiava mais nela. No meu último dia de campo, ela me abraçou e me pediu “*desculpa por qualquer coisa*”... Ambas sabíamos do que ela falava. São “*falcatruas*” como a relatada que dão luz ao imaginário do *noiado*: mentiras e emprego de histórias pessoais para sensibilizar o outro; o *noiado* “*fica naquele arrodeio danado, contando história troncha*”, me disse Antônio.

Voltemos à questão do roubo para finalizar os meus achados. Não é apenas nos âmbitos do trabalho e da casa, este último o qual tratarei melhor adiante, que o *noiado* rouba aqueles ao seu entorno. Ele o faz também entre seus pares. Mais ainda: neste caso ele não é apenas algoz, mas vítima:

Marcelo, U: Muitos se aproveitam dele na situação dele... Muitos às vezes roubam ele também. Outros *noiado*... Se aproveita da situação dele. Porque às vezes eles estão com dinheiro né? Às vezes um outro usuário que é *noiado* também, rouba ele para fumar droga.

Gabriel, U: Agora quando ele vê um objeto de valor, ele fica focado naquele objeto de valor. Por exemplo, se você tá com um celular. Você tá *noiando*, o outro dia seu celular não tá mais com você. Seu celular já foi derretido já. E você nem sabe quem foi.

Artur, U: Por exemplo, você deixar a sandália assim. A sandália uma vez foi amanhecer no pé de outra pessoa. Essa sandália é conhecida. Eles esperam um ponto ideal. O ponto ideal mesmo pra chegar e levar.

Em trabalho anterior (COSTA, 2014), encontrei nos meus depoimentos uma forte delimitação entre o “*viciado*” que trabalha e o “*viciado*” que rouba. Financiar o crack com os frutos do trabalho seria aceitável e motivo de honra, o que não acontece no caso das práticas de furto ou roubo, moralmente inaceitáveis, embora quimicamente justificáveis. Pude perceber

também trajetórias de tipologia mista, no qual havia um trabalho mais ou menos formal e a prática do furto justificada para financiar o vício, que era, segundo meus interlocutores, incontrolável. O caso do *noiado*, como antecipado, é necessariamente classificado entre aqueles “viciados” que roubam.

Neste caso, mesmo que o roubo seja justificado pelo poder da fissura do crack, já discutida, a falha moral associada ao delito não se anula, continuando a gerar afastamento. Aqui vale salientar, por fim, como propôs Misse (2010), que o referente do curso de ação do *noiado* não é apenas o código penal que define o roubo, mas a própria dinâmica societal na qual ele está inserido, ou seja, faz parte de suas interações cotidianas. Ser *noiado*, neste caso, mas do que ter o rótulo de “bandido”, “ladrão”, significa ser estigmatizado por sua falha moral, pelo rompimento da normalidade, pelo seu caráter intrinsecamente desviante.

Essa questão é interessante e nos permite ainda a ponte para as incursões de Daniel Feltran (2007) sobre a dicotomia “*trabalhadores*” e “*bandidos*” – como mostrou o autor, categorias essas fundamentais nos discursos das periferias do Brasil contemporâneo. Segundo Feltran, se essa divisão não tem demonstrado problemas do ponto de vista legal, elas nos escancaram questões sobre a repartição da legitimidade entre atores distintos. Enquanto forma de polarizar o conjunto social, ela é inteiramente política e categoriza aqueles que têm “direito a ter direitos” daqueles que nem se quer o tem. Segundo o autor, “*esta nomeação define, então, quem pode e quem não pode estabelecer-se como sujeito nos espaços públicos, e quem são os adversários a serem reprimidos*” (FELTRAN, 2007, p. 26).

O *noiado* é, de certo modo, posicionado de maneira ambígua nesta classificação, se não do ponto de vista dos usuários entrevistados, do ponto de vista de um quadro sociológico geral. Se por um lado, ele é, como vimos acima e como presenciei em minhas experiências de campo, um sujeito que é alvo de forças repressivas – configurando-se como “bandido” contextual, sem exercer, no entanto, o banditismo profissionalmente –, ele é também um sujeito que tem o corpo como foco de cuidado do Estado (RUI, 2012), aparentemente, assim, um sujeito de direitos no espaço público. Mas essa aparente contradição não deixa dúvidas sobre o seu caráter abjeto, pois o que foi colocado como cuidado do ponto de vista do amor agápico (MARTINS, 2015) pelos servidores entrevistados é, em vários aspectos, um tipo de gestão política dos corpos em tons foucaultianos. Ele seria assim

um “bandido” reprimido pelas forças da saúde, que age como agente moralizador, como “empreendedor moral” segundo Becker (2008).

Para finalizar, faço uma ponte às interpretações de Jessé Souza (SOUZA et al., 2016). Além de *excluído socialmente* – como me propôs Marcos –, e *bandido* – como podemos inferir da tipologia de Misse (2010) e Feltran (2007) –, o *noiado* é parte dos *desclassificados*, sobretudo enquanto um *pobre delinquente*, tantas vezes *ativo*, outras tantas, quando já no fim da linha e sem forças, *passivo*. Souza explica:

Entre os desclassificados, temos as versões dominantes do “pobre honesto”, que realiza diuturnamente seu trabalho duro e mal pago e com pouco ou nenhum reconhecimento social; e o “pobre delinquente” que se rebela com códigos sociais que o excluem e “escolhem” a opção do crime ou das zonas cinzentas da lei. O “pobre delinquente”, por sua vez, também se diferencia no “delinquente ativo”, o criminoso temido e quase sempre violento, e no “delinquente passivo”, que pratica uma revolta silenciosa contra o mundo social, como muito tipicamente o usuário de crack autodestrutivo (p. 36).

Bem sabemos que as zonas de classificações são cinzentas, movediças e simplificadoras das tantas realidades sociais pulsantes, múltiplas. Mas elas são analiticamente profícuas e, sobretudo no caso do *noiado*, a meu ver e mais uma vez, apontam para certa operacionalidade social dessas classificações, que não são preguiçosas, mas, ao contrário, cumprem funções reais na esfera da moralidade: elas demarcam fronteiras, mesmo que imaginadas.

4.5 RUPTURAS DE VIDA, ABANDONO E DESAFETOS

Quando questionados, por fim, sobre a esfera socioafetiva do *noiado*, meus interlocutores apresentaram uma configuração de rupturas, abandono e desafetos. Essa configuração foi dotada empiricamente, dentre outros relatos, de separações traumáticas de parceiros e de filhos, de

afastamento completo por parte dos pais e demais parentes, de apatia comunitária e de redes⁶⁵ de relações violentas no mundo das ilegalidades.

Esses elementos nos permitem, também nesta esfera, apresentar o *noiado* enquanto uma figura fundada na exclusão. Isso dado que, se há na teoria social, como vimos, uma associação intrínseca entre a noção de *exclusão* e os aspectos econômicos e materiais, há também teóricos que direcionam seu olhar especificamente aos vínculos sociais e em seus respectivos rompimentos (ESCOREL, 2006). Xiberras (1993), por exemplo, analisou a trajetória do *excluído* no que tange a três tipos de rupturas de vínculos: rupturas de vínculos sociais, de vínculos comunitários e de vínculos individuais. Na visão dessa autora, é como se a *exclusão* fosse uma trajetória de sucessivas e crescentes rupturas de vida (1991 *apud* NASCIMENTO, 1994).

Essas rupturas, como já brevemente elucidado acima, foram justificadas, dentre outros aspectos, pelo caráter essencialmente mentiroso do *noiado*, que tudo faz para conseguir a droga – como relatei, desde roubos a entes próximos, inclusive no ambiente da casa, até relatos de histórias sem fundamento para conseguir dinheiro ou benefícios transformáveis em pedras, etc. Marina bem sintetiza outros elementos constantemente apresentados em entrevista: o comportamento violento, desrespeitoso, e os tantos outros problemas que ele aporta, como os “aperreios”, as tantas preocupações.

Marina, S: Tem muitas questões de comportamento agressivo em casa, desrespeitoso, de, de... Mais em questão do uso, né? Quando tão no uso realmente. De, de tirar as coisas de dentro de casa, né? De tirar as coisas de casa e vender pra usar a droga. Dificuldade de

⁶⁵ Por *redes* entende-se uma configuração de vínculos interpessoais entrecruzados de forma inespecífica, conectados às ações dessas pessoas e às instituições da sociedade (ACIOLI, 2007, p. 3). Em termos metafóricos, as *redes* compreendem os laços entre os seres sociais e existem, inclusive, na presença de conflitos. Quanto à análise, a noção de *redes* nos permite problematizar (como em BARTES, 1972 *apud* ACIOLI, 2007 e em MITCHEL, 1969 *apud ibidem*) o seu tamanho, a intensidade das ligações, a eventual ausência de ligações, as figuras centrais da rede etc. A noção de *redes* retoma também ontologicamente a conexão do ator “apartado”, percebido enquanto excluído da sociedade. Se não utilizo neste trabalho a metodologia de análise de *redes stricto sensu*, utilizo a metáfora e lógica da mesma para pensar o imaginário do *noiado* na esfera socioafetiva.

relacionamento, porque é aquele que não produz, mas é aquele que dá problema, é aquele que, né? Tá sempre, é... Trazendo problema pra casa por causa do uso, do consumo da droga.

O noiado não *“escuta conselho”*, *“dá muito trabalho”*, *“dor de cabeça”* para a família. Rafaela contou, em lágrimas, uma história pessoal para explicar-me como.

Rafaela, U: [...] minha sobrinha, Ruti. Ela tá no Lar do Neném. Ela tava comigo. Ela tem dois anos. Eles tiraram ela de mim... Porque eu já... Quando a polícia chegou na minha casa eu tava... Chamaram a polícia. Eu dei nela por causa da minha situação. Problema de droga. Ai eu ficava impaciente, né? Num cuidava dela bem. Eu dava banho nela, dava comida, mas não tava com paciência de escutar choro, essas coisas. Eu ficava agoniada. Ai eu saía de casa e deixava ela só. Ai chamaram a polícia para mim.

Sem saber o que fazer, a família se desespera, recorrendo também à violência ou a internamentos, nem sempre com sucesso; ela recorre mesmo à expulsão do lar, ao abandono.

Antônio, U: A família se aperreia muito. Não sabe direito o que fazer Às vezes tem família que bate. Tem família que interna. A família faz mais isso hoje em dia. Interna... Ai passa lá um mês, dois mês, se tratando e se recupera. Uns num volta mais, e outros continua. Volta para a droga.

Marcos, U: Chegam uma situação que não tão no convívio do lar mais. Os familiar não quer, fica com medo. Muitos são cobrados. Compra droga fiado e não, não paga. Aí os familiares não querem... Não querem... Ficam com medo de ter essa, essa pessoa em casa, esse filho, esse familiar, esse irmão.

Ainda quando no âmbito da casa, a violência foi uma marca comum inclusive entre *noiados* pertencentes à mesma família. Andréa conta o caso de um conhecido:

André, U: Brigando por causa de drogas na casa, o outro irmão esfaqueou ele. Furou ele umas nove vezes. Ele passou... quase uns três meses internado aí veio aqui, contou. Até aí eu não tava acreditando não. Mas daí que ele mostrou a camisa, aí eu acreditei. Tava todo furado ele. E que, depois disso, ainda tá usando, o irmão usa também. Tão usando. E até hoje eles, depois disso aí eu pensando que eles iam se separar. Nada. Tão juntos ainda, na

mesma casa ainda e... e a mesma coisa. A mesma, a mesma história, assim. Ele não ficou, ele não ficou com medo e ainda tá usando e o irmão usa também, na mesma casa. E diz que só espera o pior agora.

Os elementos insurgidos, sobretudo no âmbito familiar, foram também centrais para que os entrevistados refletissem sobre suas histórias de vida. Isso representa, de certo modo, a relevância da esfera familiar no Brasil, onde a esfera pública não se universalizou e a família continua como principal suporte das relações sociais (SCOREL, 2006). Representa também, como bem colocou Da Matta (1999), que, entre nós, a família é o recurso essencial para definir a própria pessoa, o próprio ser humano, assim como, no caso do *noiado*, a sua falta de humanidade, a sua degradação. Sandra resume dolorosamente a questão, que foi um julgamento comum:

Sandra, S: Tais vínculos familiares, que isso também é uma questão, é uma degradação do ser humano. Então, não ter mais vínculo familiar, não ter... Estar na rua, não ter os vínculos sociais, não ter os vínculos profissionais, porque assim, o que é que... O que é que demanda o ser humano, né? Os vínculos sociais. Assim, o que é que faz a gente ser ser humano? O que é que faz a gente ser ser humano? É a família, é os vínculos sociais, é o trabalho, é o que lhe demanda. São seus objetivos de vida! E eles chegam aqui sem nada... Eles não têm mais família, eles não têm mais vínculos sociais, eles não têm mais vínculos profissionais e eles não têm mais o cuidado com si mesmo, com o seu corpo... né? Então, isso é uma coisa que sempre me chocou e ainda choca, essa degradação do ser humano. Não tem nada haver com moralismo não. Nem moralismo de julgar não, é a degradação do ser humano mesmo, aonde ele chega.

Façamos a ponte à Hilary Silver (1994), autora americana que pensa a *exclusão* a partir de um paradigma de solidariedade, também interessante para pensar o caso em análise. De acordo com esse paradigma, a *exclusão* seria uma ruptura de cunho cultural e moral do indivíduo com a sociedade, no limite, a meu ver, algo como a degradação humana citada por Sandra. A *exclusão*, assim, seria uma deficiência de solidariedade e não meramente um fenômeno de ordem econômica ou política. Essa perspectiva, segundo Escorel, "*reconcilia o sentimento de pertencer à coletividade com a exigência de realização individual*". Não pertencendo de forma positiva,

solidária, a uma coletividade, o sujeito desviante se “degrada”, se exclui do ponto de vista moral, cultural, no que concerne aos costumes. Se, de um lado, a partir do olhar de Silver, os indivíduos podem ser vistos enquanto sujeitos entrelaçados, enredados entre si, por outro, ele evidencia, por antítese, o completo contrário – empiricamente o caso do *noiado*. Sem redes e laços fundamentais para o indivíduo, ele não tem elementos para criar uma identidade positiva de si, assumindo eventualmente sua identidade deteriorada.

Ainda no que tange à violência, ela transborda o âmbito da casa. Nas ruas, o *noiado* é não apenas vítima, como algoz, estimulador de “*malindades*”. Os motivos para tanto envolvem dívidas, desentendimentos, rixas entre diferentes grupos de usuários e vendedores, e dentro dos próprios grupos. Em todos os casos houve uma rotulação da figura do *noiado* enquanto um sujeito perigoso socialmente, levando ao posto por Escorel de que, também no caso do *noiado*, “*a fantasia estereotipada de sua pessoa acaba por excluí-la do convívio social*” (ESCOREL, 2006, p. 168). Vale afirmar, por fim, que esse imaginário perigoso gera o sentimento de que o afastamento do *noiado* é não apenas compreendido, mas internalizado enquanto algo “*correto*”, “*justo*”, “*necessário*”, “*o melhor a se fazer*”.

Pedro, U: De qualquer forma, eu não queria ter um nóia perto de mim. Tu queria? Tu ia querer ter um amigo nóia? Fedorento, todo assim? Tu gosta dele perto de ti? Não... Com certeza não.

Quando questionado diretamente sobre se possuía *noiados* em seus círculos próximos, Marcelo afirmou:

Marcelo, U: Eu num faço muita amizade com esses caras, com esses pessoal não. Porque não é bom, né... Fica visado pela polícia... A turma mata.... O noiado e quem tá junto. A polícia... Os ladrão, o marginal... Os traficante quer pegar o cara. A pessoa... Tanto faz homem ou mulher. Ai outra pessoa tá junto dele... Para não dizer que matou, ele mata também. A testemunha...

Eu: E tu conhece algum?

Marcelo, U: [Silêncio...] Eu não conheço nenhum *noiado* não... De vista. Eu não conheço não. Quando eu vou comprar eu vejo. Eu num tenho amigo *noiado* não. Tinha um amigo meu, mas ele já morreu já. Mataram.

A fala de Marcelo é sintomática de um imaginário de perigo que cerca o *noiado*, tantas vezes elucidado nas páginas anteriores. Aqui o perigo que o cerca, é também de vida e isso justifica a necessidade do afastamento dessa figura abjeta. O *noiado* causa horror, repulsa. Artur, Clara e Gabriel, no entanto, propõem outra abordagem, mas ainda de afastamento, de distância:

Gabriel, U: Tenho [conhecido]... Mas eu procuro não ficar perto deles porque... Tem que se afastar.

Clara, U: Tenho [amigos], mas no momento eu não tenho relação com eles não. Porque eu me afestei dele, mas não sinto eles excluídos da minha vida não. Eu não tenho mais amizade com ele porque eu tô no jandira e tô querendo mudar, né? E eu tendo relação com eles, pode ser que eu tenha uma recaída, né? Ai eu prefiro me afastar. Mas não no sentido desprezando, né? Se eles fala comigo, eu vou conversar, tudinho, dá conselho, mas para chegar assim e desprezar assim, não. Espero até que um dia que estiver recuperada eu tentar ajudar eles. Tentar tirar eles dessa vida.

Artur, U: Conheço... Que foi amigo... Que é amigo meu, mas num fico mais não... Só falo assim, né...

Eu: Por que tu num fica mais?

Artur, U: Porque eu mudei. Mudei... Me tratei, tô levando alta agora e tô aposentado.

Aqui, se o perigo não é de morte, é de que o *noiado* incite a recaída de um usuário que está em recuperação. Eles são ainda ditos “incluídos”, como propôs Clara, mas estão, em realidade, afastados, não fazendo parte do cotidiano e das relações pessoais mais íntimas. No depoimento de Clara, o *noiado* necessita de ajuda, de conselho.

A título de resumo e categorização, o afastamento gerado pelo *noiado* foi justificado por três causas fundamentais:

- i. Como na descrição de André, o risco representado pela companhia do *noiado* aos demais (o que incluía ser roubado, ter uma recaída, sofrer violência física, sofrimento etc.);

- ii. Em outras falas ainda, por conta de sua aparência socialmente indesejada (na qual se incluem, como já discuti, roupas rasgadas ou velhas, a fragilidade de saúde aparentada pela magreza e olheiras, o mau odor da falta de banho etc.);

Antônio, U: [...] Eu tava bem na nóia mesmo. Ai quando eu entrava no ônibus, tava fedendo. As pessoas dizia: vai noiado, desce! Ai muitas vezes me botava para descer porque eu tava muito com... cheiro ruim...

- iii. O preconceito da comunidade (o afastamento nesse caso se dava por influência ou imposição social, não por um juízo próprio relativo à aparência de “*noiado*”).⁶⁶ Goffman (2008) bem sinalizou este aspecto:

Estar "com" alguém é chegar em alguma ocasião social em sua companhia, caminhar com ele na rua, fazer parte de sua mesa em um restaurante, e assim por diante. A questão é que, em certas circunstâncias, a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre a sua própria identidade social, supondo-se que ele é o que os outros são (p. 43).

Para continuar, vale ressaltar que o *noiado*, apesar das rupturas de vínculo socioafetivos, entra em sociabilidades outras, nem sempre de afetividade.

Efetivamente o peregrino – ou seja, aquele usuário que vê na correria um de seus meios de sobrevivência – acaba exposto às violências reais e simbólicas, sobretudo pelos consensos sociais estabelecidos em relação à figura do delinquente ou do vagabundo (SOUZA *et al.*, 2016, p. 112).

⁶⁶ Como bem identificou Jodelet, “*nos contextos sociais onde dominam os valores e as crenças que favorecem o desprezo das vítimas, porque elas são vítimas maltratadas, exploradas, pode ser difícil adotar uma posição contrária por temor de nos encontrarmos em uma situação incômoda em relação ao grupo ao qual pertencemos*” (JODELET, 1999 in SAWAIA, 1999, p. 56).

Essas sociabilidades são, por sua vez, a base contextual para o surgimento da famosa paranoia⁶⁷, um grande sentimento de perseguição. Sobre esta temática, afirma Mariana Garcia:

Analisando o tema mais de perto, é possível supor que o crack potencializa a percepção sobre um perigo que não é paranoico, mas bastante concreto. O usuário de crack, que faz uso da droga na rua, está efetivamente exposto à violência, que pode ser proveniente de outros usuários ou de policiais (*ibidem*).

No caso das sociabilidades positivas, estas são, em alguns momentos, profissionais e interruptos – como no caso dos órgãos de assistência e saúde (*“tem noiado aqui no caps também, se você olhar diretinho”*, me disse Irene) –, em outros fugidios – como nas bocas de fumo e dinâmicas outras que já relatei. De todo modo, como também identificado por Escorel (2006, p. 168) para o caso dos moradores de rua, nestes espaços, o *“vínculo estabelecido não promove uma inserção social e sim, apenas, um elo pragmático com uma unidade de pertencimento efêmera e fugaz”*. Segundo a autora (2006, p. 167), também nesse caso *“a justaposição de indivíduos isolados, a constituição de agrupamentos, não constitui um anteparo ao processo de exclusão social, na medida em que a sobrevivência de cada um não chega a constituir-se em interesse do outro”*.

No que tange às trajetórias dos meus interlocutores em especial, há ainda um aspecto interessante a se ressaltar, aspecto este que foi também encontrado em estudo anterior (COSTA, 2014). Em situações de precariedade de vínculos familiares, como depois do divórcio ou da morte de parentes, o abuso de crack aprofundou-se. *“Afundar”* foi o verbo utilizado com mais frequência para expressar essa alteração percebida como negativa na vida dos mesmos. O uso dele se deu constantemente no gerúndio e na posição reflexiva, *“fui me afundando”*, o que, por sua vez,

⁶⁷ Segundo os estudos de Mariana Garcia (SOUZA, 2016), a descrição da paranoia que recebeu de seus entrevistados parecia reproduzir um dito “efeito-estereótipo”, que é aquele que cerca a construção social sobre a droga, nos termos analisados por Howard S. Becker entre usuários de maconha. Este efeito-estereótipo foi característico do *noiado*.

expressa um processo paulatino, embora rápido, que é ativo, estimulado pelo próprio indivíduo. Em todos os casos, o processo de desvinculação sociofamiliar esteve associado a uma deterioração pessoal com o uso ainda mais abusivo de crack. É importante afirmar que o distanciamento da unidade familiar e o rompimento de laços e referenciais que o vinculam à sua comunidade conduzem a uma experiência de isolamento que não pode ser negligenciada na discussão (SCOREL, 2006).

Interessante ainda é que, embora a associação contexto-aumento do consumo tenha sido evidente em suas trajetórias pessoais, ela não foi necessariamente colocada para o caso do *noiado*. É como se, paradoxalmente, no imaginário social dos usuários, esta figura não possuísse um contexto que influencia sua situação de miséria moral e afetiva, mesmo que me tenham sido dados diversos elementos para constatá-la. O *noiado* é assim um ser *genérico* e impessoalizado.

Para avançar na análise, vale dizer que o *noiado*, também pela sua paranoia, isola-se da sociedade, empobrecendo ainda mais seus possíveis suportes relacionais. Ainda no que tange a esse aspecto, nos diz Escorel (2006):

No Brasil, o isolamento adquire um significado especial, mesmo quando não se trata de moradores de rua. Numa sociedade fortemente marcada pelo domínio da casa, em que prevalecem as relações pessoais, os laços de amizade, lealdade e compadrio, o isolamento e a individualização somente devem ocorrer quando não existe nenhuma possibilidade de definir alguém socialmente por meio de sua relação com alguma coisa, seja pessoa, instituição ou até mesmo localidade (SCOREL, 2006, p. 168).

Como já brevemente explorado, na sociabilidade brasileira as relações primárias familiares, locais e comunais se mantêm como referência para o sujeito reconhecer-se como tal, além de ser um suporte estável frente às frequentes adversidades. Desvinculações neste âmbito configuram situações de isolamento parcial ou completo e de solidão⁶⁸, nas quais os indivíduos não

⁶⁸ Arendt (1989) diferencia, em seus estudos, isolamento e solidão. Isolamento significaria, para a autora, a “*impotência*”, a “*incapacidade de agir*”, o “*não posso agir porque não há ninguém para agir comigo*”. A solidão se daria quando o isolamento torna-se insuportável e quando o sujeito em questão não é mais do interesse de nenhum outro. Esse sentimento extremo de solidão, embora não tenha sido colocado para o

compartilham nenhum lugar social, e não estão ancorados a nenhuma unidade de pertencimento familiar ou comunitária (ESCOREL, 2006). Não possuindo esse “suporte”, esse “ancoramento”, o *noiado* configura-se socialmente de uma maneira ainda mais vulnerável.

“Os processos de vulnerabilização dos vínculos familiares, o afastamento dos contatos, o isolamento social e a solidão acabam por afastar o indivíduo da própria ideia de humanidade” (ESCOREL, 2006, p. 168). Essa foi uma face muito cruel da caracterização do *noiado*, e que teve diversas repercussões subjetivas para aqueles que assim eram/foram rotulados. Ela trouxe ainda vários elementos da intersubjetividade fundamentais para a análise que discorro. Ninguém se identificava como um *noiado*, ninguém assumia tal posição; esse imaginário, transformado em identidade deteriorada, foi algo do qual todos se afastavam.

Marcos, U: Eu não quero ser um *noiado*. Ninguém quer...

Antônio, U: Poxa, meu amigo me vê como um *noiado*, por mais que eu seja... É foda...

Mesmo que muitos dos meus interlocutores usuários tenham assumido ser/terem sido rotulados como *noiados* pelos demais, não encontrei casos de autoacusação presente, ao contrário de Rui (2012). Sobre esse elemento, nos explica Goffman (2008):

É claro que o indivíduo constrói a imagem que tem de si próprio a partir do mesmo material do qual as outras pessoas já construíram a sua identificação pessoal e social, mas ele tem uma considerável liberdade em relação àquilo que elabora (p. 91).

Essa liberdade repousa também, como já tratei, nos processos de manuseamento da identidade, nos quais o estigmatizado tenta encobrir informações ocultas que poderiam eventualmente desacreditá-lo. Assumir-se como *noiado*, como venho sustentando, mais do que escancarar um consumo descontrolado, é aceitar toda uma gama de características implícitas e [in]articuladas associadas a esse tipo psicossocial. Em Goffman, mas também nas linhas que precedem, podemos encontrar uma gama de outras consequências associadas aos encontros face-a-face às quais esse tipo de assunção poderia levar.

caso do *noiado*, foi constatado pelos depoimentos dos usuários que empiricamente aproximavam-se do imaginário social daquele.

Sobre este aspecto, vale um último parêntese. Foi possível perceber uma diferença sutil no que concerne ao emprego dos verbos *ser* e *estar* para o caso do *noiado*, isto quando em primeira ou terceira pessoa. Aquele que se pronunciava, estava/tinha estado *noiado*, no sentido temporário da ação. Aquele sobre quem se falava, o outro, normalmente é/era *noiado*, isso no sentido intrínseco do seu ser mais profundo. O eu-*noiado* está ou foi de passagem; o outro-*noiado* foi, é e aparentemente sempre será.

No mesmo sentido, nos poucos casos em que o rótulo passou a ser incorporado como um estado – ou seja, quando meus interlocutores diziam-se terem estado *noiados* –, esse estado temporário era distante, já transformado, o que, no entanto, não mudava forçosamente a impressão alheia e o tratamento dado pelos demais. Conta José:

José, U: Até hoje alguém ainda fala assim. De outra comunidade. No alto. Porque eu moro numa avenida. Ai tem o nome da avenida e da rua. Ai tem outra divisão. Ai tem olinda, Recife. Ai fica em Olinda. Às vezes quando eu passo no ônibus, que ele faz o percurso por Olinda, tem uns que viu eu noiado, um exemplo, viu eu na situação que eu tava noiado, ai hoje em dia quando ele vê eu bom, ele não trata eu bem. “E ai, melhorou, tal?” Não... Ele grita: “vai noiado, olha o noiado ali”. Isso é um noiado... Eu me sinto mal. Eu digo a ele: eu num tô *noiado* mais não, cara, eu mudei, eu tô bom. Ai ele: “nada, tu é *noiado*, chegando o carnaval ai... Pode ver que ele vai passar na televisão, que ele vai roubar alguém”. Ai fica dizendo isso.

Assim como o rótulo de *bandido* trabalhado por Misse (2010, p. 23), o rótulo de *noiado* é reificado no indivíduo, deixando pouco ou nenhum espaço de manipulação, negociação, ou abandono de sua identidade deteriorada. Também no caso do *noiado*, há um processo de constituição social de subjetividades e identidades, baseada, entre outras, no imaginário social da comunidade moral que as abriga. Becker já tratou esse aspecto em sua obra:

Ray mostrou, no caso de viciados em drogas, como pode ser difícil reverter o ciclo desviante. Ele salienta que os viciados frequentemente tentam se curar, e que a motivação subjacente a essas tentativas é um esforço para mostrar a não drogados cuja opinião respeitam que não são realmente tão maus quanto se pensa. Quando conseguem se livrar do hábito, descobrem, para sua consternação, que as pessoas continuam a trata-los como se

fossem drogados (com base, aparentemente, na premissa de que “uma vez drogado, sempre drogado”) (p. 47).

4.6 BREVE REMATE [IN]OPORTUNO

A situação especial do estigmatizado é que a sociedade lhe diz que ele é um membro do grupo mais amplo, o que significa que é um ser humano normal, mas também que ele é, até certo ponto, "diferente", e que seria absurdo negar essa diferença. A diferença, em si, deriva da sociedade, porque, em geral, antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceitualizada pela sociedade como um todo (GOFFMAN, 2008, p. 106).

Dentre tantos aspectos problemáticos associados ao debate acima iniciado, incorremos, enquanto coletividade, no risco da profecia autorrealizável sintetizada nas palavras de Frank Tannenbaum (1938 *apud* MISSE, 2010, p. 23): “*the person becomes the thing he is described as being*”. Nunca visto enquanto um indivíduo digno, o *noiado* é marcado por uma trajetória incessante de desrespeito e não reconhecimento ético-político (BAHIA, 2017)⁶⁹, o que, a meu ver, limita de forma cruel seus meios de reverter quadros de estigmatização e rotulação, assim como sua trajetória de exclusão e miséria moral. Como bem disse Bahia (2017, p. 50) em estudo recente sobre prostitutas no Recife, o desrespeito moral “*aparece não como desencadeador de luta, mas como uma constante experiência paralisante*”. Uma trajetória de rupturas, abandono e desafetos, associadas a humilhações de todo gênero, via de regra, não pode dar vida a experiências de autoconfiança e autoestima, não pode dar ao sujeito a sensação mínima de segurança ontológica.

⁶⁹ Assim como as prostitutas recentemente estudadas por Vitor Tavares Bahia (2017), amigo e companheiro de mestrado. Não por coincidência, mas por lógicas sociais cruéis, meu trabalho e o de Vitor se aproximam em vários sentidos, não apenas do ponto de vista teórico, mas empírico: mesmo que estudando grupos diferentes de desviantes, encontramos trajetórias de desrespeito, de miséria moral e exclusão.

Neste ponto, creio ser profícuo resgatar mais diretamente a leitura de Jessé Souza (2003, 2004) sobre uma gramática moral do Brasil, esta em acordo com a leitura de Misse (2010) sobre a acumulação social de desvantagens. Já expliquei anteriormente que, para Souza, haveria no país um cenário de produção em massa de subcidadãos, historicamente marginalizados e inadaptados a uma forma de ser que o autor denomina, com base em Pierre Bourdieu, de *habitus* primário. Essa produção em massa reafirma, cultural e estruturalmente, uma hierarquia moral de pouca ou nenhuma mobilidade, na qual o *noiado* ocuparia a base, fazendo parte da “ralé da ralé”. E esse processo, como foi possível perceber ao longo da minha argumentação, fruto de uma acumulação de desvantagens (pobreza, estilo de vida, *hexis* corporal), dá margem a processos outros de estigmatização e rotulação cruéis, algo semelhante ao que Misse (2010) colocou como “incriminação preventiva”. Já nos preveniu Goffman (2008):

A posse de um traço desviante pode ter um valor simbólico generalizado, de modo que as pessoas dão por certo que seu portador possui outros traços indesejáveis presumivelmente associados a ele (p. 43).

Potencializada por um contexto de extrema desigualdade social e privação de recursos de existência, a identidade degradada do *noiado* se sobrepõe, no imaginário dos meus usuários interlocutores – mas não só –, a todos os demais papéis sociais que os indivíduos rotulados de *noiado* assumem/poderiam assumir. Essa rotulação, por sua vez, como já sugerido, aciona expectativas de ação e previsões de identidade. Mais uma vez como no caso do bandido de Misse (2010), o *noiado* vive um processo de sujeição. Tal sujeição, quando vivida de forma extrema, ao

constituir um tipo de sujeito-limite ou um sujeito-em-ruptura com a ordem legítima dominante, aprofunda sua *individuação* e sua *desafiliação* numa direção que o torna passível de vivenciar, muitas vezes de forma radical, a *incomunicabilidade* dessa experiência social (*ibidem*, p. 30).

Esse aspecto nos leva ao pior dos cenários, o da invisibilidade e silêncio completos. Não meramente por minha escolha, há interlocutores protagonistas nas linhas que escrevi. Enquanto alguns entrevistados encontravam-se ainda, apesar de sua desfiliação, equipados emocionalmente

para um diálogo mais estruturado, outros encontraram uma grande dificuldade de me expor suas experiências e perspectivas de maneira “articulada”, o que fez com que suas falas fragmentadas construíssem meu texto de outro modo, que não o da citação direta. Assim eles tornaram-se até aqui quase, ou mesmo, invisíveis. A meu ver, esse foi o caso daqueles que empiricamente melhor incorporavam o imaginário social do *noiado* – também segundo as sugestões dos servidores, os usuários mais “desorganizados” da casa. Aqui não terei espaço para uma análise direta sobre suas trajetórias e histórias, que nos levaria, provavelmente, a outras direções de análise, mas endosso a importância de nós, sociólogos e sociólogas, nos debruçarmos sobre essas trajetórias fragmentadas – ditas incomunicáveis. Isso não apenas para que possamos aprender mais sobre a realidade radical do sujeito-limite, mas também para que possamos colaborar para a reversão do quadro de invisibilidade que figuram. Já havia me advertido Martins:

Ao situar-se no fundo do abismo social que marginaliza e exclui é que o pesquisador pode ver e interpretar os significados da crise e as irracionalidades e contradições da sociedade contemporânea. Porque desse lugar ele pode ver na perspectiva dos que padecem, na dimensão reveladora do que é limite e de quem está no limite (MARTINS, 2002, p. 24).

Gostaria ainda de assinalar um dos mais cruéis elementos que me insurgiram desse empreendimento interpretativo. Mesmo partilhando de elementos comuns com o *noiado* que implicariam, em teoria, certa solidariedade entre semelhantes, os usuários de crack com os quais dialoguei reafirmaram hierarquias morais entre indivíduos, negando, mais uma vez na esteira de Souza (2003, 2004), o princípio da igualdade tayloriano. “*É noiado mesmo. Não tem dignidade*”. Apesar de também desviantes, estigmatizados, mesmo considerados tantas vezes como *noiados* pela “audiência” em suas vivências cotidianas, os usuários que entrevistei possuíam um imaginário cruel sobre esse sujeito abjeto, justificando práticas e cursos de ação violentos e excludentes para com ele. Misse (2010) já questionou a tese de que a sujeição daria origem, como muitos tentaram supor, a um sujeito necessariamente revolucionário, igualitário ou democrático. Os sujeitos que emergem no caso da rotulação do *noiado*, também como no caso do *bandido*, são sujeitos que subordinam e subjulgam outros moralmente, produzindo outros assujeitamentos.

Neste ponto reside também, paradoxalmente, a eficácia da ideologia, da moralidade corrente incorporada em um *habitus* primário. Mesmo enquanto desviantes, há certo sucesso em sua socialização que os permitiram adquirir as fontes morais para julgar aqueles que não as respeitam. Como Becker (2008), Goffman (1988) já havia assinalado que o estigmatizado não vive em um mundo à parte, e costuma compartilhar as expectativas sobre identidade e comportamento social com os ditos “normais”. Ele aprende e incorpora, desde as mais tenras fases de interação, a perspectiva da normalidade, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla.

As reflexões de Taylor e sua incorporação por Souza me parecem fundamentais para compreender mais a fundo esta questão. A “ideologia espontânea” de um self pontual, inarticulada e na sua versão periférica, reafirma sua força, sua eficácia. É também ao buscar retirar os véus dessas lógicas opressoras internalizadas que a Sociologia pode ser mostrar uma ferramenta de transformação social. Evidenciar imaginários de miséria moral e exclusão como o do *noiado* significa, em diversos sentidos, evidenciar lógicas avaliativas e classificatórias da nossa sociedade, assim como seu fundo moral; é, como disse Souza,

perseguir a resignificação de sentidos e escolhas valorativas cristalizadas e naturalizados, é tornar de novo visível o reprimido e o esquecido na vida social, é tornar de novo criação cultural contingente e precária o que já havia de tornado, mais uma vez, natureza e invisibilidade (SOUZA, 2003, p. 80).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação que propus e aqui relatei consistiu, a primeira vista, em amenizar o caráter de estranheza, de estranhamento e distanciamento diante do tipo psicossocial do *noiado*. Ela consistiu, assim, fundamentalmente, em percebê-lo na sua constituição sociogênica. Para tanto, fez circular vocabulários, conceitos e condutas advindos de diversas origens teóricas e empíricas das Ciências Sociais, mostrando ainda que uma sociologia de base interacionista pode confluir com outras sociologias, mesmo de cunho mais estruturalista, para o entendimento de fenômenos sociais e, mais precisamente, para tornar inteligíveis os tantos usos de categorias moralmente desclassificadoras na vida quotidiana. O termo nativo *noiado*, nesta perspectiva, se transmutou, em minha analítica, em tipificação. Condensando sentidos, o *noiado* virou uma noção, o que me permitiu aplicação, operacionalização e interpretação empírica do meu campo de pesquisa.

Como argumentei a partir de minha abordagem de cunho etnográfico, enquanto categoria nativa, o *noiado* foi colocado, a princípio, como um rótulo, uma terminologia moral, fruto de um processo de estigmatização e sujeição. Ele foi construído também como um tipo psicossocial marcado por uma trajetória de exclusão social e miséria moral, por uma corporalidade degradada, por sua localização penalizada no território urbano... Ao mesmo tempo em que gerador de repulsa, de afastamento, ele foi apresentado enquanto espelho íntimo temido e indesejável de degradação pessoal, espelho esse através do qual meus interlocutores usuários refletiam suas experiências, ao mesmo tempo que sobre elas refletiam. Nessa perspectiva, a categoria *noiado* foi apenas em certo sentido de assunção, pois meus interlocutores assim assumiam-se apenas em tempos outros, já passados, e de maneira passageira, quase fugidia. Isso, acredito, também por um mecanismo de manipulação de identidade deteriorada apropriado ao espaço institucional no qual me inseri para a pesquisa de campo. Mas não só: refletindo o ponto final da relação com uma substância dita pesada, no caso, o crack, o *noiado* foi ainda colocado como o ponto final num continuum decrescente de dignidade – seu ponto zero, no qual ninguém se admite espontaneamente, sem maiores dificuldades ou “arrodeios”. Como vimos, não por acaso.

No quadro de uma sociologia interacionista, a partir da categoria *noiado*, evidenciei processos de negociação de *selves* individuais e coletivos, e de rotulação. Mostrei também os limites dessa negociação, quando o sujeito atravessa certas fronteiras interacionais e morais. A profícua noção de cruzamento de fronteira, que nos sugeriria um processo de dessubjetivação, lança, por sua vez, direções interessantes para os estudos na Sociologia. Investigando quem está no limite, inevitavelmente desmascaramos as situações de opressão cruéis que desperdiçam vidas, fato social que nos cabe combater. Já o desmascaramento age nesse sentido, ao retirar do silêncio uma ampla massa de seres humanos desumanizados pelos processos de degradação moral ao qual sobrevivem a duras penas. Nesta perspectiva, no jogo de proximidade e distância entre teoria, pesquisa e mundo de valores, espero que meu trabalho tenha um alcance, mais do que acadêmico, propriamente ético e humanitário.

Humanitário também no sentido de que se aproximou dos sujeitos à partir daquilo que mais os toca, como, por exemplo, seus vínculos afetivos, sua autoestima, e suas emoções mais profundas e dolorosas, como a vergonha e o sofrimento. Neste sentido, no entanto, meu trabalho deixou em mim a desejar. Apesar de abrir caminhos no estudo das emoções, ele não se debruça diretamente sobre as mesmas, o que espero fazer em um futuro próximo. As emoções são, em minha perspectiva, um amplo oceano a descobrir que se esconde ainda sobre as estruturas sociais e a insensibilidade científica. Acredito que, para reverter esse quadro, os trabalhos de Goffman e de outros autores do interacionismo simbólico, cruzados com contribuições psicossociais e psicanalíticas, continuarão a ser um porto seguro de onde partir.

No mais, gostaria de evidenciar ainda os diálogos traçados por este trabalho entre o *noiado* e as perspectivas de Charles Taylor e Jessé Souza, diálogos esses que reafirmaram o caráter ainda inarticulado dos imaginários da moralidade moderna tardia e sua eficácia ideológica. Não pretendi aqui acusar uma sobredeterminação desse contexto estrutural sobre as interações cotidianas, mas atentar para as influências do mesmo para a construção do *noiado* enquanto terminologia moral e tipo psicossocial. Como já afirmei anteriormente, não há vácuo sociológico, mas valores e imaginários sociais pulsantes que fundamentam as práticas dos sujeitos e suas negociações de sentido na intersubjetividade.

Vale ressaltar, sobre esse aspecto, que a moralidade é, como também propôs Souza, geograficamente localizada e historicamente determinada. Assim sendo, enquadrei axiologicamente o *noiado* em um contexto moral que é geral, mas também local, associado às dinâmicas da cidade do Recife. Meu trabalho aporta, assim, elementos para a compreensão deste contexto, abrindo, para além do eixo científico Rio-São Paulo, brechas de compreensão e de comparação analítica. No que concerne ao aspecto temporal, deixo ainda um outro horizonte aberto de pesquisa, menos que uma dívida: mesmo não tendo me debruçado sobre uma genealogia social do *noiado*, evidenciei, também com base no argumento de Michel Misse, sua trajetória de acumulação de desvantagens sociais, inserida em um contexto periférico como o Brasil. Este é um aspecto muito instigante que foi bem discutido na obra de Souza para o caso geral da ralé estrutural, mas que pode ser ampliado para pensar categorias mais específicas como a do *noiado*, que envolve problemáticas endêmicas particulares como o consumo e o tráfico de drogas. Um exemplo similar da construção desse tipo de genealogia pode ser encontrado na tese de Michel Misse (1999), no qual ele trata dos malandros, marginais e vagabundos.

Para finalizar, nesta direção, ressalto a centralidade da categoria *noiado* para pensar não apenas problemáticas associadas à exclusão e à moralidade como vim me referindo, mas mais diretamente o mundo do crack. Ele é, neste horizonte, uma *categoria síntese*, intercessão entre as tantas temáticas que vem sendo discutidas em cenário regional e nacional, dirigido não apenas pelos grupos de pesquisa das universidades públicas, como também pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública do Governo Federal, mais especificamente através da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). O usuário *noiado*, no contexto do debate público, simultaneamente inquieta e fascina, como mostraram tantas pesquisas que utilizei como fonte de discussão para elucidar esse tipo psicossocial. Vale-me, por fim, expressar meu desiderato de que esse trabalho possa colaborar com tal debate. Isso, sobretudo, ao ceder uma perspectivaêmica e política sobre aquele tipo psicossocial de usuário que deve ser uma das pedras de toque para a estruturação de formas de atuação individual e coletiva que ambicionem, muito além da repressão do tráfico e da cega e moralista extinção do consumo, a promoção da saúde e da cidadania em seus mais amplos e utópicos sentidos.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI NETO, Manoel de Lima. *Os contextos de uso de crack: representações e práticas sociais entre usuários*. [Dissertação de mestrado] Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, 2014.
- ADORNO, Rubens et al. *Etnografia da crackolândia*. *Sau. &Transf. Soc.*, Florianópolis, v.4, n.2, p.04-13, 2013.
- ALENCAR, Heloisa Moulin & LA TAILLE, Yves. *Humilhação. O desrespeito no rebaixamento moral*. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 01 August 2014, Vol.59(2), pp.217-231.
- BABIER, R. *Sobre o imaginário*. Em *Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.
- BAHIA, Vitor Tavares. *O reconhecimento de jovens em vulnerabilidade social: o caso do Centro da Juventude de Santo Amaro*. [Monografia] Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, 2014.
- _____. *Desrespeito moral, afetividade e luta por reconhecimento: a vida de prostitutas da cidade do Recife*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, 2017.
- BARREIRA, César. *Crueldade: a face inesperada da violência difusa*. *Revista Sociedade e Estado* - Volume 30 Número 1 Janeiro/Abril 2015
- BATAILLE, Georges. *Le bleu du ciel*. Ed. Gallimard, coleção L'imaginaire, 1991.
- BEAUD Stéphane & WEBER Florence. *Guide de l'enquête de terrain*. 4ème édition augmentée. Collection Grands Repères. La découverte: Paris, 2010.
- BECK, Ulrich. *La société du risque. Sur la voie d'une autre modernité*, Paris, Champs/Flammarion, 2001.

- BECKER, H. 2008 [1963]. *Outsiders: Estudos da sociologia do desvio*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 232 p.
- BENZAQUEM, J. *Reflexões a respeito da ideia de (r)existências do sul*. Estudos de Sociologia: Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE. v. 2, n. 20, 2014.
- BERGER, Peter L. & BERGUER, Brigitte. *O que é uma instituição social?* In FORACCHI, Marialice Mencarini & MARTINS, José de Souza (Org.). Sociologia e Sociedade. Leituras de Introdução à Sociologia. LTC editora, São Paulo, 1978.
- BLUMER, Herbert. *El interaccionismo simbolico: perspectiva y metodo*. Barcelona: Hora, 1982.
- BOURGOIS, Philippe. (2003), *In search of respect: selling crack in El Barrio*. 2. ed. Nova York, Cambridge, Cambridge University Press.
- BRAGA, João Paulo Reis. *Crack: um panorama da produção científica brasileira sobre essa droga*. [Monografia] Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, 2010.
- BRYMAN, Alan. *The nature of qualitative research*. In BRYMAN, Alan. 2008, Social Research Methods. New York: Oxford University Press. Third edition.
- BUTLER, Udi. 2007. *Embodying Oppression: Revolta amongst young people living on the streets of Rio de Janeiro*. In James Staples (ed.) *Livelihoods at the Margins: Surviving the City*, pp. 101-127. Walnut Creek, CA: Left Coast Press.
- CANESQUI, Ana Maria & SEPARAVICH, Marco Antônio. *Girando a lente socioantropológica sobre o corpo: uma breve reflexão*. Revista Saúde Soc. São Paulo, v.19, n.2, p.249-259, 2010.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CAILLÉ, A. *Reconhecimento e sociologia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.23, n. 66, 2008. pp. 151-163.
- CHARON, J.M. *Symbolic interactionism: an introduction, an interpretation, an integration*. New Jersey: Prentice-Hall; 1989.

COMBESSIE, Jean-Claude. *Le méthode en Sociologie*. Cinquième édition. La Découverte: Paris, 2007. (p. 3-30, 54-66, 108-109)

COSTA, Julie Hanna de Souza Cruz. *Trajetórias da exclusão social: teoria, crítica e experiência*. [Monografia] Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, 2014.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

DAUDELIN, Jean & RATTON, José Luiz. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 29, n. 2, pp. 115-133. Agosto de 2017.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O anti-étipo. O capitalismo e a esquizofrenia*. 1ª ed., Ed. 34, 2010.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introdução. *A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa*. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S (Orgs.) 2006, *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa*. 2ª. ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, p.15-41 (cap. 1).

DOMINGUES, José. *Teorias Sociológicas no Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DOSTOÏEVSKI, Fiodor. *Les Carnets du sous-sol*. Ed. Actes Sud, coleção Babel, 1992.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (pp.13 até 38.)

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador (Vol.1): Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESCOREL, Sarah. *Vidas aos léu: Trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

FASSIN, Didier & LÉZÉ, Samuel. *La question morale: une anthologie critique*. Paris : Presse Universitaires de France, 2013.

FELTRAN, Gabriel de Santis. "*Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos.*" *Revista temática* 30 (2007): 11-50.

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959. p. 65-127.(Capítulos 3 e 4)

FREUD, Sigmund. *Remarques psychanalytiques sur l'autobiographie d'un cas de paranoia (Dementia paranoides)*. Trad. M Bonaparte e R. Loewenstein. In *Cinq Psychanalyses*, ed. PUF, 1954.

FRÚGOLI JR, H. *Introdução: dossiê Luz, São Paulo*. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 6, n. 11, 2012.

FRÚGOLI, Heitor & CAVALCANTI, Mariana. *Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro*. *Anuário Antropológico* II, 2012/II.

FRÚGOLI JR, Heito & CHIZZOLLINI, B. *Moradias e práticas espaciais na região da Luz*. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 6, n. 11, 2012.

FRÚGOLI JR, H. & SPAGGIARI, E. *Da "cracolândia" aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz*. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 4, n. 6, 2010.

FORTIN, M. F. *Fondements et étapes du processus de recherche : méthodes quantitatives et qualitatives*. 2ième édition, Chenelière Éducation inc., 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1*. Ed. Graal - RJ, 1985a.

_____. *História da sexualidade 3: O cuidado de si*. Ed. Graal - RJ, 1985b.

FRASER, N. *Recognition without ethics?* In *Theory, Culture & Society*, Vol. 18, pp. 21-42, 2001

_____. *Scales of justice*. Columbia University, 2010.

_____.; HONNETH, A. *Redistribution or recognition?: a political- philosophical exchange*. London: Verso, 2003.

GAUTHIER, B. *Recherche sociale : de la problématique à la collecte de données*. Québec, Québec : Presses de l'Université du Québec, 2009.

GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *Sobre o resfriamento do marca: alguns aspectos da adaptação ao fracasso*.

Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 13, n. 39, p. 266- 283, 2014 [1952].

GOMES, Bruno Ramos & ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. *Tornar-se nóia: trajetória e sofrimento social nos usos de crack no centro de São Paulo*. Out. Revista Etnográfica, 2011.

GRAEFF, Lucas. *Corpos precários, desrespeito e autoestima: o caso dos moradores de rua de Paris-Fr*. Psicologia USP, São Paulo, 2012 23(4), 757-775.

GUILLIGAN, Carol. *Une voix différente : pour une éthique du "care"*, Paris, Champs/Flammarion, 2008.

HART, Carl. *Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luis Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JOAS, HANS. *Interacionismo simbólico*. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 23-89.

KAUFMANN, Jean-Claude. *L'entretien compréhensif*. 4e. édition. Armand Colin. Paris, 2016.

_____. *Le corps dans tous ses états: corps visible, corps sensible, corps secret*. In : Bromberger et al. *Un corps pour soi*. PUF. Paris, 2005.

KAFKA, Franz. *Le terrier*. Ed. Mille et une nuits, 2002.

LACAN, J. (1932/1987) *Da psicose paranoica e suas relações com a personalidade*. Trad. Aluisio Menezes, Marco Antônio Coutinho Jorge e Potiguara Mendes Silveira Jr. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

LE BRETON, David. *Des visages. Essai d'anthropologie*. Paris, Anne-Marie Métailié, collection « Suites Sciences Humaines », 2003 .

_____. *La Sociologie du corps*. Que sais-je ? 9 éme ed. Presse universitaire de France, PUF. Paris, 2016.

LE BRETON, David. *L'Antropologie du corps*. Conferência proferida em 7 déc. 2015. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=REKZlvY1tro> . Acesso em 21/12/2016 às 15:37h.

LEMERT, Edwin. *La paranoïa et le dynamisme de l'exclusion. In Basaglia. La Majorité déviante : l'idéologie du contrôle social total*. Ed. 10/18, 1976.

LOMBROSO, Cesare. *Les applications de l'anthropologie criminelle*. Paris, 1892.

LUPTON, Débora. Capítulo 5. *Corpos, prazeres e práticas do eu. The imperative of health*. Londres: Sage, 1995. Tradução de Dagmar Estermann Meyer e Luis Henrique Sachi dos Santos. In: Educação e Realidade, 25 (2): 15-48, jul./dez. 2000.

MALUF. *Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas*. Revista Esboços. Dossiê corpo e história (p. 87-101).

MEAD, George Herbert. *Mind, self and society: the definitive edition*. University of Chicago Press; Annotated edition, 2015.

MATTOS, Patrícia. *A sociologia do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: Cepesc, 2009.

MACHADO, Laura Paes. *Do crack a Jesus: um estudo sobre carreiras de usuários de substâncias psicoativas em uma comunidade terapêutica religiosa*. [Dissertação de mestrado] Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, 2011.

MARTINS, P.; SILVA, M.; LIRA, B. et al. (Orgs). *Guía sobre post-desarrollo y nuevos horizontes utópicos*. 1ª ed. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Estudos Sociológicos Editora, 2014.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus. Coleção Temas da Atualidade, 1997. (p.7- p-37)

_____. *A sociedade vista do abismo / Novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2003. (p.9- p.117)

MELOTTO, Patrícia. *Trajetórias e usos de crack: um estudo antropológico sobre trajetórias de usuários de crack no contexto de bairros populares de São Leopoldo – RS*. [Dissertação de mestrado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) – Porto Alegre, 2009.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. (Pags. 07-19 [introdução por Celso Castro]; 21-63;81-87)

Ministério da Saúde. *Saúde Mental no SUS: Os centros de atenção psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

MIGNOLO, W. *Um paradigma oto: colonialidad global, pensamento fronterizo y cosmopolitismo crítico*. In MIGNOLO, Walter. *Historias locales – diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003. (p.19-60)

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj. 1999.

_____. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. *Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido*. Lua Nova: São Paulo, 2010 (p. 15-38).

MOREIRA, Juliano & PEIXOTO, Afrânio. *A paranoia e as síndromes paranoides*. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, n.1, 1905, p.5-33. In História, Ciências, Saúde – Manguinhos.v.17, supl.2, dez. 2010, p.539-561

MOUFFE, Chantal. *On the political*. New York: Routledge. 2005

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. *Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. Cad. CRH, n. 21, jul./dez., Salvador, 1994. (p. 29- p.47)

Opem Society Fondations. Crack: Reduzir Danos. Disponível em [<https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/crack-reduzir-danos-20170129.pdf>]. Acesso 10/07/2017.

PAIS, José Machado. *Nas rotas do cotidiano*. Revista crítica de Ciências Sociais, nº 37, junho de 1993.

RATTON, J.L.; WEST, R. et al. *Políticas de Drogas e Redução de Danos no Brasil: o Programa Atitude em Pernambuco*. Recife, 2016.

REINARMAN, C. & LEVINE, H.G. (Eds). *Crack in america: demon drugs and social justice*. London: University of California Press. 1997

RUI, Taniele Cristina. *Corpos Adjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. [Tese de doutorado] Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, 2012.

RUI. T.; FIORE, M.; TÓFOLI, L.F. *Pesquisa preliminar de avaliação do Programa “De Braços Abertos”*. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016.

RAUPP, L.; ADORNO, R. *Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo*. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 2613-2622, 2011.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota & SILVA, José Augusto. *Pânico social e animalização do usuário: o crack na Folha de S. Paulo*. In SOUZA, Jessé (Org.). Crack e exclusão social. Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

RODRIGUES, Igor de Souza. *Crack, a noia da mídia*. In SOUZA, Jessé (Org.). Crack e exclusão social. Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

SANTOS, B. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento, 2002.

SAWAIA, Bader Org. *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SCHREBER, Daniel Paul. *Memoires d'un névropathe*. Trad. P.Duquenne, ed. Du Seuil, 1975.

SCHWARTZ, Olivier. *L'empirisme irréductible*, postface et préface, dans Anderson, et N, *Le Hobo. Sociologie du sans-abri*, Paris, Éd. Nathan, coll. « Essais et recherche ». 1993

SILVA, S. *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack*. 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 13-28.

SPAGGIARI, E.; RODRIGUES, W. E.; FONSECA, I. *Etnografia de atuação de entidades sociais na região da Luz. Ponto Urbe*, São Paulo, v. 6, n. 11, 2012.

SOUZA, Jessé. *A construção social da sub-cidadania: para uma sociologia política da modernização periférica*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

_____. *A gramática social da desigualdade brasileira*. RBCS vol. 19, nº 54, fevereiro de 2004.

SOUZA, Jessé (Org.) *et al.*. *Crack e exclusão social*. Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. United Kingdom: Princeton University Press, 1994.

_____. *As fontes do Self: a construção da identidade moderna*. 2º edição, São Paulo: Edições Loyola, 1989.

TRONTO, Joan. *Un monde vulnérable. Pour une éthique du "care"*, Paris, La Découverte, 2009.

VELHO, Gilberto. *Becker, Goffman e a antropologia no Brasil*. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 38, 2002, pp. 9-17

_____. (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 8 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 228 p. 2007.

WACQUANT, Loïc. *A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada*. Sociologia. Departamento de Sociologia – Faculdade de Letras/UP, vol.XI, Porto, 2006.

_____. *Marginalidade avançada no novo milênio*. Configurações. v.1, n.1, 2005. pp.59-69. Disponível em: < <http://cics.uminho.pt/wp-content/uploads/2011/07/Loic-Wacquant-Marginalidade1.pdf>>. Acesso em: 28.out.2011.

_____. (2008). *Os subúrbios populares em tempos de marginalidade avançada*. Revista PPCAAM Minas, 1(1), 11.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.